



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS/ESTUDOS LITERÁRIOS

JÉSSIKA VALES LARANJEIRA

A NATUREZA DO FEMININO DECOLONIAL NO ROMANCE LATINO-AMERICANO: REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS EM *EVA LUNA* E *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Belém – PA

2021

JÉSSIKA VALES LARANJEIRA

A NATUREZA DO FEMININO DECOLONIAL NO ROMANCE LATINO-AMERICANO: REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS EM *EVA LUNA* E *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Texto para defesa de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, área de Estudos Literários, linha de pesquisa Literatura, Memórias e Identidades, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Letras (Estudos Literários), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes de Almeida.

Belém – PA

2021

JÉSSIKA VALES LARANJEIRA

A NATUREZA DO FEMININO DECOLONIAL NO ROMANCE LATINO-AMERICANO: REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS EM *EVA LUNA* E *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Texto para defesa de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, área de Estudos Literários, linha de pesquisa Literatura, Memórias e Identidades, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Letras (Estudos Literários), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes de Almeida.

Data da apresentação: ___/___/___

Conceito: _____

Banca examinadora

Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes de Almeida (orientador)

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja (avaliadora interna)

Prof^a. Dr^a. Márcia Maria de Melo Araújo (avaliadora externa)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L318n Laranjeira, Jéssika Vales.
A natureza do feminino decolonial no romance latino-
americano : representações ecofeministas em Eva Luna e Tropical
Sol da Liberdade / Jéssika Vales Laranjeira. — 2021.
95 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes de Almeida
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em
Letras, Belém, 2021.

1. Estudos literários. 2. Literatura comparada. 3. América
Latina. 4. Ecofeminismo. 5. Decolonialidade. I. Título.

CDD 860.98

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, Alice e José, por todos os dias em que se preocuparam comigo, por toda as refeições preparadas enquanto eu escrevia, por todas as caronas quando eu estava atrasada, por todas as orações dedicadas à minha vida.

Ao meu companheiro, Murilo, pela paciência ao ouvir meus desabafos, por tentar me fazer sorrir, por todos os dias dedicados a me visitar.

Ao meu orientador, professor Carlos Henrique, pela delicadeza de suas orientações sobre o trabalho e sobre a vida, por acreditar em mim e pela atenção dedicada a todas as conversas mesmo à distância.

À professora Tânia Sarmiento-Pantoja, pela dedicação ao me indicar referências e conhecimentos em variados momentos ao longo desse percurso, pelo estímulo à docência.

À professora Márcia Araújo, pelas orientações cuidadosas e pelo tempo dedicado a me ajudar na construção do trabalho.

Aos meus amigos, em especial Samantha, Ronaldo, Lucimara, Geisa, Raynara e Daniele, por todas conversas e incentivos ao longo da vida acadêmica e além dos muros da universidade. Agradeço também à Luana por todo apoio antes mesmo do ingresso.

Aos meus irmãos biológicos e de coração, André, Adriano, Luís e Daniel, a quem agradeço por toda a cumplicidade, compreensão e confiança.

À minha avó, minhas tias e todos os meus parentes da Vila de São Bento, em Salinópolis, por me ensinarem desde a cedo a olhar o campo com respeito por serem parte fundamental dos meus pensamentos enquanto escrevia.

*O que adianta compartilhar com igualdade
um sistema que está matando a todos nós?*

Ynestra King, 1989

RESUMO

Na literatura latino-americana, em especial as criadas por mulheres, há uma curiosa sucessão de narrativas que relacionam, em alguma medida, as explorações das mulheres e da Natureza. Essa percepção evidencia a necessidade de articulação entre diversas perspectivas críticas para ampliar o alcance de uma crítica ecofeminista decolonial. Desse modo, este trabalho tem como objetivo identificar representações ecofeministas como mecanismos de resistência à colonialidade nos romances *Eva Luna* (1987), da chilena Isabel Allende, e *Tropical Sol da Liberdade* (1988), da brasileira Ana Maria Machado. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida sob abordagem qualitativa dedutiva de natureza teórica a partir de duas categorias de análise: as relações de cuidado e as percepções sensíveis sobre a Natureza. No corpus teórico, destacam-se: Zinani (2013) e Navarro (1995) quanto à mulher na literatura; Perrot (2017) quanto à historicidade da mulher como categoria social; Quijano (2005 e 2008) e Lugones (2008 e 2010) quanto à decolonialidade latino-americana; Kheel (1993) e Shiva (2001, 2003 e 2018) quanto à filosofia ecofeminista e Candau (2016), Bosi (1994) e Sarlo (2007) quanto à memória, a identidade e a resistência, temáticas que envolvem as narrativas analisadas com frequência. Como resultados comparativos entre os romances, foram identificadas duas similaridades de resistência ecofeminista e subversão à colonialidade: a valorização/ressignificação do trabalho de cuidado feminilizado e a escrita como meio de visibilizar a perspectiva feminina marginalizada.

Palavras-chave: Literatura. América Latina. Decolonialidade. Ecofeminismo.

ABSTRACT

In the latin american literature, especially those created by women, there is a curious succession of narratives that relate, somehow, women and Nature explorations. This perception evidences a need to articulation several critical perspectives to expand the delecolonial ecofeminist criticism scope. Thereby, this work aims to identify ecofeminist representations as mechanisms of resistance to coloniality in the novels *Eva Luna* (1987), by chilean Isabel Allende, and *Tropical Sol da Liberdade* (1988), by brazilian Ana Maria Machado. For this, this research was developed under a qualitative deductive approach of a theoretical nature based on two analysis categories: the care relationships and the sensitive perceptions about the Nature. In theoretical corpus, the following stand out: Zinani (2013) and Navarro (1995) about women in literature; Perrot (2017) about the historicity of women as a social category; Quijano (2005 and 2008) and Lugones (2008 and 2010) about Latin American decoloniality; Kheel (1993) and Shiva (2001, 2003 and 2018) about ecofeminist philosophy and Candau (2016), Bosi (1994) and Sarlo (2007) about memory, identity and resistance, themes that frequently involve the analyzed narratives. As comparative results between the novels, two similarities of ecofeminist resistance and subversion to coloniality were identified: the valorization/resignification of feminized care work and writing as a way to become marginalized female perspectives visible.

Keywords: Literature. Latin America. Decoloniality. Ecofeminism.

SUMÁRIO

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO	10
SEÇÃO II: APONTAMENTOS SOBRE <i>EVA LUNA</i>.....	25
2.1 PANORAMA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA.....	25
2.2 REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS NO ROMANCE	29
2.2.1 Consuelo e Elvira como figuras maternas.....	30
2.2.2 O caso da Madrinha e as políticas de eliminação	35
2.2.3 Riad Halabí e a ruptura do cuidado como naturalmente feminino	39
2.2.4 A comunidade indígena e o (re)conhecimento das memórias ancestrais	43
SEÇÃO III: APONTAMENTOS SOBRE <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i> ...	47
3.1 PANORAMA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA.....	47
3.2 REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS NO ROMANCE	50
3.2.1 Amália e Carlota como figuras maternas	50
3.2.2 O avô de Lena e o encorajamento pela memória	59
SEÇÃO IV: A NATUREZA DO FEMININO DECOLONIAL	62
4.1 A MATERNIDADE ALÉM DO CORPO-TERRITÓRIO FEMININO	65
4.1.1 Mães e avós nas tessituras dos cuidados geracionais	67
4.1.2 O cuidado como ruptura das definições de gênero	71
4.1.3 A cura na evocação dos entes queridos	72
4.2 A SUBVERSÃO FEMININA PELA GRAFOCENTRIA	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	90

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO

Apresento esta pesquisa como uma forma de esperança em outro modelo de mundo. Primeiro porque percebo a utopia das equidades, a que perpassa tantas vidas ao longo dos tempos e dos espaços, também perpassar a minha. Segundo porque acredito ser essa utopia não apenas um exercício de imaginação política, mas uma motivação – em jus à etimologia da própria palavra – a agir. Neste trabalho, tentei usar a escrita como instrumento de ação e transformação interna e externa, convencida de que é preciso abraçar a subjetividade para alcançar resultados mais completos e vislumbrar mudanças possíveis.

Ao logo do processo, percebi minha escrita também motivada pelo amor que cultivo à minha mãe, a mulher que primeiro me foi um lar, me nutriu e amou. Também escrevi por profundo carinho à minha avó – agricultora campestre – por todos os seus saberes compartilhados, ainda que muitas oportunidades lhe tenham sido negadas. Escrevi por apreço às minhas tias e suas simpatias, rezas, bênçãos e emudecidas resistências cotidianas. Também escrevi por admiração às minhas amigas e suas lutas diárias por um futuro mais terno, assim como escrevi por respeito a tantas mulheres que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção deste trabalho.

Na tentativa de superar os vários momentos em que me senti incapaz de seguir uma carreira acadêmica, além de reafirmar uma espécie de amor-próprio – necessário à confiança que depus na pesquisa –, percebi que não podia escrever em outra pessoa se não a minha, pois o processo de dar forma ao pensamento era pessoal, ainda que seus inícios e fins fossem coletivos, afinal, sou constantemente ensinada e de alguma forma também ensino. Repito que a escrita foi instrumento de ação e transformação do individual para o coletivo, por isso reforço que esse é um processo fundamental de redescoberta, reconhecimento e contribuição.

Ao tentar elaborar os efeitos dessa dialética do individual e do coletivo, fui apresentada a uma outra motivação de escrita fundamental para o que seriam as definições teórico-metodológicas desta pesquisa: as lutas das comunidades campestres, indígenas, quilombolas e todas as que resguardam as memórias originárias e identidades marginalizadas das sociedades, todas as que confrontam cotidianamente – como parte da sobrevivência –, os sistemas exploratórios responsáveis pelo acelerado colapso ambiental em curso. Nessas lutas, notei um protagonismo feminino latente.

Essa nova motivação de escrita surgiu em meio à produção da primeira versão do texto, pois eu passava por um período de transição dos meus hábitos alimentares onívoros para vegetarianos e refletia com frequência sobre agronegócio, agroecologia, soberania alimentar e afins. Como feminista, essa mudança de hábito me aproximou do ecofeminismo – ou feminismo ecológico –, pois comecei a perceber que havia uma relação na dominação entre as mulheres e a Natureza¹, como um encontro de origens, meios e fins reprodutivos e exploratórios.

O ecofeminismo parte de diferentes contextos, por isso, apesar de referido no singular, constitui-se de várias perspectivas. A primeira perspectiva com a qual me familiarizei foi a essencialista, ou seja, eu relacionava existencialmente as mulheres e a Natureza e as colocava em uma “conexão especial”, como duas “mães”, dois territórios de fertilidade. Trata-se de uma visão mais espiritualista e bastante criticada por reforçar estereótipos de gênero e maternidade compulsória; ainda assim, serviu-me como impulso para conhecer outras perspectivas abertamente mais políticas.

Desse modo, conforme conhecia mais debates do campo, comecei a notar ligações entre o ecofeminismo e o feminismo decolonial, relação que possibilitava uma ruptura ideológica não apenas com o capitalismo, o naturismo, o especismo, o racismo ou o patriarcado, mas com a ideia de que essas opressões são categorias transculturais que pouco tem relação com a colonialidade. Assim, pouco antes da qualificação deste trabalho, comecei a destacar aspectos da relação entre mulheres e Natureza nas duas obras analisadas, o que se tornou uma espécie de apêndice em um capítulo sobre relações de maternidade. Depois da qualificação, a partir das orientações, consegui reestruturar meu texto para além da perspectiva essencialista e assumir uma crítica ecofeminista decolonial diante dos meus objetos de pesquisa.

Os romances *Eva Luna*, da chilena Isabel Allende, e *Tropical Sol da Liberdade*, da brasileira Ana Maria Machado, foram escolhidos como objetos de pesquisa por apresentarem como protagonistas duas mulheres, Eva e Lena, em processos de evocação de seus passados atravessados por ditaduras militares e em busca de ressignificar suas experiências por meio da escrita. Ainda que apresentadas em diferentes contextos, tanto socioeconômicos quanto geográficos, ambas são marcadas pela responsabilidade de

¹ Utilizei a palavra “Natureza” com “n” maiúsculo para evidenciar o sentido de meio ambiente que independe das atividades humanas, para demais significados da palavra continuei a utilizar “n” minúsculo.

superar suas limitações e buscar sentido no que entendiam por felicidade, amor e liberdade.

Ao longo das duas narrativas, percebi que as protagonistas são estimuladas pela sensibilidade diante da paisagem, dos ciclos da Natureza e dos conhecimentos tradicionais resguardados por outras personagens que modelam e aprofundam suas construções nas obras. A sensibilidade dessa percepção e do cuidado, mesmo diante do abandono e da repressão, são fundamentais para suas trajetórias de reconhecimento, criatividade e perseverança.

Desse modo, para reconhecer a viabilidade do ecofeminismo decolonial como uma perspectiva crítica, precisei elaborar uma organização temática capaz de situar meus aportes teóricos e nortear minhas justificativas. Essa organização foi pensada a partir de uma proposta de revisão de literatura do pesquisador em psicologia educacional John W. Creswell, especificamente na obra *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2017), em que se sugere a distribuição hierárquica de quadros com os textos utilizados na pesquisa. Porém, no lugar de um quadro, utilizei a proposta de Creswell (2017) em forma de lista apenas para situar os temas de contextualização e iniciar o corpus teórico.

Essa atividade ficou organizada da seguinte maneira: 1) a relação antagônica entre colonialidade e decolonialidade, 2) o feminismo hegemônico e o feminismo decolonial, relação advinda do primeiro tópico, 3) as abrangências do ecofeminismo e a relação colaborativa com a decolonialidade e, por fim, 4) o desenvolvimento da perspectiva ecofeminista nos estudos literários. A partir disso, selecionei alguns registros² importantes – ainda na introdução – para fins de contextualização, ao passo que inicio pela primeira relação da organização temática: a colonialidade e sua movimentação de resistência com a decolonialidade.

Em um de seus mais importantes estudos, *Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina* (2005), o sociólogo peruano Aníbal Quijano – referência na temática da colonização americana – argumenta que a partir da Idade Moderna, no século XV – especificamente no início da colonização pelos europeus –, a difusão de uma ideologia

² Os registros contrariam a organização tradicional da seção introdutória pois incluem citações indiretas, o que justifico devido à necessidade de mencionar os caminhos teórico-metodológicos que preparam para a melhor compreensão das seções seguintes.

de superioridade racial sobre os povos originários serviu como estratégia de dominação, escravização e extermínio étnico, linguístico e cultural desses povos em grande escala.

Essa concepção orienta o entendimento do conceito de *colonialismo*, um conjunto de ideias e práticas responsáveis pela hierarquização dos povos e pelo ponto de partida da *colonialidade*, ou seja, enquanto o colonialismo é o marco ideológico da dominação colonizadora, a colonialidade é a sua continuação que assume múltiplas formas ao longo do tempo para a manutenção do poder colonizador.

Por isso Quijano (2005) intitula seu texto com “colonialidade do poder”, pois o argumento é que a colonização ainda está em curso, mas assume outras formas de controle sobre as sociedades, em especial as mais marginalizadas e próximas – física e/ou economicamente – dos povos originários e/ou traficados de outros continentes para a escravização, ao passo que a colonização assume outros títulos, como *imperialismo*.

Do início da colonização até o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já se enquadravam no cenário de dominação com protagonismo. Apesar dos processos exploratórios também ocorridos no norte da América, a formação de colônias de povoamento e extensão de estruturas comerciais da Europa para a região possibilitou não apenas uma forte descendência europeia, mas uma expansão da *colonialidade do poder*.

Assim, ao longo do século XX, os Estados Unidos solidificaram um projeto imperialista de Estado-nação para a dominação da América e passaram a ser vistos como potências econômicas desenvolvimentistas. Esse trajeto é pautado em uma ideia de globalização que nada mais é do que a padronização econômica e cultural de acordo com a classe dominante; no entanto, como fato, as padronizações são excludentes e ignoram as diversas organizações culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais existentes.

Nesse contexto, o *american way of life* passa a ser uma tradução recente da colonialidade e afeta diretamente a qualidade de vida do sul global, especialmente do centro-sul da própria América denominada “latina”. Quanto a esse termo, é provocativo mencionar o que as historiadoras brasileiras Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino apresentam em *História da América Latina* (2016, p.8): a denominação “América Latina”, apesar de amplamente aceita sem muitos questionamentos, precisa ser refletida, pois parte de uma disputa de narrativas sobre ser um nome imposto pelos colonizadores ou aceito pelos colonizados como forma de resistência, como subversão.

Dessa forma, a historicidade do termo é permeada tanto por vieses colonizadores quanto resistentes a esse; mesmo a origem da nomeação do local acontece por meio da disputa de narrativas, algumas consideradas alternativas, outras mais oficializadas e ensinadas nas escolas – como a ideia de “descoberta” das regiões colonizadas ou de “investimento” nelas. Essas narrativas oficiais geralmente são aquelas que fomentam o padrão de poder colonialista e se sobrepõem à diversidade historiográfica do centro-sul americano.

Não por acaso, quando Quijano (2005, p.123) identificou que o atual padrão de poder no contexto mundial é o primeiro globalizado que se conhece, ele também argumentou que a complexa relação de dependência entre os âmbitos sociais mundiais, a produção de conhecimento e os valores sociais hegemônicos constituem um padrão histórico de poder difícil de ser rompido. Em outro texto, *Colonialidade, poder, globalização e democracia* (2002, p.4), Quijano elenca esse padrão histórico primeiro pela própria colonialidade do poder, depois pelo capitalismo, pelo Estado em cumplicidade com a colonialidade e pela hegemonia do conhecimento eurocêntrico.

A partir disso, entendi que a colonização é uma ferida profunda nos (sub)desenvolvimentos das populações e territórios colonizados no mundo e, enfatizo, no centro-sul da América, pois seus efeitos e desdobramentos são comprometedores até hoje. Ainda assim, é importante reconhecer que, desde o início, esse processo não foi pacífico, tampouco passivo, muitos povos originários e traficados lutaram de diversas formas contra seus algozes e assassinos ao longo de todos os séculos de exploração; atualmente, sob novas configurações, muitos movimentos de resistência à colonialidade ainda se organizam e assumem uma postura baseada na anti-colonialidade e/ou na *decolonialidade*.

Diversas vezes confundida com “descolonização”, a *decolonialidade* é um conceito para além do processo de se tornar uma ex-colônia, pois perpassa uma ideia de fragmentação de memórias e identidades colonizadas para reestruturá-las em modelos de valorização das origens, da ancestralidade e do reconhecimento local. A noção de “giro decolonial” surgiu no fim dos anos 90, a partir de Nelson Maldonado-Torres, como uma movimentação política e epistemológica de resistência à colonialidade.

O diferencial dos estudos decoloniais comparados aos estudos pós-coloniais parte dos conceitos de colonialismo e colonialidade abordados anteriormente, os quais

direcionam uma transição do pós-colonial para o decolonial, ou seja, enquanto o “pós-colonial” seria o estudo e exposição dos efeitos da colonização nas ex-colônias – descolonizadas –, o “decolonial”, ao suprimir a letra “s”, evidencia uma proposta de ruptura com a colonialidade e superação da mesma, ou seja, o sentido epistemológico dos estudos decoloniais envolve não apenas teorias para apontar os efeitos da colonização, mas práticas para descolonizar memórias e identidades. A partir disso, comecei a entender a decolonialidade como um caminho para ser, de fato, anti-colonial.

Apesar da significativa contribuição dos estudos decoloniais no contexto latino-americano no fim do século XX, apenas no início desse século a filósofa argentina María Lugones, no texto *Colonialidade e gênero* (2008), apresentou o conceito de *colonialidade do gênero*, uma ideia que introduz a segunda relação da organização temática da pesquisa: o feminismo hegemônico e o feminismo decolonial. Lugones (2008, p.56-58) apresenta o gênero, e não apenas a raça, como uma das categorias de domínio colonizador, por isso critica a abordagem de Quijano e afirma que ele reproduz a ideia colonizada de submissão das mulheres como natural, portanto, ele recai em um conceito de gênero pautado apenas na percepção que previamente categoriza mulheres como vulneráveis e passivas, enquanto os homens como defensivos e ativos.

Essa percepção parte de uma problemática surgida com a colonialidade, pois a noção de dimorfismo biológico, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são tão fortalecidas na modernidade quanto a questão racial. A partir disso, a crítica e contribuição de Lugones (2008) possibilitou uma nova perspectiva não apenas sobre o que é a colonialidade, mas sobre o significado do movimento feminista para as mulheres do sul global, em especial para as latino-americanas. A noção de colonialidade também do gênero projeta a relação de diferenças entre o feminismo hegemônico e o feminismo decolonial.

De modo geral, desde as primeiras manifestações conhecidas como feministas, o movimento foi dividido em vertentes e métodos de análise preocupados com diversas opressões sofridas pelas mulheres, mas comumente consideravam essas mulheres como desenvolvidas a partir de um mesmo padrão, de uma mesma realidade e de uma mesma aceitação racial, como se a opressão também fosse universal. Os feminismos hegemônicos, a exemplo dos norteados por feministas como a francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) – não desenvolvida na pesquisa, mas de relevante menção –, chamaram essa perspectiva universalizada da opressão de *patriarcado*.

O conceito geral de patriarcado é o domínio sexual, reprodutivo, cultural, econômico e político dos homens sobre as mulheres, o que as torna submissas e subjugadas em múltiplos aspectos de suas existências. Entretanto, conforme comenta a historiadora estadunidense Gerda Lerner em *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* (2019), a subordinação feminina não é universal, ou seja, o patriarcado, na verdade, são *patriarcados*, pois não têm uma única origem e não se repetem com a mesma contundência em algumas sociedades.

Uma contribuição importante sobre esse debate é a da antropóloga argentina Rita Segato (2014 apud CASTRO, 2018). Segundo ela, algumas comunidades pré-coloniais da América Latina eram organizadas sob uma lógica patriarcal, porém de “baixa intensidade”, pouco comparada às estruturas hierárquicas de gênero impostas pela modernidade; essa imposição hierárquica explícita desde as origens muitas diferenças de necessidades e realidades das mulheres latino-americanas.

Desde o início da colonização, a concepção sobre os sujeitos habitantes das regiões colonizadas foi rebaixada à condição inumana, como desprovidos de capacidades cognitivas ou mesmo de almas – segundo a ótica cristã. Essa concepção se remodela historicamente ao longo do tempo e é absorvida – muitas vezes de forma sutil – tanto pela população em geral quanto pelos movimentos sociais. A perspectiva animalizada sobre os povos colonizados deu origem a chamada “missão civilizatória”, uma tentativa de tornar a concepção sobre essas pessoas menos “bestial” e mais próxima do ideal de civilização europeu, assim elas poderiam não apenas se converter aos costumes religiosos do colonizador, como perpetuar seus modelos gendrados – ou seja, atribuídos de gênero, conforme conceituou a pesquisadora italiana Teresa de Lauretis em *A tecnologia do gênero* (1987).

A partir disso, sociedades que não necessariamente tinham definições de gênero, tampouco de raça, passaram a reproduzi-los também entre si. Na visão do colonizador, esse mecanismo racializou e gendrou tanto homens quanto mulheres, ambos vistos como mais fracos, mais preguiçosos e menos humanos. O gendramento e a racialização se hierarquizaram a partir da cisgeneridade e do colorismo – sendo esse um debate mais recorrente no norte da América – a fim de reproduzir minimamente a ótica do colonizador. Por esse motivo, em outro texto – *Rumo a um feminismo decolonial* –, Lugones (2010) propõe o reconhecimento de novas abordagens capazes de acolher as diversidades e

reconfigurar as concepções colonizadoras sobre as memórias e as identidades, um pensamento que complementa as inquietações sobre a colonialidade do gênero.

A partir disso, entendo que a concepção de raça e de gênero para a colonialidade são indissociáveis, pois ambas são pautadas em dualismos próprios da ação colonizadora que racializa e gendra os indivíduos como forma de manutenção do poder. Por isso, também entendo que, fora do contexto latino-americano, as mulheres da região podem ser racializadas – no sentido de atribuição inferiorizada, como “negra” ou “indígena” em relação ao “branco” – por causa das suas origens geográficas e, como consequência, podem ser submetidas a condições mais violentas de tratamento se comparadas às mulheres brancas do norte global, como se verifica nos estereótipos da mulher latina sexualmente “selvagem” e na normalização do trabalho precarizado para imigrantes.

Apesar do mito da “democracia racial” na América Latina – ideia que confronta em muitos aspectos o debate sobre colorismo, pois a “democracia racial” é mais comum no sul da América –, a lógica colonialista parte da ideia de quanto mais racializada for a mulher latino-americana, mais marginalizada será sua existência, ainda que qualquer classificação beneficie as latino-americanas brancas mais próximas de uma etnia caucasiana. Esse cenário de fragmentação das identidades transforma a racialização e gendramento em configurações ainda mais subjetivas e difíceis de se desconstruir.

Como consequência, essa dificuldade facilita a manutenção do poder colonialista sobre o corpo da mulher colonizada e/ou racializada. Por isso, junto aos Estados colonizados e à Natureza explorada, o corpo feminino também passa a funcionar como uma colônia para o explorador e forma a *tríade o domínio material da colonialidade*. Essa concepção, portanto, aponta que apenas raça e gênero como meios de domínio e opressão não são suficientes para a amplitude de um debate sobre o *meio* em que se fixam e se desenvolvem as sociedades.

O mesmo padrão dualista que separa “homens e mulheres”, “brancos e não-brancos”, também separa “razão e natureza”, “mente e corpo”, “racionalidade e animalidade”. O padrão dualista de categorização das coisas e das pessoas faz parte do *modus operandi* da colonialidade discursiva, política e subjetiva. Uma filósofa que busca abordar esses dualismos em diferentes contextos é a australiana Val Plumwood, em especial no texto *Feminism and the Mastery of Nature* (1993), em que apresenta esse sistema dualista como um meio que impede o entendimento das conexões entre as

opressões, pois esse sistema acomoda muitos rótulos que condicionam as pautas das humanidades como independentes umas das outras.

Por esse motivo, Plumwood (1993) defende o ecofeminismo como uma importante vertente – ou método, como também é pensando – que muitas lutas, pois tem como base de discussão a Natureza – o meio material mais amplo da sobrevivência humana. De acordo com esse entendimento, apresento o terceiro tópico da organização temática da pesquisa, fundamental para a coleta de representações nos romances: as abrangências do ecofeminismo e a relação colaborativa com a decolonialidade.

O termo *ecofeminismo* foi introduzido por François d'Eaubornne no livro *Le féminisme ou la mort* (1974), uma obra difundida em especial após a projeção dos protagonismos femininos em movimentos de proteção ambiental, como as lutas antinucleares nos Estados Unidos nos anos 1960 e o movimento de Chipko contra as violações ambientais e culturais do território indiano, na década seguinte. O termo, desde o surgimento, tem sido aplicado teoricamente à práticas de resistências ativas muito antes do século XX e não apenas no contexto rural. Em sua ideologia, o ecofeminismo existia em diversas comunidades e organizações muito antes do surgimento de um termo.

O prefixo “eco” – da palavra grega *oikos*, que significa “casa” – torna o alcance do feminismo abrangente o suficiente para considerar a perspectiva de qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, pois todos os seres humanos dependem da Natureza. Por esse motivo, é importante mencionar que a filósofa estadunidense Karen Warren (apud ROSENDO, 2012) entende o ecofeminismo como uma “teoria em processo”, pois pode ser pensada a partir de qualquer contexto, tal qual o exercício de um *quilt*, um método de costura em que diversos retalhos são unidos até formarem camadas acolchoadas.

As camadas de experiências e origens diferentes constituem uma teoria em formação constante, o que demanda uma prática positivamente desequilibrada, pois o desequilíbrio é um sinal de movimento. Assim, a leitura dessa concepção – permeada pelas lutas anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais – aproxima o ecofeminismo da decolonialidade, pois a colonização só é possível a partir do domínio da tríade material apontada anteriormente (ver p.16): o Estado, a Natureza e o Feminino – ao que lembro ser o fator “raça” uma criação também feminilizada e animalizada, como apontou Lugones (2008), portanto, ao menos de acordo com a perspectiva da tríade material, transita entre a Natureza e o Feminino.

Esse sistema de dominação que se apropria de corpos e territórios é o mesmo que, em contrapartida, se vale de um conceito importante abordado pela pesquisadora ecofeminista Marti Kheel em *From Heroic to Holistic Ethics: The Ecofeminist Challenge* (1993): a *ética do herói*. Esse conceito parte da crítica à ecologia moderna que remedia os efeitos do capitalismo na Natureza depois de deteriorá-la para a exploração, um heroísmo que parte de uma identidade masculina branca entendida como uma *identidade mestre*, pressuposta como a única capaz de controlar e salvar a Natureza indomável e não-civilizada – mais uma marca dos dualismos –, bem como a única autorizada a instrumentalizar o uso dessa Natureza como recurso, matéria prima ou *commodities*.

Uma das instrumentalizações como forma de colonização tem sido denunciada constantemente pela física e filósofa indiana Vandana Shiva. Na obra *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento* (2001), a pesquisadora remonta a apropriação de biomas de regiões colonizadas para o desenvolvimento comercial de países colonizadores. A biopirataria ignora a diversidade de sabedoria dos povos locais e se impõe como detentora do conhecimento e do que é melhor para a terra; com isso, descarta a diversidade das plantações e *habitats* para “investir” – um termo que, reforço, é condizente com o (neo)liberalismo econômico – em monoculturas que destroem as potencialidades do solo e desmatam os ambientes em nome da economia globalizada.

Diante desse processo, em *Monoculturas da mente* (2018), Shiva também critica a uniformização e a padronização impostas em prol de um projeto de globalização e homogeneização cultural, o que inclui não apenas as relações entre humanos, mas a percepção ecológica da materialidade que envolve os cotidianos das pessoas: a alimentação, o solo, as pedras, as plantas, os animais, assim por diante.

O apagamento da diversidade pela monocultura – como monopólio capitalista ou como metáfora para o conhecimento homogeneizado – tem sido chamado por Shiva (2003 e 2018) de *políticas de eliminação* – um termo trabalhado nesta pesquisa a partir das considerações da filósofa brasileira Janyne Sattler em *Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida* (2019).

Dessa forma, ao relacionar a exploração da Natureza com a *ética do herói*, reafirmei a necessidade de uma práxis capaz de apontar as alternativas de superação da colonialidade – na concepção racial, de gênero, ecológica, entre outras. Assim, ao menos

no que diz respeito ao foco da pesquisa, reconheci a práxis a partir do ecofeminismo decolonial pautado nas relações de cuidado – antagônicas ao heroísmo da modernidade.

Ao me basear nos estudos das filósofas ecofeministas brasileiras Tânia Kuhnen (2015) e Daniela Rosendo (2012) sobre a ética e o princípio universalizável do cuidado³, entendi essa tarefa como uma atribuição culturalmente feminina capaz de articular debates entre o feminismo, a ecologia e a decolonialidade, pois no ecofeminismo se entende o cuidado como ponto de partida para a ruptura dos dualismos hierárquicos – o cuidado é função de todos – e a construção/reconstrução de uma outra cosmologia que entenda a preservação da vida⁴ e a justiça socioambiental como prioridades.

Diante disso, apresento o último tópico da organização temática da pesquisa: o desenvolvimento da perspectiva ecofeminista no campo dos estudos literários, um tópico com levantamento teórico escasso devido ao debate recente sobre ecofeminismo no Brasil e muito restrito à filosofia. Ainda assim, um ensaio intitulado *Apontamentos para uma crítica literária ecofeminista* (2009) da pesquisadora brasileira Angélica Soares se tornou a principal referência do tópico, pois nele a autora reconhece que a literatura parece não ter relação alguma com a ecologia porque, em geral, os estudos ecológicos são mais voltados para o registro do meio ambiente e da paisagem sem considerar com afinco a construção subjetiva dos seres humanos na relação com a Natureza.

Por esse motivo, ao pensar em uma crítica ecofeminista, é preciso ampliar as possibilidades de alcance de categorias, discursos, áreas do conhecimento e entendimento de ser humano como parte constituinte da Natureza, não separado dela. As dificuldades encontradas requerem – como percebido ao longo da pesquisa – definições de novas categorias baseadas em cruzamentos de áreas, de críticas, de teorias e conceitos, além da aproximação geográfica de uma quantidade muito diversa de pesquisadores atentos à relação entre as mulheres e a Natureza não apenas para identificação, mas para uma concepção feminista além das teorizações.

Diante disso, notei em meus objetos de pesquisa representações ecofeministas de relevância para a contribuição do ecofeminismo como crítica propícia a expandir o

³ Esses estudos são uma referência brasileira no debate específico do ecofeminismo sobre a *ética do cuidado*, um termo de oposição à mencionada *ética do herói*, pois parte da concepção positiva do cuidado como princípio cultural feminino que pode ser universalizado – no sentido de expansão, não de homogeneização. Essa observação é importante para evitar a repetição do sentido ao longo das seções.

⁴ A preservação da vida, nesse caso, não inclui apoio aos movimentos “pró-vida” contrários à legalização do aborto.

alcance da decolonialidade, do materialismo histórico, da crítica feminista e da ecocrítica diante das inúmeras questões apresentadas nos romances. Por serem processos de formação de personagens femininas contestadoras criadas por mulheres, as obras perpassam a crítica feminista; por serem contextualizadas em períodos ditatoriais, regimes oriundos dos interesses imperialistas que relegam as pessoas a um estado de exceção, as obras perpassam a crítica materialista histórica; por serem constantemente relacionadas a ciclos da Natureza ou a percepções sensíveis ao meio ambiente, as obras perpassam a ecocrítica.

Nesse entre-lugar, reconheci minhas limitações na abordagem de inúmeros temas complexos que os caminhos da pesquisa anunciavam – tanto devido ao tempo quanto a circunstâncias da atualidade – e situei os principais rumos teórico-metodológicos que me conduziram a escolhas mais específicas, direcionadas pelos apontamentos que se desenvolviam. As especificidades e escolhas mais selecionadas aconteceram devido à hipótese da pesquisa ter sido ampliada ao longo do processo.

A princípio, as análises das representações ecofeministas nos romances apontavam para uma relação das protagonistas com a Natureza em um nível de construção majoritariamente individual, como uma espécie de “jornada da heroína” em que a Natureza era apenas um meio de descoberta, um afago entre os ápices narrativos. Entretanto, conforme as análises eram desenvolvidas, a hipótese passou a direcionar também um reconhecimento de memória e identidade coletiva a partir da sensibilidade com a Natureza, especialmente nas relações das protagonistas com outras personagens.

Além disso, a identificação da memória como meio fundamental para a movimentação das identidades – que, nesse caso, abrange tanto o amadurecimento das protagonistas quanto as perspectivas críticas sociais dos grupos – possibilitou o desafio para responder a seguinte pergunta: como as representações ecofeministas nos romances se configuram em resistência à colonialidade?

Para encontrar repostas, atribuí ao meu trabalho de natureza teórica uma abordagem qualitativa de dedução e delimitei as “representações ecofeministas” em duas categorias de análise: 1) as percepções sensíveis sobre a Natureza e 2) as relações de cuidado que facilitam as percepções sensíveis. A primeira categoria contempla o sentido individual da narrativa e parte das protagonistas, a segunda contempla o sentido coletivo e parte das relações das protagonistas com outras personagens e grupos; na comparação

entre as duas obras, as duas categorias exploram o caráter de resistência socioambiental sob a perspectiva feminina.

Por se tratar de uma comparação, norteiei minhas escolhas a partir da crítica literária Tânia Franco Carvalhal em *Literatura comparada* (2006), obra em que ela afirma ser a literatura comparada uma abrangente mediadora na pesquisa, não apenas porque compara, mas porque funciona como um recurso de análise que pode explorar de formas mais acertadas os alcances dos objetivos propostos. Desse modo, organizei este trabalho em quatro seções.

Na seção I, elaborei uma introdução ao trabalho: apresentei a organização temática sob uma contextualização ampla até a mais específica – o que indica o que pretendo abordar; depois apresentei a viabilidade da pesquisa, a hipótese, a pergunta norteadora, a natureza, a abordagem e organização do trabalho – o que indica o modo como desenvolvi a pesquisa; em seguida, apresentei minhas justificativas quanto à importância teórica e prática desta pesquisa.

As duas próximas seções correspondem às análises acompanhadas de teorização e contextualização, procedimento que nomeei apenas como “apontamentos”. Na seção II, apresentei apontamentos específicos sobre o romance *Eva Luna* a partir de dois tópicos: 1) um panorama do enredo da obra com breve contextualização e 2) as principais representações ecofeministas identificadas no romance – parte em que incluí tópicos relativos a cada representação. Na seção III, repeti o procedimento para o romance *Tropical Sol da Liberdade*.

Na seção IV, apresentei os resultados comparativas em dois tópicos de semelhança mais contundentes – ou interseções temáticas – encontrados nos romances: 1) as comparações relacionadas à maternidade e ao cuidado – parte em que incluí tópicos relativos a cada comparação – e 2) as comparações relacionadas aos processos de escrita das protagonistas. Em seguida, apresentei as considerações finais para comentar acerca do processo de pesquisa, bem como sintetizar os apontamentos e os resultados comparativos.

Para compor o corpus teórico ao longo das seções, defini seis eixos conceituais de apoio: 1) o eixo sobre decolonialidade, 2) o eixo sobre ecofeminismo, 3) o sobre memória e identidade, 4) o sobre literatura e gênero, 5) sobre literatura e resistência e 6) um eixo de apoio para contextualização histórica. No primeiro eixo estão estudos como os de

Aníbal Quijano (2005 e 2008), María Lugones (2008 e 2010) e Heloisa Buarque de Hollanda (2020) – bem como outros artigos da coletânea organizada por ela, entre os quais selecionei os textos de Lugones e outras pensadoras.

No segundo eixo estão estudos como os de Martin Kheel (1993), Vandana Shiva (2001 e 2008) e Daniela Rosendo (2011 e 2019) – assim como artigos de uma coletânea em que a autora é uma das organizadoras, dentre os quais selecionei apontamentos de Maria Clara Dias, Susane Soares, Letícia Gonçalves, entre outras. No terceiro eixo estão estudos como os de Ecléa Bosi (1994), Beatriz Sarlo (2007) e Joël Candau (2016). No quarto eixo estão estudos como os de Cecil J. Albert Zinani (2013), Márcia Hoppe Navarro (1995) e Eurídice Figueiredo (2017). No quinto eixo estão estudos como os de Alfredo Bosi (2002) e Tânia Sarmiento-Pantoja (2014). Por fim, no sexto eixo, estão Heleieth Saffioti (2013), Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino (2016).

Outro segmento paralelo a esses cinco eixos é da fortuna crítica sobre os romances, um segmento utilizado especialmente nas contextualizações das obras. Para *Eva Luna*, recorri a análises das críticas literárias Márcia Hoppe Navarro (1991 e 1995) e Susana Reisz (1991); para *Tropical Sol da Liberdade*, recorri a Eurídice Figueiredo (2017), Rosani Úrsula K. Umbach e Andrea Quilian de Vargas (2013).

Desse modo, justifico a importância da minha pesquisa a partir do que aponta Antonio Candido no texto *Literatura e direitos humanos* (1989), em que afirma ser a literatura um instrumento de instrução, educação e sensibilidade em diversos âmbitos da sociedade. Por isso, diante dos padrões de exploração dos corpos das mulheres e da Natureza persistentes na atualidade – como a negação de direitos sobre os próprios corpos e os negacionismos quanto ao colapso ambiental –, entendo a interpretação analítica de *Eva Luna* e *Tropical Sol da Liberdade* como uma contribuição ao debate ecofeminista para além dos estudos literários, pois acredito que a “teoria em processo” ecofeminista se entrelaça em vozes e contextos diversos como projeto revolucionário e alternativa sistêmica.

Assim, se a literatura é um potente instrumento de instrução e educação, minha proposta pode não apenas ser contribuição para uma crítica ecofeminista decolonial nos estudos literários, como pode se desdobrar em ações práticas de conscientização sobre a condição da Natureza feminilizada e das mulheres animalizadas. Mesmo diante das limitações do texto, a necessidade cotidiana de repensar hábitos normalizados pela

ausência de perspectivas de cuidado nas relações intra e interespécies é cada vez mais urgente e precisa ser ampliada, ainda que paulatinamente.

SEÇÃO II: APONTAMENTOS SOBRE *EVA LUNA*

A seção atual corresponde às percepções e análises específicas sobre o romance *Eva Luna* da chilena Isabel Allende. Na primeira subseção, apresento um panorama da obra, breve contextualização e comentários presentes na fortuna crítica; na segunda subseção, apresento as principais representações ecofeministas identificadas a partir das duas categorias propostas: as relações de cuidado e as percepções sensíveis sobre a Natureza.

Como referências conceituais para a seção, recorri a apontamentos de Márcia Hoppe Navarro (1995) e Cecil J. Albert Zinani (2013) quanto à figura da mulher na ficção, de Ecléa Bosi (1994) sobre a memória, de Janyne Sattler (2019) para articular o texto à perspectiva ecofeminista, entre outros.

2.1 PANORAMA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA

Eva Luna, romance de Isabel Allende publicado em 1987, apresenta a trajetória da protagonista Eva e de seu parceiro romântico, Rolf, em uma estrutura semelhante à de telenovelas: onze capítulos divididos em cenas mescladas ora do arco narrativo de uma personagem, ora de outra, até o encontro de ambas e o desfecho marcado pela união. Ainda assim, Eva é a personagem narradora de todo o romance, por isso a narrativa completa é baseada nas perspectivas dela, fator que prioriza o detalhamento do contexto de seu próprio desenvolvimento social e psicológico.

Quanto ao tempo e ao espaço, no texto *Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea* (1995), a crítica literária brasileira Márcia Hoppe Navarro afirma que *Eva Luna* é desenvolvido na Venezuela entre os anos 1930 e 1960,

desde a ditadura de Juan Vicente Gómez (...) passando pelo bem detalhado período de despotismo cruel de Marcos Pérez Jiménez até os anos de pacificação democrática de Rafael Caldera. (...) A história da Venezuela é claramente retratada, embora não explicitamente nomeada, através dos olhos de classe e gênero marginalizados (1995, p.24).

Ainda de acordo com Navarro, porém no texto *A mulher em Eva Luna de Isabel Allende* (1990), o romance “confirma definitivamente a obra da escritora chilena dentro dos parâmetros do feminismo ou da Nova Crítica Feminista latino-americana” (p.172), pois resiste aos padrões narrativos masculinos, convoca novas interpretações –

principalmente quanto aos relacionamentos entre mulheres – e evidencia uma “visão feminina” de um sujeito histórico-social em posição de vulnerabilidade sem ignorar as contradições dessa visão.

Eva Luna inicia com uma apresentação da protagonista e de sua mãe, Consuelo, uma mulher que aparentava ter descendência europeia. Na infância, possivelmente ao fim do século XIX, Consuelo foi abandonada em meio à floresta e encontrada por catequizadores jesuítas, com os quais viveu por muitos anos. Entretanto, por negar obediência, Consuelo fugiu tanto dos jesuítas quanto do convento para onde tentaram enviá-la, até chegar em uma cidade e encontrar emprego na mansão de um cientista conhecido como Professor Jones.

Nesse período, iniciava-se a ditadura militar do nomeado Benfeitor – a ficcionalização de Juan Vicente Gómez – enquanto, paralelamente, Consuelo conhecia e passava a cuidar de um homem indígena que estava enfermo após a picada de uma cobra. Com esse homem, Consuelo teve um breve caso sexual do qual nasceu Eva Luna.

Ao educar a filha com a ajuda dos demais empregados da casa, Consuelo foi a primeira pessoa a indicar a Eva uma perspectiva artística, ela a ensinava a contar estórias e a exercitar a imaginação como forma de sentir algum conforto diante da realidade empobrecida em que viviam. Quando Eva estava com sete anos, Consuelo foi acometida por um engasgo com o osso da galinha que comia, episódio que a levou à morte e deixou Eva sob a responsabilidade de uma das cozinheiras da mansão, nomeada apenas como Madrinha – pois, de acordo com a narrativa, era realmente madrinha da criança.

Por ordens da Madrinha, Eva precisou abandonar a casa do Professor Jones e seguir para outras casas a fim de trabalhar como empregada doméstica. Nessas empreitadas durante uma infância marcada por miséria, a protagonista conheceu Elvira, uma senhora pela qual desenvolveu um afeto que lhe foi recíproco, além de uma retomada dos cuidados que Consuelo tinha, como o exercício imaginativo e a contação de estórias para acalantar as tristezas. Eva encontrou muito aconchego na companhia de Elvira, mas começou a se rebelar contra os padrões ao recusar obedecer sem questionar, comportamento que a fez perder a moradia e a companhia de Elvira aos treze anos.

Ao morar na rua, Eva conheceu um rapaz de sua idade chamado Huberto Naranjo. Valente e genioso, o jovem foi a primeira paixão da protagonista e o responsável por apresentá-la a uma cafetã nomeada Senhora. Dona de um prostíbulo, a Senhora concordou

com Naranjo em não envolver Eva com a prostituição, a acolheu junto de outras prostitutas e de Melécio – um professor de italiano e *drag queen* –, tratando-a com muito zelo. Entretanto, em um dia de protesto das prostitutas contra a polícia, tanto Senhora quanto Melécio e outras moças foram presos, o que fez Eva precisar morar na rua novamente.

Nesse período, a moça conheceu o árabe Riad Halabí, um homem de meia idade, gentil e envergonhado de seu lábio leporino; a convite dele, Eva foi morar no vilarejo de Água Santa e passou a ser tratada como uma filha. Ela era responsável por ajudar Riad em seu comércio, o Pérola do Oriente, enquanto se ocupava com seu processo de alfabetização e suas constantes idas ao cinema. Riad gostava da companhia de Eva, mas acreditava estar em um bom momento para se casar, ao que decidiu trazer Zulema – uma moça árabe como ele –, para cumprir matrimônio conforme suas tradições culturais e ter mais uma mulher com quem dividir as tarefas de Eva.

Entretanto, Zulema não correspondia às expectativas de Riad e aumentava os trabalhos domésticos da protagonista. O cenário ficou mais denso com a chegada de Kamal, um sobrinho de Riad pelo qual Zulema se apaixona e tem um caso sexual; no entanto, em determinado momento, Kamal foge sem deixar nenhuma informação e abandona Zulema desiludida e adoecida em tristeza, o que a leva ao suicídio. Diante da tragédia, o vilarejo passou a desconfiar que Eva tivesse cometido o assassinato de Zulema, pois Riad estava em viagem e apenas as duas estavam na casa durante o ocorrido. Pelas suspeitas, Eva foi presa e sofreu dias de torturas.

Quando Riad voltou de viagem, foi imediatamente à prisão e libertou Eva por meio de fiança. No retorno ao vilarejo de Água Santa, Riad se compadeceu por Eva e por tudo o que lhe aconteceu na prisão, ao passo que ela correspondeu com gratidão e um novo sentimento: o desejo. Os dois terminaram o dia em carícias, declarações e a primeira relação sexual da protagonista, acontecimento recordado por ela com carinho. Entretanto, o momento é seguido de outro cenário de abandono, mesmo não proposital, pois Riad indicou Eva para uma casa de moças na cidade mais próxima, a fim de que ela não mais padecesse com os julgamentos da vizinhança, porém, Eva recusou a decisão sem que o amigo soubesse e voltou a morar nas ruas.

Nesse período, a protagonista reencontra Melécio, agora uma atriz de televisão chamada Mimi, e Huberto Naranjo. Com Mimi, a moça consegue nova moradia e

amizade, com Naranjo, consegue um relacionamento sexual e afetivo. Esse momento remonta ao regime militar de Marcos Pérez Jiménez, período crítico em que Naranjo se torna um guerrilheiro contrário ao regime e Eva decide acompanhá-lo em seus planos, ainda que ele resista a tal decisão.

Ainda assim, Eva, Naranjo e outros guerrilheiros vão para um esconderijo em meio à selva para preparar um ataque aos militares; no local, a protagonista conhece Rolf Carlé, um homem europeu que filmava um documentário sobre a guerrilha e chegou à América do Sul para fugir de inúmeros problemas familiares e diversas consequências da Segunda Guerra Mundial na Europa. Por se identificarem em suas trajetórias, Eva e Rolf se apaixonam e começam a se relacionar depois do bem sucedido ataque dos guerrilheiros. Desse momento em diante, um começou a incentivar o outro em seus anseios criativos: ele com o audiovisual, ela com a literatura.

Por fim, envolvidos pelo recente período democrático do país e pelas possibilidades de trabalho com a televisão, Rolf começou a planejar a filmagem de uma telenovela enquanto Eva escrevia o roteiro, um texto que ela escolheu construir baseado em sua própria vida. A novela foi nomeada *Bolero*, uma narrativa de final feliz mas com o objetivo de denunciar a realidade a partir da ficcionalização de elementos narrativos selecionados, tal qual fez Isabel Allende no próprio romance *Eva Luna*.

Ainda que muito afastada das realidades empobrecidas e periféricas como a de sua personagem, nota-se em Isabel Allende uma preocupação com as mulheres marginalizadas nas periferias latino-americanas, em especial crianças e adolescentes. Em 1996, ela inaugurou a Fundación Isabel Allende, instituição criada em homenagem a sua falecida filha Paula, pessoa a quem muito admirava pela dedicação como voluntária em comunidades periféricas venezuelanas.

Além disso, Allende é sobrinha de Salvador Allende, presidente retirado do poder pelo golpe do general Augusto Pinochet em 1973, no Chile. Esse fato a levou a conhecer o exílio desde muito jovem e possibilitou ainda mais experiência para as elaborações de diversas críticas aos regimes militares em suas obras, como fez em *Eva Luna* e também em seu romance mais famoso, *A casa dos espíritos*, publicado em 1982. Essas informações evidenciam que Allende também se preocupa com as movimentações políticas em que se desenvolvem as desigualdades.

De acordo com a pesquisadora Susana Reisz em *¿Uma Scheherazada hispanoamericana? Sobre Isabel Allende y Eva Luna* (1991), Allende assume uma linguagem social a partir de discursos polifônicos entre as personagens que atravessam o desenvolvimento da protagonista, fator que aponta para as “contradições internas e interferências de outras linguagens por ela [a protagonista] mimetizadas”⁵ (p.116); com esse modelo, a narrativa evidencia uma jornada rumo a reconstrução de uma identidade feminina fragmentada a partir da busca pela autonomia da própria voz.

Em meio a reconstrução dessa identidade estão as representações ecofeministas, pois ao longo das expectativas e rupturas no romance, há uma percepção sensível sobre a Natureza a partir de relações de cuidado fundamentais para o engajamento da temática priorizada: a da mulher subalterna que encontra na escrita sua sobrevivência. Essas representações que relacionam o desenvolvimento da protagonista, outras personagens e o meio ambiente quase não são exploradas dentro da fortuna crítica de *Eva Luna*, mas são elementos importantes para expandir as perspectivas sobre a realidade ficcional da obra.

Desse modo, a próxima subseção é dedicada à identificação das principais representações ecofeministas no romance e abrange, de forma articulada, as duas categorias de análise elencadas em tais representações: as percepções sensíveis sobre a Natureza e as relações de cuidado que facilitam as percepções sensíveis.

2.2 REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS NO ROMANCE

A partir das duas categorias propostas para identificar as representações ecofeministas nos romances, coletei em *Eva Luna* quatro representações fundamentais na construção da narrativa. Essas identificações apontam para um encontro de temáticas entre o ecofeminismo e a decolonialidade a partir do momento em que rompem algumas lógicas da modernidade. Assim, o encontro entre os temas parte do entendimento de que o ecofeminismo no contexto latino-americano assume outras especificidades.

De acordo com as pesquisadoras Maria Clara Dias, Susane Soares e Letícia Gonçalves no texto *A perspectiva dos funcionamentos: entroncamentos entre ecofeminismo e decolonialidade* (2019, p.197-198), o ecofeminismo, como parte da

⁵ Texto original: “contradicciones internas y de las interferencias de los otros lenguajes mimetizados por ella”.

decolonialidade, é apresentado a partir de questões próprias da colonização e se desenvolve pela dominação cultural junto à dominação da Natureza, afinal, sem essa dominação, a colonização não aconteceria da mesma maneira como aconteceu, ao que as autoras complementam:

Com isto queremos dizer que ecofeminismo e feminismo decolonial são – apesar de originados em pontos diferentes do globo – associáveis por meio de uma percepção de que a colonização não funciona sem a exploração da natureza e a exploração da natureza não funciona sem a colonização dos povos que habitam determinadas regiões (p.197-198).

Diante do contexto de *Eva Luna* – como também do contexto de *Tropical Sol da Liberdade* na seção seguinte –, a presença dos aspectos de colonização aparecem ora evidentes, ora nas entrelinhas, mas sempre a partir do ato de se situar como parte de um cenário histórico.

Como o texto literário emana da subjetividade, esse processo também possibilita uma reflexão decolonial em relação à memória e a repercussão desse fator no desenvolvimento das identidades individuais que modelam as protagonistas. Em *Eva Luna*, o reconhecimento da paisagem e do território latino-americano nas falas das personagens norteia boa parte da comparação com suas ações e com o contexto de desenvolvimento, ou seja, a sensibilidade diante da Natureza estimula a subjetividade explorada na narrativa. A partir disso, apresento as representações identificadas.

2.2.1 Consuelo e Elvira como figuras maternas

A primeira relação importante no desenvolvimento de Eva foi com a mãe, Consuelo. No início do romance, a protagonista se apresenta da seguinte maneira: “chamo-me Eva, que quer dizer vida, segundo um livro que minha mãe consultou para escolher meu nome” (ALLENDE, 2019, p.9), uma introdução conveniente para a simbologia de uma primeira mulher a parir outra vida – mãe e filha como reprodutoras da palavra. Em seguida, Eva narra a infância da mãe e afirma que ela foi uma criança abandonada na floresta, mas encontrada por padres jesuítas contra os quais se rebelaria mais tarde – o “espírito de rebeldia” da mãe era muito semelhante ao que seria o de Eva anos depois.

Devido à infância na floresta, Consuelo mantinha muitos conhecimentos sobre as utilidades das plantas, o que era útil para os cuidados com a filha; para as enfermidades

físicas, por exemplo, Consuelo fazia infusão de abóbora para combater amebas e colhia raiz de samambaia para combater solitárias (ALLENDE, 2019, p.28), enquanto para as enfermidades da mente, ela contava estórias sobre a floresta e estimulava a criatividade da filha, embalando-a em um exercício imaginativo. Por esse motivo, Eva afirma que a mãe “ficou marcada pela paisagem e, de alguma forma, conseguiu transmitir-me essa impressão” (ALLENDE, 2019, p.9).

Os cuidados de Consuelo formam a base da sobrevivência de Eva, pois Consuelo imergia a filha em um mundo de palavras e significados importantes para transcender a realidade empobrecida em que viviam, desse modo criavam – pois não tinham acesso material para concretizar – lugares confortáveis para aproveitarem o tempo juntas. Um exemplo disso é o momento em que Eva lembra do que a mãe dizia sobre as palavras:

As palavras são grátis, [Consuelo] costumava dizer, e apropriava-se delas, eram todas suas. Semeou em minha cabeça a ideia de que a realidade não é apenas como se percebe na superfície, possuindo também uma dimensão mágica e, tendo-se vontade, é legítimo exagerá-la e dar-lhe cor, para que a passagem por esta vida não se torne tão tediosa. As personagens que evocava no encantamento de seus contos são as únicas recordações nítidas que conservo de meus primeiros anos (ALLENDE, 2019, p.28).

A memória de Eva sobre a mãe é muito exercitada pela necessidade de encontrar alguma base fortificadora nos momentos difíceis que vivia, em especial aqueles em que era abandonada sozinha à própria sorte, como nos momentos em que precisou morar na rua. As lembranças de Eva partem da evocação de um passado com mãe e, para funcionarem como alívio, podem sofrer distorções.

O que motiva essa evocação constante pode ser derivado do momento em que Consuelo se engasga com um osso de galinha e morre ao lado de Eva, mas antes lhe diz: “A morte não existe, minha filha. A gente só morre quando nos esquecem. (...) Se você puder lembrar-se de mim, estarei sempre ao seu lado” (ALLENDE, 2019, p.47), pois a partir desse momento a imagem de Consuelo passa a exercer uma função de entidade para a qual Eva dedica suas orações.

Ao evocar o momento em que vê a mãe morrer, Eva narra: “a partir de então precisei aguçar muito mais minha percepção, para não perdê-la entre as sombras inapeláveis em que vão parar os espíritos difusos” (ALLENDE, 2019, p.47), ou seja, o caráter espiritual que Eva concede à figura da mãe como uma alma que não pode ser perdida nas sombras é o exercício da memória como imortalidade simbólica, o que ao longo da narrativa torna essa figura quase cristalizada e, conseqüentemente, santificada.

Esse aspecto foi abordado pela psicóloga social brasileira Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (1994), quando afirma que, em geral, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (p.55), ou seja, a evocação do passado pelo exercício da memória não é o passado como realmente foi. Ainda de acordo com Bosi:

deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor (1994, p.55).

Esse trecho é apresentado após uma explicação sobre a perspectiva do filósofo francês Henri Bergson confrontada à perspectiva do sociólogo também francês Maurice Halbwachs, um raciocínio que destaca a contribuição de ambos para os estudos do tema sem ignorar o caráter instável da memória.

De acordo com Bosi (1994), Bergson pensava a consciência e a memória a partir de uma “conservação total do passado e sua ressurreição”, algo que “só seria possível no caso (afinal impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais de sua infância” (p.55), por isso, a partir do momento em que Consuelo morre, a constituição de sua personalidade também morre, mas seu desenvolvimento permanece para Eva até a idade adulta. Logo, é tanto por meio da memória quanto do esquecimento que a imaginação da filha sobre a figura da mãe – com seus conhecimentos de cura e suas histórias sobre a floresta – ganha continuidade.

Quando Bosi (1994) apresenta a perspectiva de Halbwach sobre a memória, ela comenta em concordância com o sociólogo que “a memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão”, ou seja, “com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (p.54), essa concordância, portanto, resume o que Halbwachs nomeou como *memória coletiva*.

Desse modo, a evocação do passado está sujeita a diversas influências do presente, por isso Eva, ao vivenciar a fome, o abandono, a pobreza e a ansiedade diante dos planos, evoca a figura da mãe de maneira idealizada, como uma espécie de divindade que poderá

resolver seus problemas de alguma forma. Um exemplo disso é quando a protagonista narra sua angústia quanto ao plano de ataque dos guerrilheiros dar certo ou não:

Sentia um aperto insuportável nas têmporas e maldizia minha morbidez, que me atormentava com os piores presságios. Que tudo corra bem para eles, que tudo corra bem para eles, ajude-os, pedi a minha mãe, como sempre fazia nos momentos cruciais, e comprovei novamente que seu espírito era impermeável, às vezes surgia de repente e me dava um tremendo susto, mas em ocasiões como essa, em que eu a invocava com urgência, não dava o menor sinal de ter-me ouvido (ALLENDE, 2019, p.274).

A divindade de Eva era a recordação que tinha da mãe, o exercício da memória era sua oração.

Quando pontua a memória e a relação com familiares distantes geograficamente ou falecidos, Bosi (1994) afirma que a distância física “é, às vezes, um fator de aproximação: o membro distante pode tornar-se uma figura mítica, amada de forma especial” (p.424); ao transferir essa afirmação para a análise da narrativa de Eva, compreende-se que a mãe tal como poderia ser é desconhecida, pois quando ela morreu Eva era muito jovem e a memória da infância é a mais distorcida para a protagonista. Ela recorre constantemente ao recurso imaginativo para preencher as lacunas do esquecimento.

De acordo com a crítica literária brasileira Cecil J. Albert Zinani (2013), “o narrador em primeira pessoa, por ser uma voz privilegiada dentro do processo cognitivo, procura recuperar o tempo passado”, por consequência se mantém, como Eva faz, “compreendendo-o, justificando-o ou tentando promover um acerto de contas, apresentando os fatos de maneira própria, uma vez que é apenas a sua opinião que está sendo evidenciada” (p.45). Assim, a figura da mãe idealizada e suas evocações a fim de acalento em momentos difíceis são um recurso de sobrevivência para a protagonista, ao passo que essas evocações otimistas existem devido a uma dedicação baseada no *cuidado* da mãe para com a filha no passado.

A relação entre mãe e filha é uma das mais importantes do romance e configura a primeira representação ecofeminista identificada, pois as curas e as histórias herdadas de Consuelo estimulam a percepção sensível de Eva sobre a Natureza, envolvem a protagonista em uma cultura considerada primitiva na modernidade – como a fitoterapia e a literatura oral – e, como consequência, reestruturam uma identidade feminina subalternizada, tendo em vista que as práticas consideradas primitivas pela modernidade são menosprezadas também por serem atribuídas de gênero e inseridas na lógica

dualista/colonialista que o ecofeminismo e a decolonialidade buscam romper (BARRAGÁN et.al., 2016, p.236).

A partir disso, é importante lembrar que quando Eva nasceu, uma das cozinheiras da mansão do Professor Jones ajudou Consuelo na hora parto – momento em que ela disse ser um mau sinal Eva ser fêmea (ALLENDE, 2019, p.27). Após o fatídico acidente com o osso de galinha e o falecimento do patrão, a Madrinha levou a afilhada a inúmeras casas para trabalhar como empregada doméstica. Apesar do trabalho, a criança não recebia nenhuma recompensa além de parca alimentação, pois a Madrinha ficava responsável pelos recebimentos mas desviava tudo para si.

Abandonada à própria sorte, Eva começou a trabalhar na casa de dois irmãos e conheceu Elvira, um senhora idosa também empregada no local. A atenção que Elvira passou a dedicar a Eva foi fundamental para reestruturar minimamente o cotidiano de cuidados que Consuelo tinha, bem como a base de afetos que a protagonista acreditava ter perdido. Sobre esse cenário de amizade, Eva narra: “Elvira ocupava-se de mim, obrigava-me a comer, ensinava-me os trabalhos da casa, aliviava-me das tarefas mais pesadas” (ALLENDE, 2019, p.60); a relação desenvolvida entre Eva e Elvira se configura em uma espécie de continuação da maternidade perdida ou uma extensão delineada pelo papel social atribuído a uma avó.

Além disso, Elvira reestabelece em Eva o exercício imaginativo que Consuelo instigava; as duas conversavam, inventavam pequenos teatros no quarto de empregadas, trocavam histórias para dormir, ouviam rádio-novela, entre outras atividades. Elvira tinha prazer pelas palavras e pelas narrativas contadas e ouvidas, ao ponto de Eva afirmar: “com ela aprendi a barganhar palavras por outros bens e tive muita sorte, porque sempre encontrei alguém disposto a essa transação” (ALLENDE, 2019, p.72).

O *cuidado* de Elvira com Eva e o afeto que sustentou esse cuidado foram fundamentais para o desenvolvimento do romance, bem como a capacidade de negociação ensinada por uma mulher mais experiente e com mais tempo de vida do que Consuelo pudera ter. Diferente de Consuelo e sua descrição idealizada, Eva descreve Elvira como uma mulher mais conservadora de fortes julgamentos, ainda que amorosa.

Esse caráter é endossado quando começam a circular notícias de que a Madrinha tinha sofrido um aborto espontâneo após ter relações sexuais com homens de raças

diferentes, um negro e outro branco, por isso se comentava que a criança nasceria com duas cabeças, um “monstrinho”. Diante desse acontecimento, Elvira comenta com Eva:

– É claro que o pobrezinho tem dois pais – disse Elvira, com uma careta de nojo. – No meu entender, essas desgraças acontecem por dormir com dois homens no mesmo dia. Tenho mais de cinquenta anos e nunca fiz isso. Eu, pelo menos, nunca deixei que em minha barriga se misturassem os humores de dois homens, porque desse vício é que nascem homenzinhos de circo (ALLENDE, p.102).

Antes disso, quanto ainda se encontravam, a Madrinha costumava dizer a Eva que a virgindade era um tesouro – “enquanto tiver pureza, você valerá alguma coisa, quando perdê-la, não será mais ninguém” (ALLENDE, 2019, p.104-105) –, ao passo que se tornou vítima do que anunciava em sua própria recomendação.

O caso do aborto da Madrinha evidencia uma dinâmica muito cara ao debate ecofeminista e se configura em uma das representações mais emblemáticas do romance, um aspecto identificado como a segunda representação ecofeminista.

2.2.2 O caso da Madrinha e as políticas de eliminação

O julgamento sexual e reprodutivo a que a revolta da sociedade se detém é pautada em um contínuo processo de colonização da memória atravessada pelo racismo e pela misoginia, pois a situação era usada para pregar um moralismo às mulheres – em funcionamento no discurso de Elvira – bem como uma acessível “cortina de fumaça” para encobrir todo um processo de legitimação exploratória dos territórios e dos corpos durante o regime militar.

Nesse contexto, o momento histórico faz alusão ao período de poder de Marcos Pérez Jiménez, ao passo que, diante do caso da Madrinha, Eva acrescenta comentários sobre a repressão:

Não se falou de outra coisa durante uma semana, inclusive ofuscando a morte de dois estudantes pela guarda à porta da universidade, por agitarem bandeiras vermelhas e cantarem a Internacional. Chamaram a mãe do bebê de desnaturada, assassina e inimiga da ciência porque não quis entregar o filho para ser analisado no Instituto de Anatomia, insistindo em sepultá-la no cemitério, de acordo com os preceitos católicos. (...) A polícia manteve a mãe isolada em uma cela durante várias semanas, até que um médico-legista conseguiu fazer-se ouvir. Sempre afirmara, embora ninguém lhe desse atenção, que a causa da morte não fora a queda pelo tubo da lixeira, porque a criatura já nasceu morta antes de nascer. Por fim a justiça libertou a pobre mulher, que ficou marcada de qualquer jeito, porque as manchetes dos jornais a perseguiram durante meses e ninguém acreditou na versão oficial. A truculenta

simpatia popular ficou ao lado da criança e chamaram a madrinha de “Assassina do Monstrinho” (ALLENDE, 2019, p.103).

A fecundidade da matéria – corpo e território – reconhecida na mulher, na fauna e na flora territorial são vulnerabilizadas para que se afirme o sistema de dominação colonizador, por consequência, as hierarquias dualistas se perpetuam. Essa situação remonta aos projetos de *políticas de eliminação* reforçados pelos regimes ditatoriais em seus projetos imperialistas de dominação e exploração.

No texto *Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida* (2019, p.173), a filósofa brasileira Janyne Sattler afirma que as políticas de eliminação são “ao mesmo tempo, políticas sexuais, raciais, classistas, e econômicas” como medida de “*utilidade*, assumida como *produtividade*, *rendimento* e *benefício*”. Antes dessa conclusão, no entanto, a autora também aponta as imbricações das políticas de eliminação no contexto latino-americano e seus efeitos tanto no meio material quanto subjetivo:

o critério de tais políticas é sempre o resguardo do controle e do poder em vista da concentração e da maximização do capital financeiro. Se é verdade, como argumenta Silvia Federici em *Calibã e a Bruxa*, que “o capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifuedal” (FEDERICI, 2017, p.44) – uma luta social por igualdade também a nível de gênero – e que ele é imediatamente anterior, portanto, às excursões europeias colonizadoras, então a compreensão de realidade *bioimperialista* vivida por nós hoje talvez encontre na linguagem, no discurso e nas bases epistemológicas compartilhadas pelo medievo e pela contemporaneidade, a explicação para aquilo que passa como justificação para uma colonização que agora é também mental (p.169-170).

Esse raciocínio remonta ao imaginário coletivo sobre a “mistura de raças” como imprudente, pois a colonialidade do poder implica padrões higienistas da raça e da cultura embranquecida apesar do mito da “democracia racial”, por isso a população fica indignada não apenas com a existência do “monstrinho”, mas também com a escolha da Madrinha em sepultá-lo como cristão. A racialização e a animalização fazem parte do processo de tornar eliminável.

O termo *políticas de eliminação* tem sido amplamente usado pela filósofa e física Vandana Shiva (2003), em especial quando relacionado ao apagamento gerado pelas monoculturas, sejam elas metáforas para os pensamentos e formação de conhecimentos, sejam pela monopolização da agricultura no sistema capitalista. Entretanto, o termo também aponta para a necessidade de manutenção das opressões às minorias no sistema para a continuidade dos projetos de poder, um tipo de política apontada sob várias perspectivas ao longo das décadas – apesar de ser uma das que mais ratifica os problemas socioambientais.

A exemplo dessas outras perspectivas, menciono os estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre a *biopolítica do poder* e, em contrapartida, o conceito de *necropolítica* estabelecido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, ambos pautados em princípios parecidos com as *políticas de eliminação*; esses estudos não foram desenvolvidos nessa pesquisa, mas são de importante lembrança.

A partir desse contexto, é fundamental mencionar que há uma obra na instalação *Assentamento* (2013) – da artista visual brasileira Rosana Paulino – de importante associação às *políticas de eliminação* e suas resistências: a imagem de uma mulher negra escravizada – fotografada pelo francês August Stahl – sobre um pano recortado e costurado de forma irregular (ver figura 1 em anexo). Segundo a descrição de Heloisa Buarque de Hollanda (2020), a figura é impressa em tamanho real e “é recosturada com alinhavos marcantes, desalinhando as partes recortadas, mostrando o “refazimento” dessas pessoas trazidas à força para o Brasil”, além disso, “a sutura busca reunir os pedaços, mas o desalinho forma queloides nessa epiderme que é a própria formação do povo brasileiro” (p.352).

Essa fragmentação aponta para uma realidade anunciada pela filósofa e antropóloga brasileira Lélia Gonzales em *Por um feminismo afro-latino-americano* (1998, p.43): a região latino-americana se caracteriza por um “arco-íris” de classificação racial que, acima da fictícia democracia entre as raças, beneficia a branquitude e a masculinidade. Acrescento – de acordo com o termo “América Ladina” utilizado por Gonzales (1988) – que essas mesmas queloides apontadas por Paulino marcam a América Latina como um todo – ainda que cada país tenha suas particularidades no contexto da exploração – pois a região foi erguida e ainda é sustentada pela exploração de gerações oprimidas.

A partir dessa perspectiva, identifiquei essa representação ecofeminista em *Eva Luna* a partir de duas ramificações. Porém, trata-se de uma representação escamoteada. Quando Eva narra: “Chamaram a mãe do bebê de desnaturada, assassina, e inimiga da ciência porque não quis entregar o filho para ser analisado no Instituto de Anatomia” (ALLENDE, 2019, p.104), é importante notar que o Instituto de Anatomia funciona como duas ramificações colonialistas: uma instituição subordinada a ditadores que permitem a exploração dos territórios e, ao mesmo tempo, uma instituição subordinada à ciência moderna tecnicista que ignora os efeitos psicossociais dos acontecimentos, ou seja, uma instituição baseada na *ética do herói*. Essa é a problemática.

A representação ecofeminista – como mecanismo de resistência – está, de fato, constituída a partir de dois momentos. O primeiro é quando Eva se preocupa em desvelar o acontecimento para além do que Elvira e a população comentam, afinal, apesar de não manter afeto pela Madrinha, Eva tenta defendê-la – “Mas vovó, não ficou provado que a minha madrinha matou...” (ALLENDE, 2019, p.103), ao passo que, anos mais tarde, ao saber que a Madrinha estava em péssimas condições de vida, Eva a procura e tenta ajudá-la, pois o linchamento público pelo qual a mulher passou marca a trajetória da protagonista e evidenciou a ideia da *mulher como princípio de alteridade*.

Essa ideia é defendida pela feminista comunitária Julieta Paredes Carvajal no texto *Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental* (2010, p.201), em que o princípio de alteridade parte de uma conexão em comum entre os grupos independente da distância, por isso as experiências femininas condicionadas ao colonialismo – ao que acrescento a colonialidade do gênero abordada por Lugones (2008) – seriam um ponto de partida para a solidariedade e a empatia entre as diversidades.

O segundo momento é quando Eva comenta que o “monstrinho” foi o assunto mais comentado por um semana, “inclusive ofuscando a morte de dois estudantes pela guarda à porta da universidade, por agitarem bandeiras vermelhas e cantarem a Internacional” (ALLENDE, 2019, p.103). Ao narrar esse momento evocado do passado e acrescentar a informação de que o “monstrinho” ocultou um protesto contra o regime militar, a protagonista denuncia um momento histórico de vigência das políticas imperialistas que exploravam a Natureza para enriquecimento de outros países e, ao mesmo tempo, exploravam o corpo e a integridade de uma mulher vulnerável para encobrir seus feitos.

Dessa forma, Eva desenvolve o princípio de alteridade diante da Madrinha enquanto personagem, quando a defende despida de preconceitos – traço da personalidade em formação da infância –, bem como enquanto narradora – na idade adulta –, quando entende o contexto político de exploração da imagem da Madrinha e critica o ocorrido. Em vista disso, o princípio da alteridade está nivelado com a proposta ética ecofeminista de *cuidado*, logo, essa representação funciona como consequência da primeira – relacionada à Consuelo e Elvira.

Após esse acontecimento, a patroa de Eva começou a reduzir o pagamento à Madrinha pelo trabalho da menina e ameaçou chamar a polícia caso a mulher insistisse

no aumento: “eles já conhecem você, (...) devia estar agradecida por eu cuidar de sua menina; se não fosse por mim, ela estaria morta, igual a sua criatura de duas cabeças” (ALLENDE, 2019, p.105). Impaciente pela importunação da Madrinha, a patroa demite Eva, ela é separada de Elvira e obrigada a morar nas ruas pela primeira vez.

Nesse período, Eva conheceu Huberto Naranjo, começou a morar com a Senhora e, depois da Revolta das Putas – um sério problema comunitário entre policiais e as prostitutas da região –, Eva voltou a morar na rua até conhecer o emigrante árabe Riad Halabí. Nessa fase da narrativa, outra representação ecofeminista relevante foi identificada: a relação entre Eva, Riad e a comunidade de Água Santa.

2.2.3 Riad Halabí e a ruptura do cuidado como naturalmente feminino

Quando Eva recorda como conheceu o emigrante árabe Riad Halabí, ela também narra a chegada do amigo no vilarejo de Água Santa anos antes:

Riad Halabí era um desses seres vencidos pela compaixão. (...) Passou a vida sem notar a simpatia que espalhava a seu redor e o amor que semeava em mim. (...) Era honesto e despido de ambição, faltavam-lhe condições para vencer nessa profissão [mercador viajante], pelo menos na capital, de maneira que seus conterrâneos aconselharam-no a viajar pelo interior, levando sua mercadoria às pequenas cidades e vilas, onde o povo era mais ingênuo. (...) Por fim, chegou à região que outrora havia sido próspera e por cujos rios desciam canoas carregadas de cheirosos grãos de cacau, mas que o petróleo levava à ruína e que agora estava devorada pela selva e pela indolência dos homens. (...) Uma de suas viagens o levou a Água Santa. (ALLENDE, 2019, p.136-137)

Ao apresentar a paisagem rural, Eva denuncia uma das principais matérias exploradas pelo imperialismo/colonialismo na América Latina, em especial na Venezuela ao longo do século XX: o petróleo.

De acordo com a pesquisadora brasileira Mariana de Oliveira Lopes em *Imperialismo e bloco no poder da Venezuela: ambigüidades do bolivarianismo de Chávez* (2007), “Como em outros países da América Latina, a burguesia local nasceu em ligação direta com o imperialismo e, neste país especificamente, isso se deu por meio do petróleo” (p.37). Desse modo, a percepção de paisagem que Eva narra como de Riad é, na verdade, reflexo de sua própria percepção no passado somada a sua perspectiva crítica do presente, conhecedora dos problemas do país.

Por esse motivo, a protagonista narra com um tom afetivo – como se tivesse vivido tal acontecimento – a primeira atitude de Riad assim que chegou em Água Santa: vingar

o assassinato de um jovem da comunidade. O filho de Inês, a professora do Vilarajo – que mais tarde ensinou Eva a ler e escrever –, morreu com um tiro na cabeça disparado pelo dono de um terreno cheio de mangueiras; o motivo era que o menino, ao ver as mangueiras carregadas, entrou no terreno para apanhar mangas.

Na concepção dos moradores de Água Santa, “não havia motivo para pagar por algo que a terra dava de presente”, mas o homem “ainda não se livrara da avareza de alguns indivíduos da cidade” (ALLENDE, 2019, p.138-139), por isso achou normal matar o menino que invadia sua propriedade. Essa é uma alusão interessante aos mecanismos de defesa da burguesia diante da propriedade privada: as mangas são o petróleo.

Diante da tragédia, a vingança proposta por Riad é desenvolvida em um sentido simbólico articulado com a sensibilidade em relação à Natureza, ao respeito com os ciclos e com as vidas oriundas desses ciclos. Não se tratava de um tiro por cima de outro, mas de um recado sensível sobre a limitação das estruturas sociais – entenda-se a noção de propriedade privada ou mesmo particular – diante da opulência da Natureza. Assim, diante do corpo morto do menino, Eva narra as atitudes de Riad:

Ele abriu caminho, ergueu o corpo nos braços e o levou até a casa da professora, onde improvisou um velório sobre a mesa da sala de jantar. Em seguida, demorou algum tempo coando café e servindo-o, o que provocou certo sobressalto entre os presentes, eu nunca tinham visto um homem atarefado na cozinha. Riad Halabí passou a noite acompanhando a mãe (...). Na manhã seguinte, organizou o enterro e ajudou a descer o caixão na sepultura (...). Quando calcaram a terra sobre a sepultura, Riad Halabí se virou para as pessoas reunidas em torno e, tapando a boca com o lenço, propôs uma ideia capaz de canalizar a ira coletiva (ALLENDE, 2019, p.139-140).

Esse primeiro momento é importante para perceber como o *cuidado* se articula historicamente ao feminino, pois um homem exercendo tal função causava estranhamento às pessoas, inclusive à própria protagonista que sempre dividia atividades domésticas com outras mulheres. Depois disso, Eva continua:

Do cemitério, partiram todos a recolher mangas, encheram sacos, cestas, bolsas, carrinhos de mão, e assim foram para a propriedade do assassino, que, quando os viu chegando, teve ímpetos de afugentá-los a tiros, mas pensou melhor e escondeu-se entre os juncos do rio. A multidão avançou em silêncio, cercou a casa, arrombou janelas e portas e esvaziou sua carga nos aposentos. Então, foram buscar mais. Passaram o dia inteiro carregando mangas, até não sobrar uma só nas mangueiras e a casa ficar repleta até o teto. O suco da fruta arrebetada impregnava as paredes e escorria pelo piso, como sangue doce. Ao anoitecer, quando retornaram a seus lares, o criminoso ousou sair da água, entrou em seu carro e fugiu, para nunca mais voltar. Nos dias seguintes o sol aqueceu a casa, transformando-a em gigantesca panela em que as mangas cozinhavam em fogo brando, a construção se tingiu de ocre, amoleceu, deformou-se, partiu-se e apodreceu, durante anos impregnou o lugarejo com um cheiro de compota (ALLENDE, 2019, p.140).

Esse longo trecho narrativo reforça a vulnerabilidade da vida nas relações humanas de dominação e relembra, em casos de esquecimento induzido pela modernidade capitalista, que a propriedade, em si, não existe fora das atribuições sociais e é frágil dentro de uma estrutura mais ampla de desdobramentos ambientais.

Além disso, essa vingança simbólica parte de um homem com manejos de cuidado em geral atribuídos às mulheres, um homem de sensibilidade no tratamento com as pessoas e gentileza em variadas situações. Essa ruptura do paradigma do cuidado como atividade feminina na apresentação de Riad Halabí é fundamental para tornar a percepção de Eva sobre o mundo mais sensível e diversa. A partir do comportamento do amigo, Eva percebe que o afeto sentido pela mãe e por Elvira, a despeito dos conselhos recebidos sobre os homens, podiam alcançar mais pessoas além das mulheres.

Assim como Consuelo e Elvira, Riad incentivou a capacidade criativa de Eva para contar histórias e reforçou essa capacidade por meio de suas experiências de viajante entre os vilarejos – assim como Consuelo fazia ao contar histórias da floresta – por isso a narrativa de Eva é marcante quanto à percepção e descrição das paisagens naturais. Nesse período, Eva já era adolescente e começava a ter aulas de leitura e escrita com a professora Inês, atividade que Riad incentivava da seguinte maneira: “Você tem que estudar para mais tarde poder se sustentar por si mesma, filha, não é bom depender de marido, lembre-se de quem paga manda” (ALLENDE, 2019, p.179), o que fazia Eva sentir desejo pelos estudos.

O incentivo de Riad era respaldado pelo receio de Eva ter um casamento infeliz no futuro, temia seu próprio destino para a moça e, de certa forma, sabia que Zulema também vivia em revés. Desse modo, a cada momento em que Eva era cortejada por algum homem do vilarejo, Riad dizia que nenhum daqueles homens serviriam para a moça, pois eram “grosseirões” e ela deveria “procurar um marido de boa situação (...) que a respeite e a ame” (ALLENDE, 2019, p.180). Eva o compreendia.

Entretanto, quando a moça alegava preferir a vida solteira em Água Santa junto ao amigo e Zulema, ele respondia: “As mulheres precisam casar, porque se não, ficam incompletas, secam por dentro e seu sangue adoce” (ALLENDE, 2019, p.180). Esses discursos, apesar de moldados por estratégias estruturais de dominação sobre as mulheres, eram percebidos por Eva como um incentivo a buscar mais do que esperavam dela, um moça empobrecida, órfã e moradora de um vilarejo esquecido pelos “olhos urbanos”.

O tratamento de Riad para com Eva e sua percepção sobre a esposa, Zulema, eram diferentes, pois ele entendia a esposa como alguém que tinha um papel social de submissão bem definido, diferente da amiga. Ainda assim, Riad persistia no tratamento machista por imersão na cultura masculinista envolvida por um complexo de moralidade, força, honra e dominação. Por isso sua sensibilidade era reservada aos momentos com Eva, tendo em vista que para a esposa e para o restante da comunidade ele buscava manter as aparências de masculinidade, mesmo com falhas na performance.

Essa performance de masculinidade remete à críticas muito importantes sobre os papéis de gênero da filósofa estadunidense Judith Butler em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2010), quando ela defende que a existência do gênero depende da performance, dos disfarces comportamentais dos atores sociais a partir da cisgeneridade e da heteronormatividade, mas que, afinal, o gênero no sentido natural não existe. De acordo com Butler:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (p.195).

Por essa performance também recorro ao que o sociólogo francês Pierre Bourdieu afirma em *O sentimento da honra na sociedade Cabília* (1988) quanto à cultura da masculinidade:

o sentimento da honra é vivido diante dos outros, e o nif é, antes de tudo, aquilo que leva a defender. “O homem de bem” deve estar constantemente em guarda, tem que vigiar as suas palavras, o homem desprovido de respeito por si próprio é aquele que deixa transparecer o seu eu íntimo, com as suas afeições e as suas fraquezas (p.171).

Por isso, quando Eva notava em Riad – assim como notou em Consuelo e em Elvira – uma personalidade que remete à ética do cuidado, alteridade e empatia, ele passou a ser um homem fora dos padrões conhecidos; isso faz de Riad uma personagem cuja construção representa uma perspectiva ecofeminista apesar das limitações e contradições.

A lembrança de Eva sobre esse aspecto de Riad é fortalecida pelo antagonismo da lembrança que tem de Huberto Naranjo, o homem que ela conheceu quando criança e com quem também teve um relacionamento afetivo-sexual. Na primeira menção a Naranjo, Eva comenta que suas ideias sobre masculinidade eram arraigadas desde a infância e “tudo quanto experimentou depois, todas as batalhas e paixões, todos os

encontros e discussões, todas as rebeliões e derrotas, não foram suficientes para que mudasse de opinião” (ALLENDE, 2019, p.66-67). Essa percepção de Eva está ligada ao que aconteceu quando ela o reencontrou depois de ir embora de Água Santa.

Naranjo se tornara um guerrilheiro de ideias revolucionárias e planejava viajar para uma missão da guerrilha; no entanto, quando Eva pede para acompanhá-lo, Naranjo não a aceita por acreditar que aquele tipo de luta não era propício para um mulher. Diante disso, Eva narra:

Recordei a tarde distante em que tínhamos nos conhecido (...). Já então ele se considerava um macho consumado, capaz de dirigir seu destino, em troca afirmando que eu estava em desvantagem por ter nascido mulher, devendo aceitar as diversas tutelas e limitações. A seus olhos eu seria sempre uma criatura dependente. Humberto pensava assim desde que tivera uso da razão, era improvável que a revolução modificasse tais sentimentos. Compreendi que nossos problemas não tinham relação com as vicissitudes da guerrilha; embora ele pudesse levar seu sonho avante, a igualdade não viria para mim. Para Naranjo e outros como ele, o povo parecia composto apenas por homens; nós, as mulheres, deveríamos contribuir para a luta, mas estávamos excluídas das decisões e do poder. Sua revolução não modificaria a minha sorte, em essência; em qualquer circunstância, eu teria que continuar abrindo caminho por mim mesma, até o fim dos meus dias (ALLENDE, 2019, p.223).

Naranjo seguiu em sua missão sem Eva e voltou apenas depois de algumas semanas. Entretanto, em uma outra missão, Eva conseguiu acompanhar o grupo de guerrilheiros apesar da resistência de Naranjo.

O planejamento era um ataque ao Presídio de Santa Maria – o mesmo em que Eva foi torturada após a morte de Zulema – a fim de confrontar os militares que ali vigiavam. Para isso, o grupo contava com a ajuda de uma comunidade indígena habitante das redondezas do presídio e também de Água Santa. Nesse ponto da narrativa, identifiquei outra representação ecofeminista importante a ser abordada a seguir.

2.2.4 A comunidade indígena e o (re)conhecimento das memórias ancestrais

A chegada na aldeia indígena é um momento muito importante para a construção crítica da protagonista, bem como aguçador da sensibilidade para um outro olhar sobre a paisagem, as pessoas e o momento histórico. A primeira impressão de Eva sobre a aldeia acontece da seguinte maneira:

Os índios receberam-nos em uma clareira onde ardia uma fogueira, única fonte de luz na densa escuridão da selva. Um grande teto triangular de ramos e folhas servia de abrigo comum e, abaixo dele, penduravam-se várias redes em níveis diferentes. Os adultos vestiam alguma peça de roupa, hábito adquirido no

contato com os povoados vizinhos, mas as crianças estavam nuas, porque nos tecidos sempre impregnados de umidade os parasitas multiplicavam-se e brotava um musgo pálido, causa de diversos males. As moças usavam flores e penas nas orelhas, uma mulher amamentava um filho em um seio e um cachorrinho em outro. Observei aqueles rostos procurando minha própria imagem em cada um deles, mas encontrei apenas a expressão sossegada dos que conhecem todas as perguntas (ALLENDE, 2019, p.262).

O contato com essa comunidade havia sido tímido quando Eva morou em Água Santa, mas durante a missão dos guerrilheiros sua percepção sobre aqueles “outros” ficou mais aguçada.

Assim, a diferença cultural para Eva não causou um estranhamento preconceituoso, a intimidade proporcionada pelo momento a aproximou de sua conexão com a paisagem natural tão desenvolvida em seus processos criativos, narrativas inventadas e em seu ímpeto para escrever e contar o que sabia, o que via e o que sentia.

Para ajudar os guerrilheiros no ataque, Eva fabricou uma massa que aprendera na casa em que viveu com Elvira. A patroa, uma mulher iugoslava, fazia uma receita chamada “massa universal” que parecia uma massa de pão, mas depois endurecia de maneira irreversível. Providenciados os ingredientes, Eva fez a massa composta de água, papel, “um proporção igual de farinha e cimento odontológico” (ALLENDE, 2019, p.266) sob o olhar atento da aldeia.

Quando Eva tentou misturar corante na massa para parecer uma granada, a mistura perdeu a elasticidade; nesse momento, um homem idoso da aldeia – observador de cada etapa – buscou algumas folhas, as mastigou e cuspiu um líquido preto em uma cuia de argila para misturar na massa, assim ela não perdeu a elasticidade e ficou tal qual uma granada conforme Eva modelava.

Essa ajuda sensibilizou a protagonista em relação à comunidade indígena, ela não acreditava que o ataque traria algum benefício para aquelas pessoas, dizia que “por motivos menos graves, eles [os militares] caíam como um cataclisma sobre as aldeias indígenas, destruindo tribos inteiras e eliminando toda lembrança de sua passagem pela terra” (ALLENDE, 2019, p.268). Depois de expor sua preocupação a Rogélio – comandante dos guerrilheiros –, Eva começou a perceber que nem tudo o que lhe parecia essencial para alguns era igual para as comunidades indígenas.

A partir desse momento, Eva começa a entender que a cosmologia conhecida por ela não era a mesma daquela comunidade indígena, a resistência deles estavam mais

centradas na auto proteção, no cuidado com a comunidade e com os territórios pelos quais passavam do que com o enfrentamento direto – armado – aos militares, pois suas lutas eram oriundas de tempos ainda mais distantes. Por esse motivo, Eva infere:

Aos índios, entretanto, não interessava a revolução ou qualquer outra coisa proveniente daquela raça execrável, nem mesmo sabiam repetir uma palavra tão comprida. Eles não partilhavam dos ideais dos guerrilheiros, não acreditavam em suas promessas nem entendiam seus motivos; se haviam concordado em ajuda-los no projeto, cujo alcance não eram capazes de medir, foi porque os militares eram seus inimigos e, desta maneira, podiam vingar alguns dos múltiplos agravos sofridos ao longo do tempo. (...) Ele [o chefe da aldeia] colaboraria com aqueles barbudos silenciosos, que pelo menos não roubavam seus alimentos nem tocavam suas filhas, e depois fugiria. Decidiu a rota a seguir com várias semanas de antecedência, sempre internando-se na floresta, com a esperança de que a vegetação impenetrável detivesse o avanço do Exército e os protegesse por mais algum tempo. Assim tinha sido durante quinhentos anos: perseguição e extermínio (ALLENDE, 2019, p.270).

A consciência crítica de Eva, nessa fase uma mulher adulta, se desenvolveu de uma forma mais alinhada com as questões ambientais a partir dessa experiência. Apresentada de forma “crua” em seu novo cotidiano, a personagem, como narradora, tornava política a paisagem natural que sua imaginação desenvolvia e sua memória evocava.

Ao apresentar essa percepção, a protagonista preenche o sentido do que menciona no primeiro capítulo: “Nasci no quarto dos fundos de uma casa sombria e cresci entre móveis antigos, livros em latim e múmias humanas, mas isso não me tornou melancólica, pois vim ao mundo tendo na memória um sopro de selva” (ALLENDE, 2019, p.9), em alusão ao pai, um homem indígena que “provinha de um lugar onde se unem cem rios, tinha cheiro de floresta e nunca olhava o céu de frente, porque se criara debaixo da copa das árvores e a luz lhe parecia indecente” (ALLENDE, 2019, p.9).

Há, nesse caso, um tipo de memória não baseada apenas nas experiências vividas – individual –, mas despertada por ela e mesclada ao sentimento de pertencer a um grupo, a um território, a uma cultura específica. Esse reconhecimento, como tomada de reflexão e consciência crítica sobre o entendimento de mundo fazem parte de uma potente representação ecofeminista – a terceira identificada – que ultrapassa as relações interpessoais para uma memória construída pelo coletivo em articulação com a identidade.

De acordo com a antropóloga brasileira Renate Brigitte Viertler no texto *A experiência do outro na antropologia* (1994):

Na versão contemporânea da teoria da identidade, o outro é um "semelhante" apenas enquanto "ser humano", mas definido como "diverso" e "desigual" no jogo das relações interétnicas desencadeado pela história dos contatos culturais entre as diversas sociedades humanas (p.269).

O contato de cultural de Eva com a comunidade indígena remonta a um pertencimento percebido em sua própria construção de imagem paterna, o envolvimento social e familiar se desenvolve na evocação de uma alternativa possível diante de outra cultura, de outras pessoas com ideias e modelos sociais diferentes. Ou seja, o “outro” que parecia tão distante para Eva tornava-se humano, diverso e desigual, mas não em um sentido de desigualdade e menosprezo, ao passo que, nesse processo, a concepção de Eva rompe a lógica colonialista que animaliza as pessoas indígenas e demoniza outras cosmologias.

Por fim, a aproximação de Eva com os aspectos da natureza também eram equivalentes a aproximação com a escrita e o processo criativo; a primeira característica é desenvolvida potencialmente pela observação e precisa de uma dupla interpretação, enquanto a segunda – a aproximação com a escrita e o processo criativo – é crucial na narrativa e funciona como resultado dos demais aspectos. Antes da missão dos guerrilheiros, enquanto morava com Mimi, a protagonista começava a ser diretamente incentivada para ser escritora. Mimi – uma atriz sempre em contato com roteiros e narrativas diversas – reconheceu em Eva um potencial imaginativo importante para seguir uma carreira. Esse desejo foi realizado quando Eva, no fim do romance, começa a roteirizar a novela *Bolero*.

Ao todo, foram identificadas quatro representações ecofeministas que articulam as duas categorias de análise adotadas: as relações de Eva com Consuelo e Elvira – sentido materno –, a relação e percepção de Eva com/sobre a Madrinha – sentido materno e consciência racial –, a relação de Eva com Riad – sentido de cuidado fora das atribuições de gênero – e a relação de Eva com a comunidade indígena – sentido de memória e identidade coletiva atreladas à Natureza. Em contribuição uma com a outra, as quatro representações apontam percepções sobre a colonialidade do poder e do gênero que fortalecem as tentativas de ruptura, percepções essas mais evidentes nos aspectos trabalhados na seção IV do trabalho.

SEÇÃO III: APONTAMENTOS SOBRE *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

A presente seção corresponde às percepções e análises específicas sobre o romance *Tropical Sol da Liberdade* da brasileira Ana Maria Machado. Na primeira subseção, apresento um panorama da obra, breve contextualização e comentários presentes na fortuna crítica; na segunda subseção, apresento as principais representações ecofeministas identificadas a partir das duas categorias propostas: as relações de cuidado e as percepções sensíveis sobre a Natureza.

Como referências conceituais para essa seção, recorri a apontamentos de Eurídice Figueiredo (2017) quanto à contextualização da obra e de Heleieth Saffiotti (2013) quanto à contextualização da mulher na sociedade de classes no Brasil; além disso, também recorri a Vandana Shiva em uma entrevista concedida a Nadini Nascimento (2018) e, assim como na seção anterior, recorri a Cecil J. Albert Zinani (2013) – em seus apontamentos quanto à situação feminina na literatura – e a Ecléa Bosi (1994) – quanto ao exercício da memória –, entre outros.

3.1 PANORAMA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA

Tropical Sol da Liberdade é um romance da brasileira Ana Maria Machado publicado em 1988. Dividida em quinze capítulos, a narrativa é conduzida por um narrador observador que acompanha os pensamentos e evocações da jornalista Helena Maria – ou Lena, como é mais nomeada – após o exílio na França, bem como de sua mãe Amália, sempre moradora do Brasil. Sem uma ordem cronológica bem definida, o romance apresenta um panorama do período ditatorial brasileiro, em especial para os jornalistas, estudantes e seus familiares.

De acordo com a crítica literária brasileira Eurídice Figueiredo em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), *Tropical Sol da Liberdade* apresenta,

com riqueza de detalhes, o movimento estudantil em 1967 e 1968 no Rio de Janeiro, a morte de Édson Luís, enterro e missa, a passeata dos cem mil, a movimentação das principais lideranças, até o momento em que há o sequestro do embaixador americano (p.80).

O romance inicia com Lena na casa de Amália algum tempo depois de voltar do exílio, separada do marido, com dores no corpo e acometida por lembranças de sua

infância. Ao mesmo tempo em que sente alívio por estar em segurança na casa da mãe depois de tudo o que passou, também sente tristeza ao pensar em como teria sido sua vida caso a ditadura não tivesse acontecido. Lena evoca o passado diversas vezes, o que ajuda a identificar os motivos de sua situação no presente.

Uma lembrança importante é a de uma conversa com um falecido amigo do trabalho, Honório, na qual ele sugere que ela escreva seu testemunho sobre o exílio como uma forma de superar suas dores, além de gerar identificação nas pessoas marcadas por traumas semelhantes do período; o amigo sugeriu a Lena um método de ficcionalização de seu testemunho, assim ela poderia contar sua própria experiência de uma forma mais segura, sem que as pessoas soubessem que se tratava dela ou de seus familiares e amigos. Ao evocar esse momento, Lena cogita retomar a peça teatral que começara a escrever – baseada em seu exílio –, influenciada pela proposta do amigo.

Em outro momento, mais uma lembrança importante surge: as conversas na casa de seus falecidos amigos Luís Cesário e Carlota, um casal que a inspirou para o exercício artístico e para uma visão mais crítica da realidade, do cenário político e das consequências sociais quando a repressão ainda começava a ganhar força no país. O carinho e a saudade que sentia pelos amigos – e por seus incentivos – faziam com que Lena repensasse ainda mais a retomada da peça teatral que escrevia, mas as dores, os remédios, as sessões de terapia e os esquecimentos constantes dificultavam esse desejo.

Em determinado momento da narrativa, Lena realmente tenta recomeçar a escrita de sua peça, a relê e busca corrigir alguns detalhes, mas as lembranças acometiam a um ponto de dor quase física. Ela pensava em seu casamento que não deu certo, em seu ex-marido Arnaldo com outra companheira, em seu sonho de ser mãe, no aborto espontâneo que sofreu, na delação por engano por parte dos amigos no exílio, na dificuldade financeira e outros problemas passados. Diante disso, Lena novamente desiste de continuar a escrever a peça e abandona o projeto.

Antes disso, no entanto, depois de uma das revisões do texto, Lena adormeceu e Amália entrou no quarto da filha, viu os rascunhos da peça, reconheceu a trajetória da protagonista no texto, não compreendeu a motivação para essa atividade e ficou ainda mais preocupada com a saúde de Lena. Ambas conversavam sobre momentos bons do passado e tentavam se sentir bem com a companhia uma da outra, mas uma inquietação as atingia, especialmente a Lena, pois as boas lembranças eram constantemente seguidas

de bloqueios, dores e esquecimentos, uma rotina oscilante entre se recuperar e adoecer de forma cansativa.

Mãe e filha sabiam o quanto o período ditatorial mudara suas vidas e da família inteira, especialmente a partir do momento em que o irmão mais velho de Lena, Marcelo, passou a ser perseguido pelos militares após fazer parte do comando de estudantes que sequestrou o embaixador estadunidense. Assim, entre passado e presente, Lena ainda não cogitava pensar no futuro, até uma importante lembrança de infância surgir: um passeio na floresta com o avô, os tios e os primos.

Era um passeio em que ela era a única mulher e todos acreditavam que ela não daria conta dos desafios da mata, mas o avô a encorajava e Lena terminou o passeio com muitos aprendizados. Essa lembrança a faz repensar sobre encarar seus medos e aceitar seus desafios, entre os quais um dos importantes era voltar a escrever a peça – uma decisão não narrada, mas sugestionada.

De acordo com os críticos literários Rosani Úrsula Ketzner Umbach e Andrea Quilian de Vargas no estudo *Tropical Sol da Liberdade: narrativa e resistência em tempos de barbárie* (2013):

quando se fala em literatura pós-64 no Brasil, *Tropical sol da liberdade* é um romance pouco lembrado. Talvez por pensarem, alguns leitores desinformados, que Ana Maria Machado dedique-se somente ao público infantil. Ou talvez isso se deva ao fato de que, especialmente com o retorno dos exilados ao país, o público curioso tenha dado preferência aos relatos detalhados da tortura, das prisões, das perseguições policiais (p.267).

Apesar de mais longo comparado a *Eva Luna*, *Tropical Sol da Liberdade* apresenta menos acontecimentos, mas acompanha com detalhes os trajetos de pensamento de Lena e evidencia o teor psicológico da narrativa. É notável o cuidado de Ana Maria Machado ao construir um romance pautado nos fluxos do pensamento da protagonista, pois há uma identificação que aproxima a experiência criada para a personagem e a experiência vivida pela autora.

Ana Maria Machado é filha de um ex-senador brasileiro, Mário Martins, e “irmã de Franklin Martins, líder estudantil e, posteriormente, militante que participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick” (FIGUEIREDO, 2017, p.80). Ela vivenciou parte da ditadura militar no Brasil, se exilou na França e retornou após dez anos, em período democrático, quando escreveu *Tropical Sol da Liberdade*, um romance concluído e reconhecido, diferente da incerteza da peça teatral de sua personagem Lena.

Desse modo, a próxima subseção é dedicada à identificação das principais representações ecofeministas no romance e abrange, de forma articulada, as duas categorias de análise elencadas em tais representações: as percepções sensíveis sobre a Natureza e as relações de cuidado que facilitam as percepções sensíveis.

3.2 REPRESENTAÇÕES ECOFEMINISTAS NO ROMANCE

Na contracapa de *Paisagem e memória* (1996), o historiador britânico Simon Schama enfatiza que “uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória” (s.p.). A percepção que temos sobre a Natureza é diretamente relacionada a percepção que temos de nós mesmos, o “natural” e a “naturalização” são os reflexos da nossa humanidade.

Assim como em *Eva Luna*, a presença dos aspectos de colonização aparecem nas falas das personagens, em especial nos diálogos de Lena com a mãe e em suas lembranças de amizade e conversas de bares. O contexto ditatorial é mais evidente, tendo em vista que Lena era jornalista e tinha contato direto com repressões dentro do ambiente de trabalho e da própria família, por isso viveu por anos em exílio. O reconhecimento da paisagem e do território latino-americano também é presente nas sensações de saudade denunciadas pelo narrador, um fator que aponta para ressentimentos dos exilados e uma sensação mais aguçada de pertencimento territorial e afirmação de identidades nos retornos ao país.

Diante disso, percebi na leitura de *Tropical Sol da Liberdade* elementos mais contemplativos e lentidão na narrativa, o que associa o cenário à afirmação de Schama (1996), pois a memória da protagonista e a exposição de suas relações com outras personagens se desenvolve a partir da contemplação da paisagem. Desse modo, diante da articulação das duas categorias propostas para identificar as representações ecofeministas no romance, foram coletadas duas representações importantes a serem apresentadas a seguir.

3.2.1 Amália e Carlota como figuras maternas

A relação de cuidado mais emblemática de *Tropical Sol da Liberdade* é a de Lena e Amália, sua mãe. Quando Lena voltou do exílio, separada do marido e com necessidades de cuidados médicos, dores nos músculos e esquecimentos constantes, foi na casa da mãe que encontrou abrigo e desenvolveu uma relação delicada de reencontro. Ambas se sentiam machucadas pelo passado conturbado de perseguição à Marcelo, de separação forçada pelo exílio e, depois disso, separação de seus maridos. Eram duas mulheres em busca de recuperação, reconhecimento e reconciliação uma com a outra e consigo mesmas.

Depois da experiência no exílio, Lena resolveu voltar à casa em que passou a infância e onde Amália morava. Ela passava os dias sentada no quintal em busca de recuperação ao observar os pássaros, as formigas, o chacoalhar das folhas nas árvores crescidas junto dela, enquanto a mãe regava as plantas do jardim, se dedicava às tarefas da casa e cuidava em tempo integral da filha adoecida. Em certo momento, nesse cenário de apresentação do romance, o narrador anuncia um pensamento de Lena:

As pedras. Como podia ser isso? A mulher achava que sabia tudo da casa, de seu sol, sua solidez, sua solidão. Mas agora se surpreendia com as pedras que apareciam por trás do cimento quebrado do degrau esburacado, debaixo da calçadinha que levava à varanda. As pedras que sustentavam a casa. As pedras que sempre tinham estado ali sem que ela lembrasse. Justamente as pedras de cuja presença ela sempre soubera. Afinal, tinham sido a primeira coisa que ela vira na casa quando o quintal ainda era só um terreno plantado de milho na beira do mar (MACHADO, 2012, p.16).

A observação que Lena faz sobre a pedra pode funcionar como uma metáfora ao que seria o relacionamento com Amália durante a recuperação. A mãe tinha sido a pessoa que sustentou a família por muitos anos por meio de seus trabalhos de *cuidado* e poucas vezes era reconhecida por isso; apenas depois de tantos anos, ao lado da mãe como a filha que mais tinha sido distante, Lena começaria a mudar o olhar sobre Amália.

O primeiro momento em que são apresentadas juntas introduz o sentimento de invasão de Lena na convivência com a mãe; ela estava no quintal pensando em sua infância quando resolveu chamar Amália e essa respondeu bem perto, como quem está vigiando. O narrador descreve a cena da seguinte maneira:

E enquanto a mãe se levantava da cadeira espreguiçadeira às suas costas, a mulher sentiu uma leve irritação tomar conta dela. Há quanto tempo estaria assim sendo vigiada? Claro, percebia que a presença materna tão próxima poderia ter outro sentido. Há quanto tempo a mãe estaria ao seu lado, velando-a em silêncio? Por que é que Lena sempre tinha que reagir meio áspera, ciosa de seu território, sentindo-se invadida? Podia tudo ser tão mais simples... Mas por que Amália não tinha dito nada, dado algum sinal de que estava perto?

– Estava aí há muito tempo? Nem vi você chegar...

– Você estava tão distraída que achei melhor não interromper seus pensamentos. Estava sentada te olhando, você está tão magrinha, minha filha, precisa comer mais...

Os anos passavam, o estribilho era o mesmo. Essa menina não come, não sei mais o que inventar, todo dia na hora da mesa é um inferno... (MACHADO, 2012, p.20)

Como perceptível no trecho acima, Lena responde educadamente à mãe, mas em meio às respostas o narrador denuncia suas reclamações sobre Amália, o que parte de situações evocadas do passado, porém devidamente atualizadas por causa do descontentamento com o susto que tomou.

Ao mesmo tempo em que a protagonista critica a mãe, o narrador expõe seus questionamentos – “Por que é que Lena sempre tinha que reagir meio áspera, ciosa de seu território, sentindo-se invadida?” (MACHADO, 2012, p.20) –, por isso evidencia uma situação que começava a fazer parte do processo de amadurecimento a ser explorado no decorrer da narrativa. Esse é um momento importante para entender o relacionamento de Lena e Amália, afinal, depois de tudo o que Lena passou no exílio, foi Amália quem ficou encarregada de cuidar da filha – como sempre fizera – e Lena reconhece esse feito, por isso seu desconforto parte tanto da sensação de excesso de cuidado quanto do receio por ser ingrata com a mãe.

Apesar de ser uma jornalista muito sensível às relações pessoais, a protagonista entende a mãe como alguém de papel social bem definido, como uma mulher cujo curso de vida era o de cuidar dos filhos, do marido, da casa, e que sua imagem estaria inevitavelmente ligada à cozinha e ao jardim. Essa imagem que Lena tem de Amália acontece pelo esquecimento estrutural do trabalho que envolve o *cuidado*, pois ela compreende a mãe, mas sua trajetória parece uma “sina”, algo que não lhe ocorre contestar ou refletir como faz com a própria vida.

Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot em *Minha história das mulheres* (2017), o trabalho doméstico das mulheres dentro de uma lógica burguesa “é uma peso também na sua identidade” pois “a dona de casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres”, ou seja, “O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa” (p.114). Como uma mulher dentro dos moldes de dona de

casa da classe média branca brasileira, sobre Amália recaem as expectativas da maternidade domesticada e da sexualidade castrada em prol da família e do lar.

O papel social de Amália corresponde a um projeto de continuidade colonialista de feminilidade mais privilegiado, porém não menos problemático quando não se trata de escolha. O contexto de formação de Amália remete ao que a socióloga brasileira Heleieth Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (2013), analisa sobre a força do trabalho feminino entre 1900 e 1960 no Brasil, período próximo ao que se localiza o romance:

O desenvolvimento da indústria no Brasil não acarretou, como não provocou também em outros países, maior participação da mulher na força de trabalho efetiva da nação. Ao contrário, tem sido crescente o número de mulheres que se dedicam exclusivamente às atividades domésticas não diretamente remuneradas (p.340).

Essa afirmação é importante para compreender a normalização dada ao trabalho de cuidado de Amália como incontestável, como se essa fosse a única função cabível a ela.

Porém, essa percepção de Lena sobre a mãe começa a mudar quando ambas reveem fotografias antigas da família, entre as quais estão as das audições de piano na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no dia em que aconteciam passeatas dos estudantes, pouco antes de ser instalada a ditadura militar no país.

A evocação desse passado fez com que Amália contasse a Lena sobre o entusiasmo que sentia nos dias em que Marcelo iria discursar nas passeatas, sobre como levava lenços e comprimidos efervescentes de vitamina C na bolsa para o caso de ataques com bombas de gás, sobre juntar algumas amigas para vender geleias e artesanatos a fim de arrecadar fundos para o filho e os demais estudantes.

- E suas amigas nem desconfiavam?

- Como não desconfiavam? Todas elas sabiam, é claro. Não enganávamos ninguém. Nós fazíamos por convicção, por escolha política, o que é que você está pensando? A gente queria ajudar e não sabia como. Se sássemos para pichar muro ou distribuir panfleto, não ia dar certo. Então a gente fazia isso. E comício nas filas, como já te contei. Mas as famílias da gente é que não sabiam, vocês ficam sempre achando que mãe não tem nada que se meter. Foi bom, porque a gente foi treinando a coragem, a presença de espírito (MACHADO, 2012, p.99).

Essas novas informações sensibilizaram o olhar de Lena sobre a mãe, a imagem materna que ela tinha fixado começou a ser ressignificada e ela passou a perceber Amália com mais cuidado durante a convivência. Nesse ponto, é possível afirmar que, ainda como

membros da mesma família, Lena começa a desenvolver o princípio de alteridade que parte da mulher mencionado na seção anterior (ver página 38).

A mudança de percepção de Lena remete ao que Ecléa Bosi (1994, p.426) afirma sobre a constância das reconstruções de imagens familiares: “Temos de um parente a imagem prescrita pela sociedade com seus respectivos papéis (...) E outra imagem mais espontânea e sensível, sempre em reconstrução”, portanto, como acontece com Lena, “A imagem social já fixada pode ser minada pela escavação de uma experiência pessoal mais rica e profunda; por esse motivo, os pensamentos da protagonista ao avaliar a convivência com a mãe mudam ao longo da narrativa.

Desse modo, sete capítulos após a primeira impressão narrada de Lena sobre Amália, o narrador anuncia:

A simples visão de Amália a enternecia, apesar de todas as dificuldades que as duas tinham para mostrar o que sentiam, apesar da irritação que as invasões maternas lhe causavam, apesar da atitude comedida que as duas mantinham em seu convívio. Gostaria de aprender a envelhecer como a mãe. Cheia de dignidade e plenamente ativa, atualizada, ligada ao mundo, com pique para insistir em arrancar tiririca do jardim mesmo sabendo que o mato rasteiro nasce de novo, rápido e com vigor. Metáfora incorporada ao cotidiano. Uma mulher forte – como as mulheres bíblicas do novo testamento (MACHADO, p.169).

A relação entre Amália e Lena é bastante simbolizada por ciclos da natureza, como no momento em que as duas estão cuidando das plantas enquanto conversam sobre a política por traz da agricultura (MACHADO, p.172-175). As trocas de opiniões nesse momento cultivam, como elas fazem com as plantas, mais vida a uma relacionamento há tanto tempo distante. Amália não mais parecia ser uma mulher resumida à maternidade.

Nessa cena, por exemplo, as duas iniciam uma discussão sobre as colônias de formigas que comem todas as plantas do jardim, Amália reclama da ineficiência dos venenos, ao que Lena pergunta:

– Será que esses remédios não são muito fracos?

– Fraco nada, minha filha. São tão fortes que agora até a gente nem encontra mais, porque o governo proibiu de vender. Pelo menos, os bons, que resolviam mesmo. Parece que faziam mal aos animais domésticos também. E está cheio de gente que se mata por aí usando formicida. Acho que eles resolveram controlar um pouco.

– É, mãe, parece que esses inseticidas são mesmo muito tóxicos, têm uma porção de efeitos nocivos paralelos, acabam atacando outros animais, as plantas, as próprias pessoas, o meio ambiente... (MACHADO, p.173-174)

O diálogo entre as personagens remete a uma recorrente denúncia de Vandana Shiva (in NASCIMENTO, 2018): os agrotóxicos usados nas plantações – os da linha de

produção dos inseticidas que combatem as “pragas” dos reclames de Amália – são produzidos e exportados em grande escala pelas mesmas empresas que comercializavam gás para matar os prisioneiros dos campos de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Em muitos países, esses venenos são proibidos na agricultura, mas sua fabricação, em geral, recai para o consumo dos agricultores do “Terceiro Mundo”, como frequentemente nomeia Shiva (2001). Esse processo de imposição de agrotóxicos faz parte das *políticas de eliminação* e estão diretamente ligados à colonialidade do poder e do gênero, tendo em vista que grande parte das explorações de trabalho no setor agrário ainda recai de forma contundente sobre as mulheres (BÁRRAGAN et.al., 2016, p.218-119).

Ainda de acordo com Shiva (2001):

No coração da “descoberta” de Colombo estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para a salvação do colonizado (...), necessário para o “desenvolvimento” das comunidades do “Terceiro Mundo”. (...) A biopirataria é a “descoberta” de Colombo 500 anos depois de Colombo. As patentes ainda são o meio de proteger essa pirataria da riqueza dos povos não ocidentais como um direito das potências ocidentais (p.27-28).

Quando os países do sul global sofrem golpes militares e passam a ser mais explorados para fins imperialistas, os venenos costumam ser liberados em quantidades exorbitantes pelos órgãos estatais responsáveis pela agricultura, assim, as *políticas de eliminação* são praticadas em larga escala.

Essa informação é importante para compreender que no contexto em que Amália está situada no presente da narrativa – o Brasil em período de pacificação democrática relativa aos anos 1980 –, ela não tinha acessos aos venenos “dos bons”, mas antes – enquanto a ditadura estava instalada no Brasil – ela tinha acesso. Esse cenário é fundamental para ratificar a procedência e os perigos relacionados aos agrotóxicos que empobrecem os solos e a diversidade de culturas, mas são amplamente amparados por boa parte da ciência moderna como “venenos contra pragas”, um discurso de fácil adesão principalmente pela classe média do país, como notado na cena de Lena e Amália.

Apesar disso, tanto Lena quanto sua mãe encontram na observação da natureza uma possibilidade de reflexão sobre seus impasses. Amália, ao evocar momentos vividos no período ditatorial, se encontra diante da preocupação que sentia com a política do país e com os próprios filhos, uma mistura de sentimentos que a frustrava quando não podia

expressá-la como gostaria. Esse sentimento aproxima sua relação materna com ciclos da natureza, como anuncia o narrador:

É claro que o espaço brasileiro também fazia parte de sua existência [de Amália], a natureza, a língua comum, as festas, os costumes, a cultura compartilhada, as lembranças infantis. Mas não conseguia deixar de sentir que havia uma espécie de maldição que condenava sua vida a se entrelaçar de tal maneira com os acontecimentos políticos que não podia pensar neles como algo exterior a ela. Tudo vinha de dentro. Como os filhos de seu útero. Maldição ou bênção, sabe-se lá o quê. Mais matéria do que pátria, afinal, tudo parindo e sendo parido das mesmas entranhas. Como se o Brasil fosse ao mesmo tempo filho e mãe dela, mulher brotada das pernas abertas da História, e por sua vez concebendo o futuro do país dentro do ventre. Sequência fêmea e fértil, de dor, sangue e leite (MACHADO, 2012, p.148).

Esse trecho do romance, em especial, está muito relacionado a uma obra da artista visual brasileira Marcela Cantuária chamada *Juana Azurduy* (2018), integrante da série *Mátria Livre* (ver figura 2 em anexo).

A boliviana indígena Juana Azurduy (1780-1862) se destacou como líder na luta pela independência da América espanhola, ao passo que

Sua história tem episódios marcantes, como o fato de ter dado à luz no campo de batalha e depois do parto prosseguir a luta. Nessa pintura de grandes proporções, vemos o histórico parto em solo latino-americano, representado pelo mapa que ocupa de ponta a ponta a parte inferior da obra. Logo atrás da protagonista, há uma trincheira de guerra, onde guerrilheiras curdas dão assistência ao parto, numa tentativa de articular os tempos históricos das lutas pela independência com as guerrilhas curdas atuais do sul da Síria. É interessante observar que o parto de Juana está pousado no ponto em que se situa o Brasil no mapa da América Latina. Juana representa o parto de todos os filhos da luta anticolonial (HOLLANDA, 2020, p.364).

A partir disso, é notável a influência de Amália na formação de Lena e dos demais filhos com ímpetos revolucionários. Ainda que Lena fosse a filha mais afastada, a observação dos ciclos da natureza junto de Amália também inspiram força na protagonista. É na observação desses ciclos que Lena sente esperança para recomeçar sua vida e elaborar seu ressentimento por ter vivido exilada. Como a mãe, ela reconhece na paisagem um horizonte de explicações e possibilidades para entender a si mesma.

Um exemplo desse reconhecimento parte da força que Lena começa a ver na mãe – e que deseja para si – enquanto observa uma amendoeira de estimação plantada no quintal, uma árvore plantada quando Lena era criança e que cresceu junto com ela.

Quem sabe, um dia, a mulher conseguiria aprender com a árvore a livrar das folhas caducas de quando em quando e ir buscar lá dentro do peito a gana de nascer de novo para começar outro ciclo. Quem sabe... E se alguma amendoeira pudesse lhe ensinar isso, na certa seria essa. Sua tão velha conhecida (MACHADO, p.19).

A partir disso, quando Lena começa a se sentir fortalecida, a retomada da escrita de sua peça teatral é reconsiderada. Desde antes do exílio na França, Lena reunia cartas, notícias, fotografias e tudo mais que considerasse necessário para reconstruir a experiência vivida na ditadura. A ideia de escrever um texto de ficção baseado na própria experiência partiu de Honório, um falecido amigo e colega de trabalho.

Lena conta a Honório que sentia necessidade de dar vazão a sua experiência no exílio de alguma forma, mas considerava sua perspectiva pouco interessante, pois apesar dos motivos do exílio, suas piores experiências envolveram aspectos mais pessoais que podiam não ser instigantes para outras pessoas, como a perda do filho, a saudade do país e da família, a acusação de delação por parte dos amigos e a dificuldade financeira. Diante disso, Honório comenta: “Conte sua história, dê seu testemunho. Você nunca pensou nisso? Afinal, sua profissão é escrever. Há anos...” (MACHADO, 2012, p.32), mas Lena resistia.

Para convencer a amiga, Honório propôs que Lena escolhesse um meio narrativo e ficcionalizasse sua experiência, misturasse sua vida com as vidas criadas para outras personagens, com outros nomes. Ele diz: “É mais honesto reconhecer logo que não se vai contar a verdade e partir para uma narrativa de ficção, misturar situações, inventar coisas novas, cortar o que não interessa” (MACHADO, 2012, p.33). Lena considerou a sugestão do amigo e iniciou uma peça teatral, mas os traumas devido a tantas perdas e a retomada à casa da mãe – com os lapsos de esquecimento da própria linguagem, tonturas, sono em excesso e dores por todo o corpo – a impediam de continuar o projeto como gostaria.

Em certo momento, Amália entrou no quarto de Lena enquanto ela dormia e viu os papéis com os rascunhos da peça. Reconheceu aqueles nomes no texto – Thiago, Tânia, Ricarco, Vera – como Lena, Arnaldo e os amigos com os quais conviveu no exílio.

Amália achou engraçado ler aquilo. Conhecia bem a história. De certo modo até tinha participado, foi ela quem fez a remessa bancária para a filha no exterior. Ou parte da remessa. (...) E ela lembrava bem da história, só que tinha certeza de que o rapaz não se chamava Thiago, não, era outro nome, ela não lembrava mais. Mas sabia que eles realmente tinham pago direitinho, poucas semanas depois, e depois até tinham feito um jantar para Lena e Arnaldo, agradecendo (...). Só depois é que tudo mudou (...). Lena e Arnaldo foram começando a ficar isolados, todo mundo evitava os dois, parecia que fugiam deles. Ninguém mais os convidava para nada. (...) Lena tinha perdido o emprego na biblioteca e Arnaldo ficara sabendo que a célebre bolsa, tão aguardada e já confirmada (...), tinha sido cortada, sem maiores explicações (...). Aí começaram o pior período que a filha passara no exílio, Amália bem sabia. Foi quando a gravidez dela estava no começo e eles, sem dinheiro, sem recursos e sem amigos, acabaram perdendo o bebê. (...) Mas Amália tinha

certeza de que poucas coisas feriram tanto Lena durante toda a temporada no exílio como esse caso com esses amigos, os nomes deles de verdade não eram Tiago e Tânia, não, mas ela nem conseguia lembrar mais, tinha bloqueado (MACHADO, 2012, p.239-240).

Esses amigos a que Amália se refere espalharam uma mentira para os outros brasileiros exilados: disseram que Lena e Arnaldo eram delatores da polícia ou trabalhavam para o Serviço Nacional de Informação (SNI). Essa mentira se desdobrou em sérias consequências para os dois assim como para a família deles no Brasil.

Ao reconhecer essa narrativa como a própria trajetória de exilada da filha, Amália não conseguia compreender as motivações para escrever sobre um passado que tanto lhe doía, por isso ela pensou: “Mas que ideia de Helena Maria, ficar escrevendo e lendo essas coisas agora... Por isso que ficava chorando à toa” (MACHADO, 2012, p.241). Entretanto, após refletir sobre o assunto, Amália reconheceu timidamente que a filha estava em um momento de recuperação, para isso, ela precisava da “consciência de que é preciso elaborar o trauma”, como bem apontou Eurídice Figueiredo (2017, p.81) ao analisar o romance.

Assim, para elaborar o trauma, Lena recorria às fotografias, cartas e anotações não apenas suas, mas de Amália. Em meio a essas buscas, a protagonista se surpreendeu ao encontrar na cozinha alguns escritos da mãe misturados à receitas do dia-a-dia – “poemas ou pequenos trechos de ficção em prosa entremeados no caderno de receitas culinárias” (MACHADO, 2012, p.101) – e ficou feliz por saber que ela e a mãe compartilhavam um exercício em comum. A descoberta causou em Lena certo ânimo para retomar a peça.

Essa relação entre mãe e filha – em suas conversas, observações e jardinagens – foi primeira representação ecofeminista identificada no romance, pois Amália e Lena vivem um ciclo de cuidado e manutenção do bem estar uma da outra mesmo diante de suas diferenças e traumas. Amália ajuda Lena a perceber a sensibilidade desses ciclos, a aproxima da Natureza em sua forma bruta – como o quintal, ao observar as pedras, sentir o sol – e em sua forma química, hormonal – raiva, amor, tristeza, alegria.

Outra relação de cuidado muito importante para Lena foi a amizade com Luís Cesário e Carlota, em especial Carlota. De acordo com o narrador, Lena amava a companhia da amiga de uma maneira especial, como se ela também fosse sua mãe:

Uma vez foi até engraçado. Lena tinha ido à casa deles numa tarde, mas ele [Luís Cesário] tinha ido passar o domingo fora (...). Não dava nem para ficar decepcionada, porque a alegria de ter Carlota só para si era também uma festa. Às vezes Lena achava que poucas vezes em sua vida tinha amado tanto uma

peessoa como amava Carlota. Era como se tivesse duas mães, Amália e Carlota. Mas com a mãe postiça havia uma identificação rara, uma afinidade difícil de explicar, uma entendia a outra sem precisar falar, apesar dos mais de quarenta anos que de idade que as separavam. (...) Com Carlota ela aprendera a fazer geleia de jabuticaba, pão integral e queijo caseiro (MACHADO, 2012, p.252).

Essa descrição de Carlota remete a sua figura como uma continuação do cuidado de Amália. Carlota era uma mulher mais velha, prudente em seus gestos e cautelosa quanto ao bem estar das pessoas que amava.

Em um dia de conversa entre ela, Lena e Luís Cesário sobre os descontentamentos da situação do país – prestes a iniciar o regime militar –, fez com que Carlota fosse a única cuidadosa o suficiente para pedir que falassem baixo e tivessem atenção com os arredores, pois poderiam ser ouvidos e denunciados. Nessa cena, Luís Cesário protesta: “Que ouça!”, mas Carlota insiste: “Você sabe que precisamos todos ser prudentes. É mais importante ter cautela e ajudar de outra maneira. Vamos entrar e tomar um lanche” (MACHADO, 2012, p.109). A atitude de Carlota sensibiliza Lena, ao passo que o narrador anuncia:

E entraram, para um daqueles inesquecíveis chás de Carlota, com sua mistura de folhas tão pessoal, sua geleia de jabuticaba feita em casa, toalha bordada a ponto de cruz com linha matizada, seus guardanapos bem passados, seu bolo de frutas de receita familiar, sua porcelana fina, muda celebração a séculos de trabalho feminino na surdina do cotidiano, ajudando a compor uma civilização capaz de reunir em volta de uma mesa alguns seres humanos em comunhão (MACHADO, 2012, p.110).

Assim, a partir das lembranças que surgiam sobre Carlota e das ressignificações do relacionamento com Amália, Lena começou, mais uma vez, a tentativa de escrita da peça de teatro tantas vezes abandonada ao longo da narrativa. A protagonista pensava: “Valia a pena insistir nisso? Tentar retomar, contar, preparar para que alguém vivenciasse num teatro?” (MACHADO, 2012, p.349). A partir desse momento, Lena retorna a sua habitual observação do quintal e começa a evocar um momento passado com o falecido avô, ainda na infância.

3.2.2 O avô de Lena e o encorajamento pela memória

Era uma das manhãs em que primos e tios se reuniam para fazer trilhas em meio à floresta. Em geral, apenas homens participavam dessa atividade, mas Lena teve vontade de ir e pediu ao avô que a levasse. Todos os primos fizeram piada com a jovem Lena pelo

pedido inusitado, enquanto o tio dizia que não era um simples passeio, era perigoso e pouco recomendado para crianças.

Quando Lena questiona a ida dos primos, também crianças, o tio responde: “Eles são homens, é diferente. Tem que aprender desde cedo”, mas Lena não se conforma e responde: “Mulher também tem que aprender. Eu aprendo. Vovô sempre me diz que eu aprendo tudo depressa” (MACHADO, 2012, p.352). Comovido pela situação da neta, o avô permite que Lena participe da trilha.

Ao longo do caminho, Lena começa a ficar encantada com as movimentações da floresta e dos rios. Em sua recordação, o narrador descreve a cena:

Na intimidade entre a terra e a água. Na multiplicação de recantos e esconderijos, jogos de luz e sombra. Nas raízes das grandes árvores que sustentavam um barranco quase caindo sobre a correnteza. Nas pétalas de queresmeiras que desciam inocentes, boiando rumo ao torvelino do Rio Grande. Nos troncos pesados que se haviam aninhado no fundo, esconderijos de peixe e evocações de jacarés. Nos troncos leves que passavam arrastados e que os canoieiros tinham que desviar com os remos. Nas plantas aquáticas que se fechavam em colônias tão compactas que, apesar de toda a sua beleza florida, davam medo, como se fossem uma falsa terra que se apertava em volta da canoa até paralisar (MACHADO, p.358).

Diante dessa lembrança, Lena começa a perceber de forma muito sensível que é a sua ligação com a dinâmica da natureza que dará força para enfrentar seus traumas e seus bloqueios de escrita, pois ela não era tão diferente do ciclo natural, não era alguém a parte, mas parte desse ciclo vital.

Mesmo sob a exploração sobre a qual conversava com Amália, Luís Cesário ou Carlota, aqueles recantos da floresta continuavam sua renovação, os rios seguiam seus cursos e o que ontem era uma fato, em seguida estava transformado, reinventado. Assim, ainda ao lembrar da trilha e do avô, Lena evocou um momento em que precisa atravessar um rio. Vicente tentou convencer a todos a contornarem o rio para não atravessá-lo, mas o avô de Lena insistiu que todos atravessassem, a começar pela neta.

Ela sentia medo da travessia e se sentia pressionada devido às piadas que os primos faziam – “É... Menina é mole, frouxa, anda devagar, fica parando toda hora, só vai atrasar a gente” (MACHADO, 2012, p.354) – e isso a paralisava. Ao perceber o nervosismo da neta, o avô diz: “É fácil. É só não pensar no perigo, ver onde pisa, olhar para a frente, onde você quer jogar” (MACHADO, 2012, p.366). Lena seguiu o conselho do avô e, apesar do nervosismo, conseguiu atravessar o rio caminhando firme sobre uma tábua.

Em comemoração, o avô estendeu a Lena uma orquídea e lhe atribuiu a função de cuidar da flor até chagarem em casa, ao passo que

Lena abraçou a orquídea com o braço direito, como se pegasse um filhote de cachorro ou uma boneca no colo, com firmeza e com cuidado. Sentiu em sua mão esquerda a mão do avô, de articulações nodosas, veias azuis saltadas e pele bem fina. De mãos dadas, sessenta anos entre eles, seguiram os dois pisando a maciez das folhas de cacau. Beijando o rosto da menina, as cores da laélia. Lembrança daquele dia. Como se fosse necessário. Como se a lembrança corresse algum risco (MACHADO, 2012, p.369).

A evocação desse momento com o avô associada a uma crítica que parte do momento presente – uma mistura das movimentações políticas vividas e das experiências familiares –, possibilita que Lena, simbolicamente, renasça.

Na obra *Mulheres que correm com os lobos: mitos e arquétipos da mulher selvagem* (2018), a psicóloga Clarissa Pinkola Estés envolve teorizações sobre o místico e as simbologias femininas na natureza a partir de relatos e sentimentos pessoais, portanto comenta:

Tive a sorte de crescer na natureza. Lá, o raios me falaram da morte repentina e da evanescência da vida. As ninhadas de camundongos revelavam que a morte era amenizada pela nova vida. Ao desenterrar as “contas de índios”, trilobites da terra preta, eu compreendia que os seres humanos estão aqui há muito tempo (p.17).

A percepção de Estés tem relação com a construção simbólica de renascimento de Lena, pois a percepção sensível sobre a Natureza contribui para a uma narrativa de elaboração do trauma. O que ela evoca do passado contribui para que ela entenda seu próprio tempo e espaço e reconheça seus ressentimentos sociais, políticos, familiares e existenciais. Apesar de considerar válidas algumas críticas a respeito de “arquétipos da mulher” na obra de Estés, sua perspectiva é fundamental para a ampliação do entendimento ecofeminista.

Ao todo, foram identificadas duas representações ecofeministas que articulam as duas categorias de análise adotadas: as relações de Lena com Amália e Carlota – sentido materno – e a relação de Lena com o avô em suas sensibilidades – sentido de cuidado também fora das atribuições de gênero, porém pouco desenvolvida na narrativa, bem como o sentido de memória e identidade coletiva e individual atrelada à Natureza. Articulada às representações da seção anterior, as identificações dessa seção formaram a base comparativa da seção seguinte.

SEÇÃO IV: A NATUREZA DO FEMININO DECOLONIAL

*Quantos tempos teceram teus vestidos de lã?
 Quantas tranças os tempos fizeram pra assar teus cabelos?
 Quantos beijos beberam do teu peito afã?
 E dos seios, sugaram um suco um suco sem dó dos teus zelos
 Senhora de saia, de ventre pré-destino
 Quantos tempos cruzaram num ponto de luz teu destino?
 Mães de Jesus, ó virgens
 Todas virgens
 (...)*

*Já choraram teu choro, prantos correm na história
 Feito rio que erode do espaço, às margens, trajetória
 E dum choro contido de branco e grinalda na média
 Abusaram um desejo do corpo e teu sonho trajou de tragédia
 Menina de saia, de gozo pré-extinto
 Quantos tempos bordaram calado o bordel do teu instinto?*

Apologia às virgens mães (As Baías)

A Natureza, definida nos mais diversos dicionários como o espaço que existe independente das atividades humanas, é também o espaço que abriga os elementos que formam a materialidade, e, obviamente, os corpos de toda a humanidade. Essa afirmação, em todo o seu alcance grandioso, torna-se curiosa quando penso na concepção dualista que constrói o conhecimento colonizador. Apesar de toda a abrangência e magnitude da Natureza, percebida em muitos povos como uma divindade, a modernidade a concebe de forma amplamente diferenciada – e em muitos casos, inferior – em relação à humanidade.

Na espécie humana e no domínio dessa concepção, corpo começa a ser visto como diferente da mente e, mais adiante, razão e emoção também são divididas. Nessas movimentações fracionadas, a dicotomia dos papéis sociais de gênero é fortalecida e todo tema relacionado à domesticidade, ao cuidado, à empatia, à solidariedade e ao sensível começa a parecer cada vez mais desnecessário a um debate científico aparentemente sério.

Essa constante da modernidade pode ser acompanhada em romances como o do francês Daniel Defoe, *Robinson Crusoe* (1719), a saga de um homem náufrago que instrumentaliza seus arredores a todo custo e pode ser interpretado como uma figura simbólica das origens das *identidades mestres*. Como ambição científica, também há como exemplo o cientista Frankenstein do romance homônimo de Mary Shelley (1823), no qual ele recria um novo ser com partes humanas como se isso interferisse no curso natural como um todo, ignorando que qualquer ação humana, por mais destrutiva e invasiva que seja, ainda fará parte da Natureza e por esse motivo haverá reações, pois o ser humano é parte dela, não uma existência paralela ou central – como um *Homem Vitruviano* (1490) de Leonardo da Vinci (ver figura 3 em anexo).

Desse modo, entendo que o fazer científico e a própria cultura – apesar dos esforços para serem diferenciados da Natureza –, também fazem parte de um curso natural do desenvolvimento da espécie humana, especialmente se outras cosmologias forem consideradas para elaborar esse raciocínio. Ainda assim, é fato que “naturalizar” certos comportamentos surgidos a partir da cultura parte de uma tentativa de legitimar a exploração, ou seja, o dualismo entre Natureza e cultura parece ser útil apenas quando convém à perpetuação da colonialidade.

Assim, sob a ótica ecofeminista decolonial, o “eco” de *ecossistema* e *ecologia* deve representar uma “casa” de sobrevivência para além do sentido de Mãe-Terra, pois esse sentido parte de uma concepção cultural feminilizada e instrumentalizada pelas ideologias antropocêntricas que erguem a modernidade. Portanto, “naturalizar” o sentido de Mãe-Terra é atribuir uma função social/cultural de propósito para justificar a exploração e fazê-la parecer “natural” em um sentido de inevitabilidade – retirando, assim, a responsabilidade de *cuidado* dos seres humanos com meio do qual dependem.

Esse raciocínio remonta ao conceito de Pacha Mama – ou Pachamama –, uma deidade cultuada pelos povos andinos da América Central. Segundo o historiador boliviano Rigoberto Paredes em *Mitos, supersticiones y supervivencias populares de Bolivia* (2012, p.39), Pacha Mama era uma referência ao tempo vinculado de alguma maneira à terra, pois o tempo e a terra eram vistos como os que curavam as dores, o tempo guiava as estações do ano e isso fazia com que a terra percorresse seus ciclos, ou seja, o tempo fecundava a terra.

A partir da colonização espanhola, a narrativa de Pacha Mama foi traduzida como uma mãe e associada à Virgem Maria, intercessora entre o céu e terra, o divino e o profano. Assim, entendo que a influência invasiva dos colonizadores e suas crenças modificou a concepção de Pacha Mama. De relacionada ao todo e a tudo o que existe, Pacha Mama passou a ser uma figura feminina projetada para o cuidado e manutenção dos seres, porém permeada da legitimação exploratória do colonizador que a idealiza na figura feminina selvagem – como a “mulher histérica” – que precisa ser passiva e domesticada.

Na intenção de desmistificar o conceito grendrado atribuído à Pacha Mama, um grupo de feministas comunitárias bolivianas fez o seguinte discurso na Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática em 2010:

Entendemos a *Pacha Mama*, a *Mapu*, como um todo que vai mais além da natureza visível, que vai além dos planetas, que contém a vida, as relações estabelecidas entre os seres e a vida, suas energias, suas necessidades e seus desejos. Denunciamos que a compreensão de *Pacha Mama* como sinônimo de Mãe Terra é reducionista e machista, pois faz referência apenas à fertilidade para ter as mulheres e a Pachamama sob seu arbítrio patriarcal. “Mãe Terra” é um conceito utilizado há vários anos e que se tenta consolidar nesta Conferência dos Povos sobre Mudança Climática com a intenção de reduzir a *Pacha Mama* – assim como reduzem as mulheres – à sua função de útero produtor e reprodutor a serviço do patriarcado. Entendem a *Pacha Mama* como algo que pode ser dominado e manipulado a serviço do “desenvolvimento” e do consumo, e não a concebem como o cosmos do qual a humanidade é apenas uma pequena parte. O cosmos NÃO É o “Pai Cosmos”. O cosmos é parte da *Pacha Mama*. Não aceitamos que “casem”, que obriguem a *Pacha Mama* a contrair matrimônio. Nesta Conferência escutamos coisas insólitas, com que o “Pai Cosmos” existe independentemente da *Pacha Mama*, e entendemos que não toleram o protagonismo das mulheres e da *Pacha Mama*, e que tampouco aceitam que ela e nós nos autodeterminemos. Quando falam do “Pai Cosmos” tentam minimizar e subordinar a *Pacha Mama* a um chefe de família masculino e heterossexual. Mas ela, a *Pacha Mama*, é um todo e não nos pertence. Nós todos somos dela (apud BARRAGÁN et.al., 2016, p.235).

Esse discurso contraposto à explicação de Paredes evidencia a colonização do conceito de *Pacha Mama* e, junto com ela, um arcabouço de memórias colonizadas e identidades fragmentadas. Esse processo, como todas as hierarquias mencionadas até esse ponto do texto, partem da mesma concepção dualista que separa a Natureza e a cultura como opostas e, em parte, até antagônicas.

Representantes do pensamento moderno, os filósofos Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes apresentavam em seu conceito de “estado de natureza” um defesa ao contratualismo, afinal, eles alegavam que apenas a partir da estruturação de um “contrato social” – legitimador das propriedades – o ser humano poderia “evoluir” e se afastar de seu estado natural, “não civilizado” e animalizado (NUENBERG, ZANELLA, 2003, p.1). Dessa forma, o sentido de natureza passa a ser associado ao campo, aos recursos, à fuga das consequências industriais nos centros urbanos e à contemplação – *fugere urbem*.

No texto *Natureza e cultura no pensamento de Lévi-Strauss* (2011), o pesquisador Acícilo Estanqueiro da Rocha aponta a perspectiva do antropólogo francês quanto a essa dualidade:

A noção de *natureza*, enquanto contraposta à de cultura, define aquilo que implica uma lei universal, espontânea, de tipo instintual; isto é, a ordem natural caracteriza-se pela *universalidade* e necessidade de suas leis, e rege-se por processos de repetição; por *cultura*, em contrapartida, entende-se o que escapa às leis universais da natureza e se expressa por normas ou regras específicas. A ordem cultural caracteriza-se então pela *regra* e pela obrigação: implica o que é recebido de *irradiação externa*, através da educação, ou conseguido pela própria imaginação. A cultura rege-se por um processo de acumulação, devido à capacidade de aperfeiçoamento inerente ao homem (2011, p.27).

O raciocínio de Lévi-Strauss apresentado por Rocha é convincente, afinal, de fato, a ordem natural se caracteriza pela “universalidade” em processos de repetição, porém, ao se considerar o conceito de Pacha Mama e a ideia de que somos parte dela, a cultura passa a ser parte da Natureza, não uma configuração à parte, pois os processos cognitivos que desenvolvem a cultura fazem parte do desenvolvimento biológico do cérebro humano e nossas emoções, tão representadas no fazer literário, podem ser lidas forma bastante crua como ações hormonais e comportamento neurológico.

Esse raciocínio não invalida a concepção moderna sobre a Natureza e a cultura mas, no mínimo, a questiona. Por esse motivo, o conceito de Pacha Mama abordado no discurso do grupo feminista se configura em uma resistência decolonial e salienta a importância do reconhecimento de novas epistemologias para pensar o mundo e interpretar o mundo para que, assim, as diversidades de pensamento sejam reconhecidas e as várias verdades existentes na busca de sentido para a vida – tão inerente à condição humana – sejam respeitadas e, também, validadas como conhecimento.

A partir desse raciocínio, essa seção tem como objetivo apresentar o cruzamento comparativo entre as representações ecofeministas identificadas nas seções anteriores. Ao longo desse processo, foram identificados dois pontos fundamentais de interseção temática entre *Eva Luna* e *Tropical Sol da Liberdade*: a maternidade e a escrita. Os desenvolvimentos desses dois pontos foram divididos em duas subseções dispostas a seguir.

4.1 A MATERNIDADE ALÉM DO CORPO-TERRITÓRIO FEMININO

Nesse ponto de interseção temática, a maternidade surge como uma categoria para além dos corpos femininos nos dois romances, pois se associa à feminilização do trabalho de *cuidado* e sua marginalização. Tanto *Eva Luna* quanto *Tropical Sol da Liberdade* apresentam relações profundas das protagonistas com suas mães; além disso, ambas também se relacionam com mulheres inseridas em um papel social de avós. Outra associação importante é a da feminilização da Natureza e das percepções sensíveis a ela ao longo dos trabalhos de cuidado.

Na maioria das sociedades, a maternidade é um aspecto interligado a construção da identidade feminina e está relacionada a âmbitos culturais, religiosos, econômicos, políticos, entre outros. De acordo com Cecil J. Albert Zinani (2013):

Um dos elementos que contribui positivamente para o estabelecimento da identidade da mulher, ainda que esteja vinculada às condições socioculturais, é a maternidade. Muito embora a maternidade não favoreça a autonomia feminina, já que, enquanto toma conta dos filhos, a mulher tem sua capacidade produtiva reduzida, a possibilidade de gerar uma nova vida promove um sentido de realização pessoal muito profundo, porque, de certa maneira, a maternidade responde à necessidade de imortalidade do ser humano (p.90).

De modo geral, a maternidade está intimamente associada ao cuidado. Esse tipo de trabalho – com as marcas da colonização, as dicotomias e hierarquias de gênero – passou a ser associado a uma missão, uma tarefa dogmática sustentada por amor aos filhos e à família. A sacralidade atribuída à maternidade facilitou os domínios patriarcais.

De acordo com o historiador Peter N. Stearns em *História das relações de gênero* (2018, p.31-32), a provável dicotomia dos papéis de gênero nas sociedades começou com as divisões de trabalho relacionados à caça e à colheita. Como as mulheres entravam em muitos períodos de gestação, as atividades de colheita eram mais práticas para elas, ao passo que os homens ficavam cada vez mais responsáveis pela caça.

A partir das necessidades primárias da alimentação majoritariamente de origem animal, algumas sociedades – em especial as que viviam em climas muito frios – começaram a estabelecer com mais rigidez as diferenças dos papéis sociais entre os que passavam e os que não passavam por gestações. Desse modo, compreendo que essa ligação entre a maternidade, a submissão feminina ao espaço privado e a relação masculina com a força e a violência são sintomáticas de uma organização social que se estruturou a partir das dinâmicas de instrumentalização da Natureza para sobreviver.

Essa lógica se difundiu nas inúmeras regiões do planeta de formas distintas, mas como percebido ao longo de todo o levantamento sobre colonização, a imposição cultural gendrada e racializada expandiu o que viria a ser a desumanização de grupos específicos de pessoas. Além disso, o próprio termo *animalização* relacionado a esse processo parte da ideia masculinizadora da caça e atravessa aspectos muito trabalhados no pensamento animalista do ecofeminismo – uma corrente de pensamento não desenvolvida na pesquisa, mas interessante para entender as possibilidades do tema.

Ainda de acordo com Stearns (2018), quando os homens passaram a ser responsáveis pela base carnívora da dieta dos grupos, “a taxa de natalidade subiu, em parte porque os alimentos se tornaram um pouco mais seguros, em parte porque havia mais condições de aproveitar o trabalho das crianças”, o que talvez seja a razão pela qual os homens assumiram o provimento e cada vez mais funções agrícolas, ao passo que as

mulheres “passaram a ser definidas mais em termos de gravidez e cuidados de crianças” (p.32). Esse cenário contextualiza o primeiro cruzamento comparativo entre as representações ecofeminista identificadas nos romances.

4.1.1 Mães e avós nas tessituras dos cuidados geracionais

Em *Tropical Sol da Liberdade*, Amália inicia sua família dependente do marido e participante da classe média do Rio de Janeiro. Ela teve condições de escolha que Consuelo, em *Eva Luna*, não teve, mas continuou presa à base da sustentação das sociedades patriarcais – um trabalho visto como uma missão cumprida simplesmente “por amor” e ou/ pela ideia de punição por uma sexualidade ativa. Essa mesma dinâmica se aplica às realidades de Carlota e Elvira, ambas encarregadas – direta ou indiretamente – a dar continuidade a tal missão.

Ainda de acordo com Zinani (2013), esse trabalho de cuidado como missão “estabeleceu-se a partir do século XVIII, quando a maternidade foi estimulada como meio de reduzir a imensa mortalidade infantil” mas, posteriormente, passou a ser valorizada por estímulo do Estado,

que viu na salvação das crianças um valor mercantil, já que a maior riqueza de um país é construída pela população, inserindo, assim, o culto à maternidade em um discurso econômico. Para atingir esse objetivo, o Estado estimulou que as mulheres cuidassem de seus próprios filhos, pois, dessa maneira, elas seriam felizes e respeitadas (p.91).

O estímulo econômico do trabalho de cuidado é ainda mais complicado quando não há a presença de um marido e de um sustento financeiro digno, pois o trabalho se torna um duplo esforço que precariza a mulher cuidadora tanto dos próprios filhos como – em inúmeros casos – dos filhos de outros, tudo como garantia de sobrevivência.

Essa precarização está associada ao projeto colonialista que María Lugones denuncia ao longo de seu trabalho intelectual. Quando menciona a imposição da dicotomia de gênero entre os colonizados, a filósofa argentina aponta:

A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica dos gêneros como uma forma de julgamento, apesar da realização dos gêneros dicotômicos pelos colonizados não ser relevante para esse julgamento normativo – transformar os colonizados em seres humanos não era o objetivo dos colonizadores. A dificuldade de imaginar esse objetivo pode ser facilmente percebida, quando vemos que tal transformação, dos colonizados em homens e mulheres, não seria uma transformação identitária, mas uma mudança de natureza. Mas virar os colonizados uns contra os outros fazia parte do repertório de justificativas para os abusos que aconteciam. A confissão cristã, o pecado e a divisão

maniqueísta entre o bem e o mal serviram para marcar a sexualidade feminina como má – fêmeas colonizadas eram relacionadas ao diabo (LUGONES, 2008, p.360).

Desse modo, a maternidade passa a ter um significado divino quando relacionada às mulheres mais privilegiadas, mas um sentido questionável quanto às mulheres empobrecidas, solteiras e racializadas, ainda que ambas estejam sob expectativas sociais associadas.

Essa divisão hierárquica dentro da própria opressão remete à exploração da Natureza, também chamada de Mãe-Terra – como explicado no início dessa seção. Na obra visual *Banho de sangue* (2018) de Marcela Cantuária (ver figura 4 em anexo) é evidente uma representação dessa dupla exploração de corpos-territórios. Segundo a própria artista:

Banho de sangue foi feita durante a semana que antecedeu a eleição de Bolsonaro. Eu estava muito nervosa e produzi incessantemente. Foi nessa semana que pintei a bandeira do Brasil de cinco metros. Foi um momento de raiva, pensando na natureza sangrando mas, ao mesmo tempo, com a preocupação de não ficar só na denúncia. A figura feminina ajoelhada e ferida – mas não morta – dentro de uma floresta, não fala mais da floresta como paisagem vista de fora, e sim como um lugar de abrigo-refúgio (apud HOLLANDA, 2020, p.368).

O lugar de abrigo-refúgio comentado por Cantuária faz parte de uma movimentação de resistência muito importante ao longo das análises comparativas dessa seção. A mãe-mulher e a Mãe-Terra são dois meios de transição de vida que, reduzidas a função materna, encontram-se em comunhão de dores geracionais, gestacionais e indefinidas; tais encontros formam cumplicidade entre as partes e fortalecem um lado que não pode ser ignorado, especialmente no pensamento mais essencialista do ecofeminismo.

Em uma análise sobre a relação entre o feminino e a natureza na obra *A mulher habitada* – um romance de 1988 da nicaraguense Gioconda Belli –, Zinani (2013) afirma que “há uma ligação profunda da mulher com a terra, pois ambas são elementos primordiais”, ou seja, “a terra, como a mulher, é a origem, a mãe que dá vida, nutre, protege contra as forças destrutivas” (p.78), em sequência, Zinani cita a água, um elemento que, junto com a terra, apresenta “a circularidade do ciclo vital que remete para a inexorabilidade da vida humana” (p.80). Essa perspectiva é fundamental para compreender a leitura da sociedade colonizada – e colonizadora – sobre o que significa uma “Mãe-Terra” e uma “mulher fértil” passíveis a exploração.

Assim, entendo que a colonialidade precisa da manutenção do poder sobre o corpo da mulher colonizada para dar continuidade aos projetos de colônia, algo que remete a um aspecto abordado pela socióloga alemã Maria Mies: o corpo da mulher é uma “terceira colônia” (apud BARRAGÁN et.al., 2016, p.227), uma terceira parte que completa a tríade material da exploração colonialista, como mencionado na seção introdutória (ver página 17).

Como os corpos das mulheres colonizadas, a Natureza é entendida pelo sistema colonizador como um meio fértil de manutenção da exploração e perpetuação das espécies aceitas socialmente ou vistas como “recursos” justificadores dessa exploração – como os animais e as plantas utilizados na bélica indústria alimentícia. A partir do manejo técnico da agricultura moderna, as terras passaram a ser minimamente respeitadas quando pertencentes a um homem e violadas quando habitadas por comunidades indígenas – destituídas de poder quanto ao próprio território de origem.

Em contrapartida, caso algum aspecto da exploração não funcione como o esperado e a Natureza reaja – como parte dos processos meramente físicos de sua condição –, esse mesmo sistema colonizador intervém como salvador em sua *ética do herói*, tal qual o comportamento de um marido abusivo com a esposa quando esta consegue reagir aos abusos sofridos. Portanto, a feminilização da Natureza faz parte de uma cadeia de comportamentos simbólicos com objetivos de dominação desencadeados a níveis de “latifúndio” pelo colonialismo.

A terra, sempre fixa – pronta para ser fecundada e muitas vezes destruída por essa demanda excessiva –, pode ser relacionada à mulher na dicotomia de gênero e sua limitação ao espaço privado; a água, em sua maleabilidade, pode ser associada ao espaço público, pois percorre fronteiras, relaciona continentes e embala navegações. Como o homem, a água está condicionada a ocupar o espaço público, a se “internacionalizar”, levar tudo o que parece ser essencial para semear a incapacidade de mobilização das terras exploradas que, como a mulher, está condicionada ao espaço privado.

Na obra *Historias híbridas: la nueva novela histórica latinoamericana* (2008), a crítica literária Magdalena Perkowska nomeia a imposição desse espaço privado para a mulher como “lá negación”, pois

A exclusão das mulheres como sujeitos tem sido atribuída à separação entre o espaço público e o privado (...) A esfera pública é identificada, conseqüentemente, como a masculina, codificada como racional, neutra e

transcendente; a mulher, confinada pelo casamento e a educação dos filhos ao campo doméstico, com o espaço privado⁶ (2008, p.226).

Em certo momento de *Eva Luna*, Elvira – sempre interessada nos noticiários políticos do país –, comenta: “Está tudo corrompido nesse país, passarinho. Muito gringo e cabelo amarelo, é o que lhe digo; qualquer dia nos levam a terra para outra parte e acabaremos sentados no mar, é o que lhe digo” (ALLENDE, 2019, p.76), ou seja, a imagem de levar a terra e deixar somente a água pode funcionar como uma metáfora sobre a urgência de se considerar a importância da terra com o respeito desconhecido pelo sistema capitalista.

A partir disso, entendo água e terra como metáfora para homem e mulher a fim de indicar a necessidade de ruptura com a dicotomia de gênero, afinal, não basta tratar o assunto como se o objetivo ideal – a ruptura com a dicotomia – fosse a concepção geral da sociedade atualmente, pois não é; a ruptura da dicotomia começa pelo reconhecimento do problema. Entender água como representação do “homem” e terra como da “mulher” é didatizar uma problemática de importante compreensão.

Portanto, essa metáfora aponta a necessidade de reconhecimento da opressão relacionada às mulheres e a Natureza, bem como possibilita – como uma reversão da lógica dominadora – que essa relação passe a ser compreendida como um ponto inicial para ressignificar a influência colonizadora. Desse modo, compreendo que as figuras maternas dos romances influenciam as protagonistas à percepção sensível sobre a natureza e essa influência se configura em um meio de resistência.

Quanto ao conceito de “resistência”, na obra *Literatura e resistência* (2002), o crítico literário brasileiro Alfredo Bosi afirma:

Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*, o antônimo familiar é *de/sistir* (p.118).

A lembrança de Eva sobre as histórias da floresta contadas por Consuelo, bem como essa continuação em Elvira, influencia diretamente a criatividade da protagonista e serve como estímulo para resistir ao longo de seu desenvolvimento. Para Lena, Amália e

⁶ Texto original: “La exclusión de la mujer como sujeto ha sido atribuída a la separación entre el espacio público y el privado (...) La esfera pública se identifica, em consequência, com lo masculino, codificado como racional, neutral y transcendente; la mujer, confinada por el matrimonio y la crianza de los niños al campo doméstico, com el espacio privado”.

Carlota fazem parte da construção de uma personalidade sensível à Natureza e aos detalhes do cuidado sobre as quais se apoia em seu processo de auto afirmação.

Portanto, as figuras maternas para as protagonistas são a base da articulação entre o cuidado e a percepção sensível sobre a Natureza. Todavia, essa percepção só é possível devido ao exercício da memória; a partir da evocação do passado, as protagonistas conseguem sentir, no presente, o amparo emocional necessário para dar continuidade a suas trajetórias e reconhecer, no espaço material da natureza, a presença simbólica de suas referências básicas de cuidado.

Quando a esse “espaço” relacionado à Natureza em estado bruto, é importante mencionar o que Simon Schama (1996) aponta: “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (p.70). Esse raciocínio complementa o que a antropóloga alemã Aleida Assmann aponta sobre “locais” na obra *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2012):

Mesmo quando os locais não tem em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas solidificam e validam a recordação, na medida em que ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade de duração que supera a recordação relativamente breve dos indivíduos, épocas e também culturas (p.318).

O reconhecimento da paisagem natural – da floresta, do jardim, das pedras ou das folhas de chá – remontam a imagem cultural de maternidade para as protagonistas. A percepção dos ciclos as aproxima desse aspecto “essencial” de ligação entre as mulheres e a natureza por consequência do que percebiam em suas figuras maternas. Entretanto, esse reconhecimento – ao menos em certa medida – se estende a outras figuras que não se encaixam na denominação de “mulher”.

4.1.2 O cuidado como ruptura das definições de gênero

Como na concepção geral moderna, também nos romances as mulheres estão ligadas a natureza e carregam em suas imagens um exercício de memória com “um sopro de selva”, como anuncia Eva no início de sua trajetória (ALLENDE, 2019, p.9). Ainda assim, notei nos romances uma sutil ruptura na dicotomia de gênero relacionada ao cuidado e à percepção sensível sobre a Natureza: a construção de Riad Halabí e do avô de Lena, não nomeado.

Em *Eva Luna*, Riad é apresentado como um homem sensível, dedicado às necessidades das pessoas, honesto e afeito às atividades doméstica; a população em Água Santa o estranha por esses comportamentos durante sua chegada ao vilarejo. Entretanto, esse comportamento diferenciado de Riad sensibiliza não apenas Eva, mas o povoado de Água Santa, em especial quando Riad propõe a vingança com as mangas na casa do assassino do filho de Inês.

Quando Eva narra esse episódio, a sensibilidade quanto à paisagem e potência da Natureza são marcantes e condizem com o possível intuito de Riad: mostrar que os ciclos dessa Natureza transcendem os ciclos de ganância projetados pela humanidade ao longo do tempo. O fato de o assassino ser um homem ganancioso é muito significativo para a percepção de Eva sobre os interesses capitalistas. Como ela narra a partir do presente, depois de ter contato com pessoas dedicadas a diversas ideologias – guerrilheiros, militares, prostitutas, cientistas, indígenas –, Eva evidencia no episódio das mangas um tom de sabedoria que ela reconhece, por exemplo, no contato com a comunidade indígena.

Em *Tropical Sol da Liberdade*, o avô de Lena ganha destaque na narrativa apenas no último capítulo, mas agrega um sentido de esperança que desloca a melancolia da protagonista enquanto observava o quintal e evocava seus momentos passados. Em geral, nessas observações de Lena à paisagem natural, boas lembranças eram desencadeadas: viagens, brincadeiras da infância e fins de semana de férias com a família; entretanto, em seguida, essas lembranças costumavam se desdobrar em outras não tão positivas: a separação da família, o falecimento de amigos, o aborto sofrido, bem como a necessidade constante de escrever e não conseguir.

No último capítulo, pouco antes de Lena resolver que desistiria de vez da escrita de sua peça teatral, ela observa mais uma vez a paisagem, sua amendoeira de estimação, e lembra da trilha que fez com o avô, os primos e o tio. Essa lembrança encoraja Lena a continuar seu percurso de recuperação e, possivelmente, retomar a escrita da peça como meio de dar vazão às suas angústias, ao mesmo tempo em que direcionava – tal como o avô fez na travessia do rio – a superação de seus medos.

4.1.3 A cura na evocação dos entes queridos

Semelhante a Consuelo para Eva, o avô de Lena é desenvolvido como uma figura a qual ela recorre como a uma divindade pela oração. Não acontece da mesma maneira, evocado propositalmente como faz Eva, mas articula o desejo de superação de um momento difícil do presente com uma lembrança positiva do passado. No entanto, para as duas protagonistas se aplica o que Ecléa Bosi (1994) aponta: “a infância é larga, quase sem margens, como o chão que cede a nossos pés e nos dá a sensação de que nossos passos afundam” (p.415); Consuelo e o avô de Lena são passíveis a lembranças que mais fundem a realidade e a imaginação, por isso assumem uma faceta de conforto cristalizado.

Por outro lado, Elvira, Riad, Amália e Carlota estão situados em uma panorama temporal mais recente nas narrativas, por isso as protagonistas não recorrem a eles como em oração, mas os comparam constantemente com suas percepções do presente; como afirma Bosi, “o território da juventude já é transposto com o passo mais desembaraçado” (1994, p.415). Essa comparação, movida também pela curiosidade, é o que motiva Lena a ressignificar a figura de Amália e a valorizar os encontros com Carlota, assim como também é o que motiva Eva a valorizar Elvira quando a reencontra e a se preocupar com Riad ao observá-lo de longe, anos depois, quando passava por perto de Água Santa.

Esses reconhecimentos elaborados pelos exercícios da memória partem da identificação do cuidado nas relações. Todo o contexto histórico que tange as sustentações coletivas dos fatos não seriam viáveis sem essas relações de cuidado. Para Lena, atravessar o período ditatorial e o exílio não teria sido possível – ao menos da forma como foi – sem o amparo da mãe ou da família como um todo. Para Eva, sobreviver à miséria e aos abandonos da infância e se apresentar como uma escritora prestes a roteirizar uma novela não seria possível sem as diversas relações de cuidado encontradas ao longo da trajetória.

Desse modo, evidencia-se que o *cuidado* faz parte da sustentação das vidas e, por consequência, da formulação da memória dos indivíduos. Não à toa, os estados de exceção a que são submetidos os contemporâneas às ditaduras militares geram traumas, pois esse estado parte de uma exclusão das inúmeras formas de cuidado e preservação. Por isso, esses contextos se constituem – nesse caso, de forma intensificada – de *políticas de eliminação*.

Assim, apesar de o trabalho de cuidado ser inferiorizado pela familização atribuída a ele – por isso o protagonismo das mulheres na luta por rupturas dessa concepção –, os

romances indicam vislumbres do projeto ético de cuidado proposto pelo ecofeminismo: a participação dos homens como cuidadores sensíveis. Esse acréscimo é importante para estimular duas rupturas que partem da resistência ecofeminista decolonial: a dicotomia de gênero a que mulheres e Natureza são submetidas e a hierarquia dualista que separa o homem da mulher e a Natureza da cultura.

4.2 A SUBVERSÃO FEMININA PELA GRAFOCENTRIA

Outra interseção temática fundamental entre as representações ecofeministas identificadas nos romances é o processo de escrita das protagonistas, o aspecto que mais as aproxima quanto às suas individualidades. Cada uma a seu modo, tanto Eva quanto Lena encontram na escrita um meio de reconhecer o passado, dar sentido ao presente e vislumbrar esperança no futuro.

Quando se considera o sentido moderno de cultura, em geral os que as fundam são homens. A escrita – parte fundamental dos acordos contratuais de uma sociedade grafocêntrica – pouco fez parte do repertório das mulheres ao longo dos séculos. Apenas a partir do século XX, com as demandas feministas das primeiras e segundas ondas hegemônicas, as escritas das mulheres começaram a ser desveladas. Antes disso, a elas estava reservada a oralidade, um meio de comunicação incapaz de firmar contratos ou imprimir confiabilidade no momento histórico em voga.

Nesse cenário, contar histórias como Consuelo e Elvira faziam para Eva evidencia a resistência diante das políticas de eliminação que atingem o âmbito criativo. De forma semelhante, os estímulos de Amália para que Lena soubesse cuidar do jardim ou tricotar faziam parte de uma tentativa de manter hábitos passados de mães para filhas. Uma longa costura de experiências, tempos e desejos.

Em geral, quando as atividades exercidas pelas mulheres são rebaixadas, essas mesmas atividades – ou similares – passam a ser reconhecidas como talentos nos homens, ao menos é o que reconhece Michelle Perrot (2017, p.97). Por exemplo: ao bordado feito pelas mulheres, artesanato, ao feito pelos homens, em geral se chama arte; quando mulheres preparam as refeições, estão prontas para o casamento, quando homens preparam, estão prontos para chefiar uma cozinha profissionalizada; à narrativa oral elaborada por mulheres, entretenimento, à narrativa escrita por homens, literatura.

Quanto às mulheres e a escrita como criação, Perrot (2017) comenta:

Mas as mulheres são suscetíveis de criar? Não, diz-se frequente e continuamente. Os gregos fazem do *pneuma*, o sopro criador, propriedade exclusiva do homem. “As mulheres jamais realizaram obras-primas”, diz Joseph de Maistre. Auguste Comte as vê apenas como capazes de reproduzir. Como Freud, que lhes atribuiu, entretanto, a invenção da tecelagem: “Estima-se que as mulheres trouxeram poucas contribuições às descobertas e às invenções da história da cultura, mas talvez elas tenham inventado uma técnica, a da trançagem e da tecelagem”. Por que isso? (...) Recusam-se às mulheres as qualidades de abstração (...), de invenção, de síntese. Reconhecem para elas outras qualidades: intuição, sensibilidade, paciência. Elas são inspiradoras, e mesmo mediadoras do além. Médiuns, musas, ajudantes preciosas, copistas, secretárias, tradutoras, intérpretes. Nada mais (p.96-97).

Esse trecho se relaciona a um momento em que Riad percebe a empolgação de Eva com a leitura e a escrita, por isso diz: “Por que não faz um curso de secretária? Enquanto eu viver nada lhe faltará, mas a gente nunca sabe, é melhor ter uma profissão” (ALLENDE, 2019, p.180); por mais que ele não sugerisse o emprego para diminuir Eva, essa fala evidencia o máximo de ambição que uma moça minimamente escolarizada poderia ter em meio ao campo, como eles viviam.

Logo após essa cena, Eva começa a narrar sua empolgação com os estudos:

Eu devorava os livros que caíam em minhas mãos (...) Sempre ocupada, não tinha ânimo para ocupar-me de mim, porém em minhas histórias apareciam ânsias e inquietudes que eu não sabia que estavam em meu coração. A professora Inês sugeriu-me anotá-las em um caderno. Eu passava parte da noite escrevendo e gostava tanto disso que as horas passavam sem que me desse conta (...). Eu achava que nada existia verdadeiramente, que a realidade era uma matéria imprecisa e gelatinosa, que meus sentidos captavam pela metade. Não havia provas de que todos percebessem da mesma forma (ALLENDE, 2019, p.180).

A ideia de Eva sobre achar que nada existia verdadeiramente repercute no que Maurice Halbwachs comenta quanto às armadilhas da memória em sua obra *A memória coletiva* (2003): “Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, (...) a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias” (p.32). Seria a partir dos esquecimentos que Eva desenvolveria sua criatividade com “lembranças fictícias”.

Esse mesmo ímpeto para escrever e exercitar a imaginação é apresentado em Lena, ainda que suas motivações fossem mais melancólicas:

Quanto mais pensava, mais a mulher percebia que o que a interessava não era exatamente dar testemunho, como ele [Honório] sugerira. Era a volúpia vertiginosa da palavra que a atraía. Podia contar isso ou aquilo, não tinha a menor importância (MACHADO, 2012, p.43).

Diante disso, entendo que a dificuldade de Lena para escrever parte de motivações diferentes das de Eva. A protagonista de *Eva Luna* é apresentada a partir da situação econômica em que ela vivia, pois, apesar da ajuda de Riad, ela não tinha perspectivas de futuro que contemplassem sua atividade de escrita criativa de forma remunerada.

Lena, como jornalista, foi remunerada para escrever até o exílio, mas sua dificuldade estava concentrada na instabilidade física e psíquica, como o narrador anuncia:

O que ficava muito complicado era qualquer tentativa de botar pra fora, de passar para as palavras, de tentar a viagem de dentro de si mesma para o outro. Aí empacava, atolava, afundava mesmo. Não conseguia. Mesmo falar já era muito difícil. Escrever, então, no momento, nem pensar. Não conseguia mesmo entender nada depois, e ficava tão aflita que se desesperava. Sentia que isso não lhe fazia bem. Ainda não estava na hora de voltar a experimentar. Tanto era assim, que tinha vindo para a casa da mãe sem trazer a máquina de escrever (MACHADO, 2012, p.136).

Tropical Sol da Liberdade e *Eva Luna*, como dois romances latino-americanos que refletem algumas realidades presentes na região, inevitavelmente apresentariam diferenças mesmo diante de semelhanças latentes.

Reforço esse aspecto com base no que a crítica literária brasileira Eni de Mesquita Samara comenta em *Repensando gênero e identidade na América Latina* (2001):

Os trabalhos referentes à América Latina defrontaram-se com essa problemática, dada a diversidade cultural e linguística que aqui encontramos, se considerarmos todos os povos que compõe essa parte do continente. Visto sob essa perspectiva, o termo “América Latina” serve, às vezes, mais para obscurecer do que iluminar o entendimento do conjunto de países e territórios, situados entre o Rio Grande e a Terra do Fogo. À semelhança disso, rapidamente descobre-se que fica difícil traçar um perfil único de uma “mulher latino-americana” se considerarmos o fator tempo, lugar, classe, raça, idade e estado civil entre inúmeros outros que são fundamentais quando falamos em mexicanas, brasileiras, argentinas, etc (p.184).

Por consequência, as personagens Eva e Lena não teriam como representar um único traço do que seria uma mulher latino-americana. Ao que se entende a partir das descrições, elas não são racializadas – no sentido a que se refere ser “racializada” no trabalho (ver páginas 17) – em seus meios, o que indica privilégio.

Entretanto, as duas são perpassadas pela coletividade da memória colonizada das mulheres diante das hierarquias de gênero, por isso ambas receiam algum fracasso diante das limitações impostas para as mulheres em seus processos de escrita. Como indica Perrot (2017):

Elas [as mulheres] atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. (...) Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. (...) As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito (p.16-17).

O que se entende a partir disso é que Eva – como narradora de sua própria trajetória a partir da superação – vislumbra a atividade de escrita com mais otimismo, enquanto Lena – acompanhada por um narrador observador em meio a sua recuperação – hesita continuar a escrever para não se machucar mais, apesar da necessidade sentida. As duas personagens passam pela necessidade de testemunho.

No texto *Universos ficcionais mediados pela subjetividade feminina* (2011), após comentar sobre *Eva Luna* – também útil para pensar em *Tropical Sol da Liberdade* –, a crítica literária brasileira Salete Rosa Pezzi dos Santos afirma:

É interessante observar como a literatura da América Latina apresenta uma recorrência de personagens femininas que encontram na palavra seu domínio como ser humano capaz de transformar realidades, reinventando-as, ou de registrar a memória, personificando-a (p.5).

Nos dois romances, essa capacidade é convertida em uma narrativa de si a partir do recurso narrativo pseudo-testemunhal. Essa característica evidencia mais uma movimentação de resistência em “estabelecimento de tensão entre o “eu” e o mundo; a configuração de uma “persona social” (BOSI apud CONELSEN, 2014, p.98), uma nova voz ativa em posição de enfrentamento.

A postura das protagonistas quanto aos seus enfrentamentos na escrita como resistência pode ser observada nas capas das edições utilizadas nessa pesquisa. A capa de *Tropical Sol da Liberdade* (ver figura 5 em anexo) mostra uma mulher recolhida, como se estivesse presa, mas iluminada por feixes de luz do sol que atravessam sua “separação do mundo”, é uma representação de timidez, quietude e medo porém iluminada, cercada de alguma esperança. A capa de *Eva Luna* (ver figura 6 em anexo) tem como destaque uma cobra a tomar forma de lápis, uma referência ao nome bíblico da primeira mulher que desobedece ordens superiores, portanto, a escrita é o pecado e a salvação de Eva em um mundo regado pelo masculino em nome de alguma deidade.

A partir disso, é importante destacar o que infere a crítica literária argentina Beatriz Sarlo na obra *Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva* (2007):

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível) mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, p.24-25).

Esse exercício de narração é apresentado em diversos momentos dos romances.

Em *Eva Luna*, se inicia quando a protagonista começou a escrever:

Desde que a professora Inês me tinha ensinado o alfabeto, eu escrevia quase toda noite, mas senti que aquela era uma ocasião em diferente, algo que poderia alterar meu rumo. (...) Escrevi meu nome, e em seguida as palavras acudiram sem esforço, uma coisa enlaçada a outra e outra mais. As personagens desprenderam-se das sombras onde haviam permanecido ocultas durante anos e surgiram à luz daquela quarta-feira, cada uma com seu rosto, sua voz, suas paixões e obsessões. Puseram-se em ordem os relatos arquivados na memória genética desde antes do meu nascimento e muitos outros, registrados durante anos em meus cadernos. Comecei a recordar fatos muito distantes (...) O passado transformava-se aos poucos em presente e eu me apoderava igualmente do futuro, os mortos ganhavam vida com a esperança da eternidade, reuniam-se os dispersos, e todo o esfumado pelo esquecimento adquiria contornos precisos (ALLENDE, 2014, p.249-250).

A “memória genética” a que Eva se refere parte de suas evocações sobre a mãe e, por consequência, às paisagens que acompanharam em sua trajetória por Água Santa e pela comunidade indígena da proximidade.

É por meio da memória que Eva consegue desenvolver sua escrita que, por sua vez, evidencia os novos reconhecimentos de identidade da protagonista: uma mulher madura, inteligente e capaz de criar e registrar novos mundos elaborados pela própria imaginação. Desse modo, ela condiciona sua narrativa para uma nova temporalidade. Lena, em contrapartida, encontra na lembrança do exílio uma barreira para desenvolver a escrita. Entretanto, nesse caso, destaco o que afirma Sarlo (2007):

Não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato da vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente (p.9).

Esse retorno ao passado como um momento que não é libertador interfere na criatividade de Lena, essa dificuldade a faz querer desistir de escrever a peça diversas vezes: “Melhor abandonar o projeto de uma vez”, mas em seguida pensava: “A não ser que tivesse coragem de arriscar a vertigem. Trocar o equilíbrio pela palavra, barganhar o prumo pelo abismo. Pegou um outro trecho já escrito para reler (MACHADO, 2012, p.326). Esse impasse de Lena a inquieta ao longo de toda a narrativa.

Entretanto, um momento em particular é transformador e ela retorna a um passado que lhe influencia positivamente enquanto faz uma caminhada pelo quintal: a trilha com o avô, um momento de encontro com a necessidade da lembrança e a percepção da memória como um perigo que ela precisava enfrentar. Ao evocar a imagem do avô segurando sua mão, ela reflete a vastidão da subjetividade:

Como se a memória não fosse durar muito mais que o avô, a orquídea, o pé de manacá, o jardim onde eles foram plantados. Mais até que fazenda de cacau, a mata e a pinguela. Mais até que dor!, do que o jequitibá, com toda a sua realeza e divindade, incapazes de impor respeito às queimadas devoradoras de vida e fabricantes de pastos, onde as orquídeas e os beija-flores desapareceram, pacas e capivaras não bebem mais água, veados não se banham mais e os pequenos rios desviaram seus cursos para dentro da memória, nascendo no coração, *cutum-cutum-cutum-cutum*, e irrigando as palavras enquanto elas não se deixarem matar, em toda a sua fragilidade, tentando se equilibrar na pinguela, tão simples, tão fácil, é só a gente ver onde pisa, *cutum-cutum-cutum-cutum*, e saber aonde quer chegar (MACHADO, 2012, p.369).

A partir desse momento, Lena cogita retomar seu projeto de escrita e sua própria vida, algum sentido para ela. A lembrança do avô e da trilha em meio ao campo a fazem voltar para casa e encontrar Amália, que a esperava para tomar café.

Nessa cena, Lena avisa que vai embora para sua própria casa e vai embora repetindo para si mesma “Tão simples, tão fácil, o coração continua, *cutum-cutum-cutum-cutum*, é só a gente ver onde pisa, *cutum-cutum-cutum-cutum*, e saber aonde quer chegar” (MACHADO, 2012, p.370). Assim, entendo que Lena, como Eva, experienciam a memória conforme aponta o antropólogo francês Joël Candau em sua obra *Memória e identidade* (2016): como uma “uma maiêutica da identidade, renova-se a cada vez que se narra algo” (p.76), conclusão que parte do seguinte raciocínio:

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (CANDAU, 2016, p.59-60).

As tentativas e desejos de Eva e Lena interferem na construção de suas identidades ao longo dos romances devido ao exercício da memória, ou seja, o vínculo entre memória e identidade são fundamentais não apenas para escrever, mas para elaborar o conteúdo dessas escritas baseadas em suas próprias trajetórias e suas percepções ao longo delas.

Esse vínculo entre memória e identidade, por sua vez, é constituído – ao menos no que cabe a perspectiva proposta na pesquisa – da articulação entre as relações de cuidado e as percepções sensíveis sobre a Natureza, o que não se configura em um aspecto

passageiro ou contemplativo, mas em uma composição do vínculo que insere a perspectiva ecofeminista como uma movimentação importante de resistência em aspectos muito diversos da narrativa, aspectos em que a escrita é um fator de conclusão para se iniciar a continuidade imaginativa de quem lê.

A experiência feminina, como a outras minorias político-sociais, é por si parte dos processos de resistência em toda a sua existência. No texto *Catástrofe: manual do usuário* (2014), quando comenta sobre os estados de exceção e estudos do filósofo Giorgio Agamben, a crítica literária brasileira Tânia Sarmiento Pantoja menciona a naturalização da catástrofe ao longo do tempo de vida dos grupos marginalizados:

Algo que me permite um trocadilho com o pensamento de Agamben: no lugar da *emergência permanente* podemos também ter a *desgraça permanente*. Em todo caso também na condição de exceção o ser humano é tratado por outros seres humanos como resto, como indigente, como objeto descartável, como dano colateral. Enfim, não mais que um não-mais, porém jamais como um ser humano (p.174).

Escrever, para Eva e para Lena, era dar um vestimenta digna aos corpos-territórios subalternizados com os quais tiveram contato em suas trajetórias em todos os seus saberes, histórias orais, ervas medicinais, entre outros. A escrita é a subversão que resiste à colonialidade no sentido individual da construção das protagonistas, portanto, a grafocentria da modernidade passa a ser assumida pelo talento e pelo desejo de mulheres em busca de sua própria voz tanto em seus nomes quanto em nome de outras vozes silenciadas anteriormente.

Conforme afirmou Alfredo Bosi (2002, p.135): a escrita que resiste resgata também o que é calado, o que não é dito, seja por medo, por pudor, trauma ou outras impossibilidades, além disso, não se restringe a uma testemunha e nem apenas a conversas consideradas sérias, relevantes. A escrita resistente está nos detalhes, como se percebe nas tentativas de escrita das protagonistas – um exercício constante de lembrar e esquecer.

Assim, a escrita é um desafio interno para um impacto externo e os processos de escrita de Eva e Lena passam a ser parte de um ciclo em que elas passam – sob um modo subversivo e desobediente – a cuidar de suas relações, como uma forma consciente ou não de retribuição. Seus textos seriam lidos, suas conscientizações alcançariam outras consciências e seus sentimentos sensibilizariam outras relações. Mais um ciclo na Natureza, um espiral no tempo.

Como afirma o filósofo francês Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa* (2010, p.93): “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal”, ou seja, contar faz parte da reflexão sobre os acontecimentos narrados e sobre o próprio tempo vivenciado. A escrita, portanto, é a principal interseção entre as representações ecofeministas identificadas pois, de alguma maneira, materializa a resistência às imposições da modernidade em suas condições como mulheres como resultado das demais interseções temáticas. Escrever para lembrar também intenciona uma forma de *cuidado*.

Direta ou indiretamente, todas as relações de cuidado anteriores às decisões de escrita as levam a escrever, esse exercício, por consequência, subverte a lógica colonialista do gênero e contempla as duas protagonistas com uma possibilidade de liberdade que a realidade ainda não suportava. De certa forma, enquanto escreviam seus mundos ficcionais pautadas em suas realidades, ambas rompiam dualidades de gênero e eram, naqueles momentos, iguais – seus testemunhos, enfim, apareciam validados por elas mesmas. Em *Tropical Sol da Liberdade*, no entanto, não fica relatado se Lena prosseguiu ou não com a peça a ser encenada, mas ao que parece, ela voltou a sentir coragem. Eva, no entanto, conclui sua narrativa com o anúncio de sua telenovela, *Bolero*, um roteiro baseado em sua própria experiência e conhecimentos. De uma maneira ou de outra, ambas *tentam* subverter e nessa movimentação, sem dúvida, resistem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos apresentados nesse trabalho, reafirmo a sensibilidade nas relações de cuidado e a percepção sensível sobre a Natureza como duas categorias ecofeministas essenciais na construção narrativa das protagonistas de *Eva Luna* e *Tropical Sol da Liberdade*. As hipóteses a partir das quais iniciei a pesquisa são comprovadas quando os apontamentos dos dois romances indicam semelhanças entre as articulações propostas: as camadas construídas no arcabouço narrativo de Eva e Lena têm como base fundamental o exercício da memória para a construção de uma *ética do cuidado*, uma concepção que parte da perspectiva ecofeminista.

Essa construção norteia parte significativa de suas resistências à influência da colonialidade, assim, suas identidades fragmentas pelas dificuldades de suas trajetórias passam a ser paulatinamente reestruturadas a partir da memória da paisagem, da região, da família, da sociedade e da memória individual, suas experiências íntimas. O reconhecimento como sujeitos existentes em um tempo histórico de exploração intensificada – como são as ditaduras em que os romances são contextualizados – indicam a necessidade de escrever como uma conversão diferenciada de cuidado, pois o manejo cultural lhes dava meios para elaborar suas próprias angústias e repassar – como com elas fizeram – possibilidades para outros se desenvolverem.

A modalidade do *cuidado* no caso da escrita é interpretada como alteridade e/ou solidariedade, na mesma medida em que se configura em um mecanismo de resistência ecofeminista, tendo em vista que a resistência na literatura ultrapassa o campo estético e se alinha ao campo social e ético. Desse modo, o rompante subversivo da natureza feminina decolonial acontece exatamente quando as duas protagonistas decidem escrever. A grafocentria, como parte imbricada na cultura moderna, há séculos tem resistido a ceder espaço para as mulheres. Escrever, nesse cenário, é subverter um sistema opressor para dar forma a uma nova temporalidade, a um novo tipo de narrativa, a uma valorização da subjetividade silenciada e fragilizada ao longo dos séculos.

Esse processo desafia a *colonialidade do poder*, desafia a *colonialidade do gênero* e estabelece uma dinâmica de resistência contínua diante das *políticas de eliminação* apontadas e das *éticas heroicas* pouco preocupadas com a manutenção da vida. Por outro lado, propõe a superação dessa *ética do herói* a partir do momento em que Eva e Lena

escrevem também como forma de prevenção, de aviso sobre as dificuldades do passado vivido para que, no futuro, a preparação para os riscos seja antecipada. Eva e Lena, diante dos limites de seus alcances, são personagens que ensaiam contestar de frente as *identidades mestres* que as oprimem – e começam esse enfrentamento de dentro para fora.

Eva Luna – la *luna* –, com a impressão de uma homenagem celestial no próprio nome, ronda sua própria trajetória em busca de alívio assim como a lua ronda a Terra. Camuflada em uma narrativa otimista, repleta de passagens cômicas, Eva carrega em sua construção um ar melancólico e noturno de quem sabe que nem todas as mulheres tem a mesma sorte. Enquanto, Lena, constantemente iluminada pelo sol – seja nas frestas do chapéu que a protege no banho solar no jardim, seja da janela ou dentre as folhas das árvores –, reconhece na luminosidade da estrela mais próxima o recado de que precisava se libertar e aquecer a frieza de seus traumas.

Sob a perspectiva ecofeminista, a naturalização do cuidado e a superação às atribuições de gênero são fundamentais para a sobrevivência *apesar* da violência da colonização. Sobrevivência, nesse caso, do corpo, da terra, da biodiversidade. Uma “Mãe-Terra” não suportará por tanto tempo quanto Pacha Mama ainda suporta e resiste aos apagamentos. O “giro decolonial” precisa seguir a dinâmica de movimentação da “casa”, do “eco”, do planeta, do cosmos: constante, todos os dias, um dia de cada vez há muitos e incontáveis dias antes da mínima suspeita de qualquer ser vivo que carregasse o verbo, a ação, o fato.

As duas categorias de análise adotadas para essa pesquisa, bem como as temáticas de interseção comparativa, são indicativos sobre os modos de ver o mundo sob a ótica colonizada e alguns caminhos singelos de reestabelecimento diante das fragmentações e da recuperação, mesmo diante do estado de exceção permanente na colonialidade em curso: inacabada, insuperada, mas sempre sob resistência. Essas características, tão presentes em diversas obras produzidas por mulheres na América Latina – como as de Gioconda Belli, Laura Esquivel, Samanta Schweblin, Maria José Silveira, entre outras, cada uma a seu modo – são fundamentais para a compreensão de uma realidade comumente abandonada às sombras dos próprios movimentos de resistência.

Como Eva e Lena, tentei escrever mesmo sob inúmeras limitações, notícias de negligência ambiental, feminicídio, ecocídios, pandemia, instabilidades. As movimentações que me levaram a desenvolver essa pesquisa foram maiores do que o

texto em si e as considerações finais apenas anunciam o sumiço de alguns passos no caminho, mas marcam pela memória e pelo registro desse trabalho um trajeto que veio antes de mim e que, sem dúvida, continuará mesmo depois que minha própria lembrança do esforço da escrita for esquecida.

REFERÊNCIAS

- ALLENDE, Isabel. **Eva Luna**. Tradução de Luísa Ibañez. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinaga. LANG, Miriam. CHÁVEZ, Dunia Mokrani. SANTILLANA, Alejandra. **Pensar a partir do feminismo**. 2016. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **O sentimento da honra na sociedade Cabília**. In: PERISTIANY, John G. (Org.). **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CANDIDO, Antonio. **Direitos humanos e literatura**. In: A.C.R. Fester (Org.) **Direitos humanos E...** Ed. Brasiliense, 1989.
- CANTUÁRIA, Marcela. **Banho de sangue**. 2018. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- CANTUÁRIA, Marcela. **Juana Azurduy**. 2018. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- CARVAJAL, Julieta Paredes. **Um ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. 2010. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- CASTRO, Susana de. **Condescendência**: estratégia pater-colonial de poder. 2018. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONELSEN, Elcio Loureiro. **O “escritor operativo”, o engajamento e a resistência.** In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto. UMBACH, Rosani. SARMENTO-PANTOJA, Tânia (orgs.). Estudos de literatura e resistência. Campinas: Pontes Editores, 2014.

DA VINCI, Leonardo. **Homem Vitruviano.** 1490. In: VIATOUR, Luc. Fotografia. 2258x3070. 2007. Disponível em:
<https://lucnix.be/picture.php?/113554/category/leonardo-da-vinci>

DIAS, Maria Clara. SOARES, Suane. GONÇALVES, Letícia. **A perspectiva dos funcionamentos: entroncamentos entre ecofeminismo e decolonialidade,** 2019. In: ROSENDO, Daniela. OLIVEIRA, Fabio A. G. CARVALHO, Priscíla. KUHNEN A. Tânia. (orgs.). Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem.** Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira.** 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano,** 1988. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

KHEEL, Marti. **From Heroic to Holistic Ethics: The Ecofemnist Challenge.** 2003. In: GAARD, Greta. Ecofeminism: women, animals, nature. Temple University Presse: Philadelphia, 1993.

KUHNEN, Tânia. **A ética do cuidado como teoria feminista.** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 2014.

KUHNEN, Tânia. **O princípio universalizável do cuidado: superando limites de gênero na teoria moral.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de gênero.** 1987. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Imperialismo e bloco no poder na Venezuela:** ambigüidades do bolivarianismo de Chávez. *Lutas & Resistências*, Londrina, n.2, p.34-44, 1. sem. 2007.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial.** 2010. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES. **Colonialidade e gênero.** 2008. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.* 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Ana Maria. **Tropical sol da liberdade.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MENDONÇA, Rafael. **A filosofia ecofeminista holística de Marti Kheel.** *Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.* Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

NAVARRO, Márcia Hoppe. **A mulher em Eva Luna de Isabel Allende.** *Revista Travessia. Programa de Pós-Graduação em Literatura.* Universidade Federal de Santa Catarina. *Mulher e Literatura.* n. 21. 1990.

NAVARRO, Márcia Hoppe. **Por uma voz autônoma:** o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina.* 1.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

NASCIMENTO, Nadine. **Raiz dos agrotóxicos está nos gases dos campos de concentração, diz Vandana Shiva.** Reportagem do portal Brasil de Fato de 03 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/03/raiz-dos-venenos-esta-nos-gases-dos-campos-de-concentracao-diz-vandana-shiva>

NUENBERG, Adriano Henrique. ZANELLA, Andréa Vieira. **A relação natureza e cultura:** O debate antropológico e as contribuições de Vygotski. Universidade do Sul de Santa Catarina. *Interação em Psicologia*, 2003.

PAREDES, Rigoberto. **Mitos, supersticiones y supervivencias populares de Bolivia.** 2012. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/58425/58425-h/58425-h.htm>

PAULINO, Rosana. **Assentamento.** 2013. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.* 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PERKOWSKA, Magdalena. **Historias híbridas:** la nueva novela histórica latino-americana (1985-2000) ante las teorías posmodernas de la historia. *Colección Nexos y Diferencias.* n.19. Madrid: Iberoamericana, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature.** Londres: Routledge, 1993.

PRADO, Maria Ligia. PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos Rumos. N.17, 2002. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

QUIJANO. **Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v.1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHA, Acílio Estanqueiro da. **Natureza e cultura no pensamento de Lévi-Strauss**. Universidade do Minho, 2011. Disponível em:
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/48022/1/L%c3%a9vi-Strauss_N.C..pdf

RODRIGUES, Odiombar. **Eva Luna, guerrilheira da palavra**. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina. 1.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Repensando gênero e identidade na América Latina**. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Anuário do Instituto de Estudios Histórico-Sociales Prof. Juan Carlos Grosso, nº 16. Tandil, Argentina, 2001.

SANTOS, Salete Roza Pezzi dos Santos. **Universos ficcionais mediados pela subjetividade feminina**. Anais do XII Congresso Internacional da ABRALIC. Curitiba, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. **Catástrofe: manual do usuário**. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto. UMBACH, Rosani. SARMENTO-PANTOJA, Tânia (orgs.). Estudos de literatura e resistência. Campinas: Pontes Editores, 2014.

SATTLER, Janyne. **Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida**, 2019. In: ROSENDO, Daniela. OLIVEIRA, Fabio A. G. CARVALHO, Priscíla. KUHNEN A. Tânia. (orgs.). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Editora Gaia, 2003.

SHIVA, VANDANA. **Monoculturas da mente**. Editora Gaia, 2018.

SOARES, Angélica. **Apontamentos para uma crítica literária ecofeminista**. Revista Garrafa. v. 7. n. 20, 2009.

STERNS, Peter N. **História das relações de gênero**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer. VARGAS, Andrea Quilian de. **Tropical Sol da Liberdade: narrativa e resistência em tempos de barbárie**. Revista Literatura em Debate, v. 7, n. 12, p.263-280, jul. 2013.

VIERTLER, Renate Brigitte. **A experiência do "outro" na antropologia**. Psicologia USP, 5(1-2), 269-283. 1994.

ZINANI, Cecil J. Albert. **Literatura e gênero: a construção da identidade feminina**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

ANEXOS

FIGURA 1

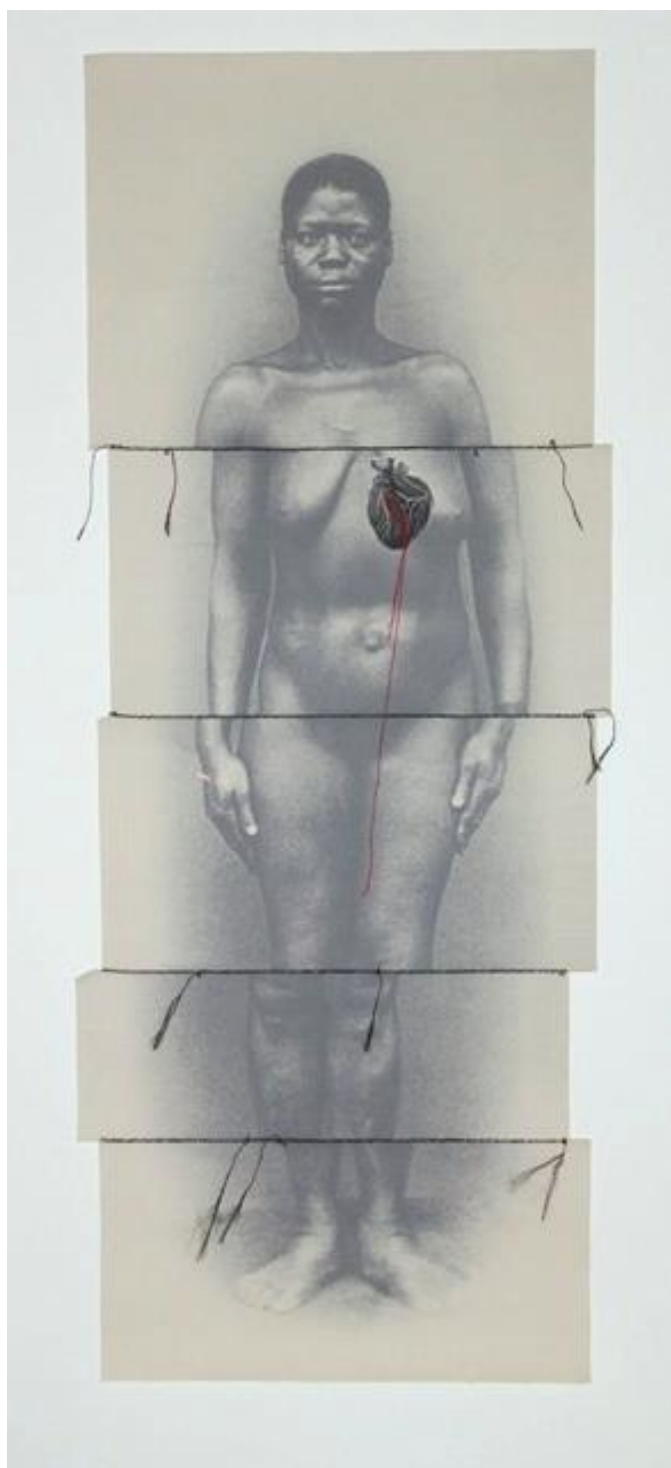


Figura 1 Detalhe da instalação Assentamento, 2013. Impressão, linóleo e costura sobre tecido.

FIGURA 2



Figura 2 Juana Azuduy, 2018. Óleo, acrílica e glitter sobre tela. 150x200cm.

FIGURA 3

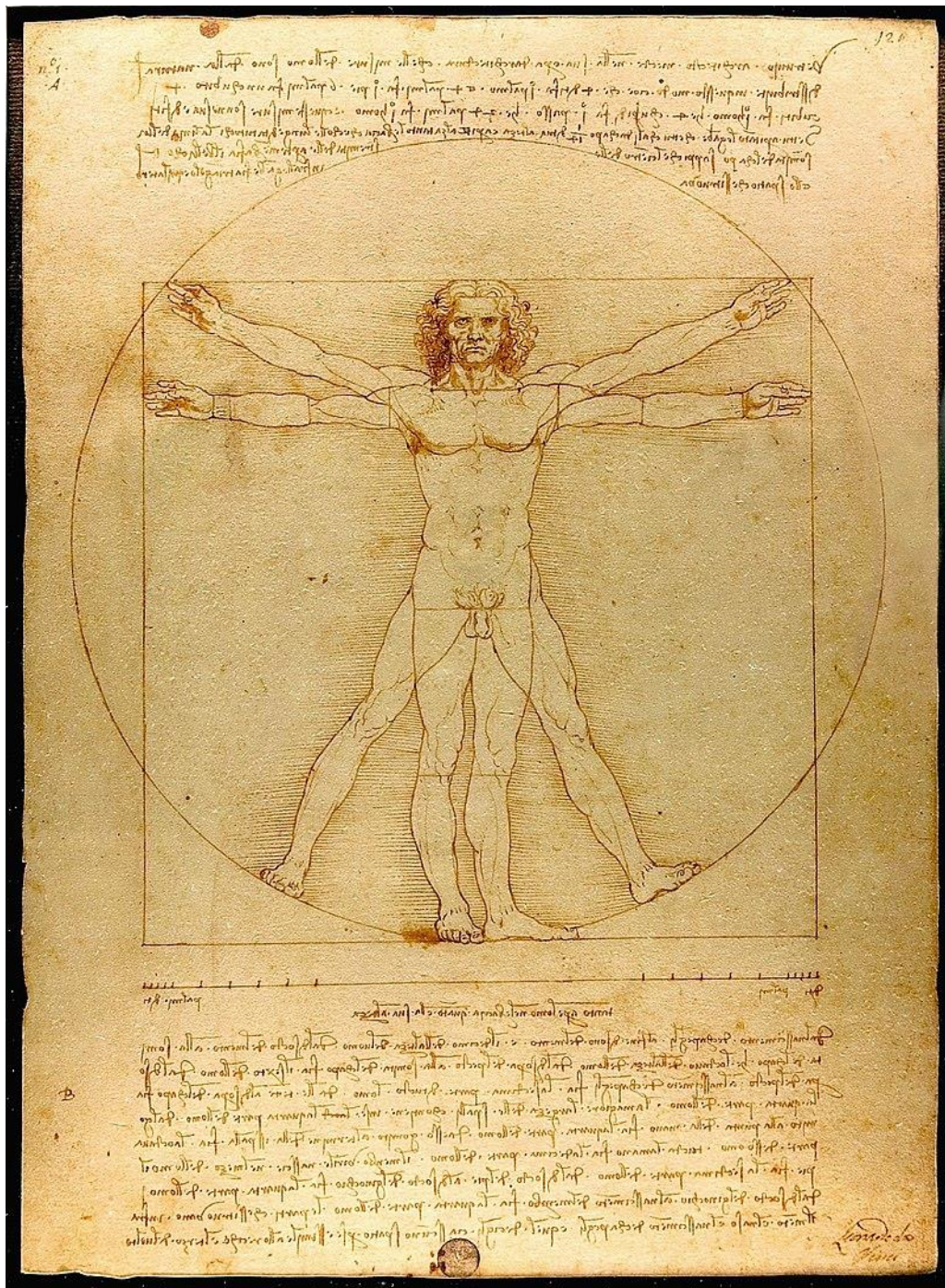


Figura 3 Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci. Fotografia do original. 2007.

FIGURA 4

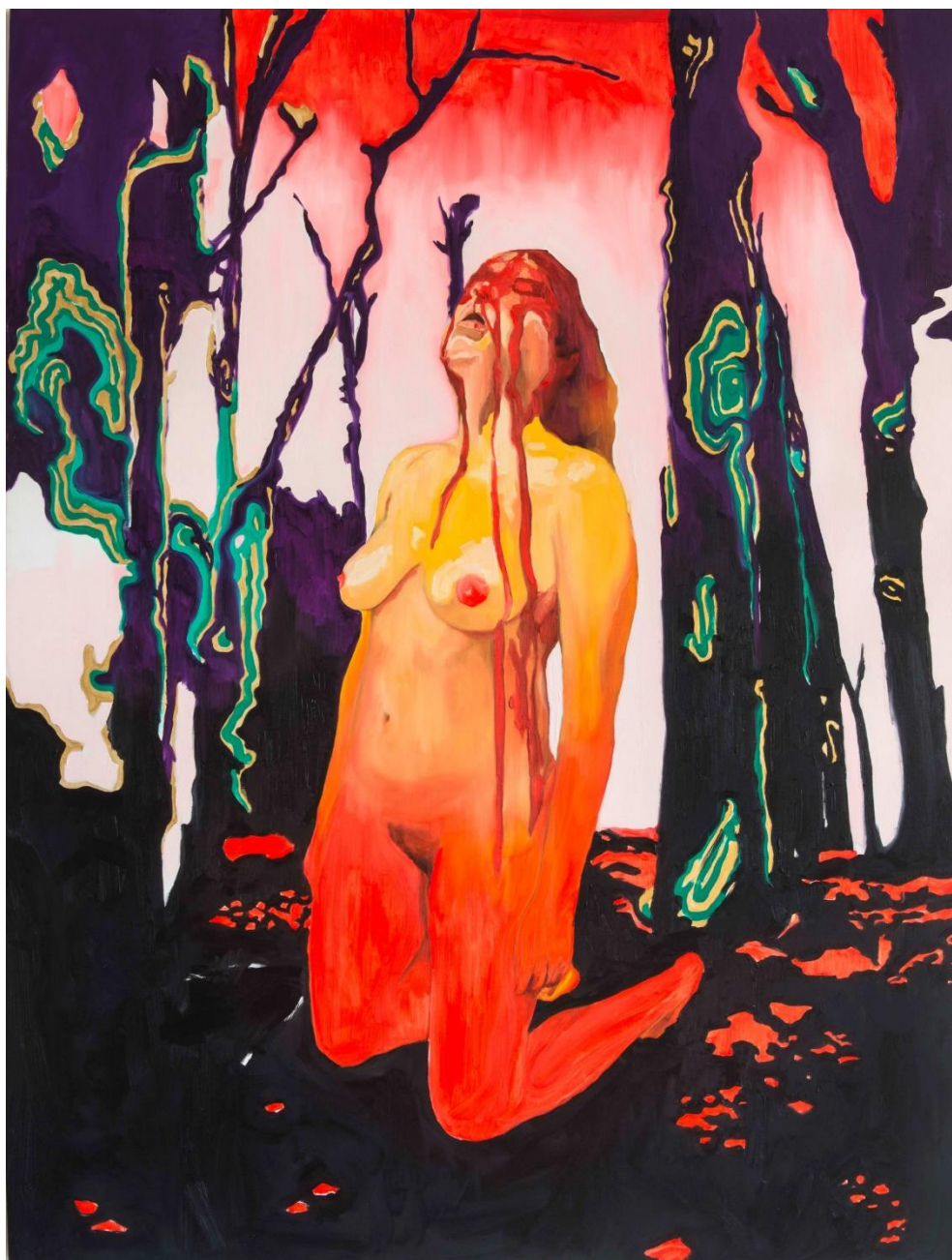


Figura 4 Banho de sangue, 2018. Óleo sobre tela. 200x150cm.

FIGURA 5

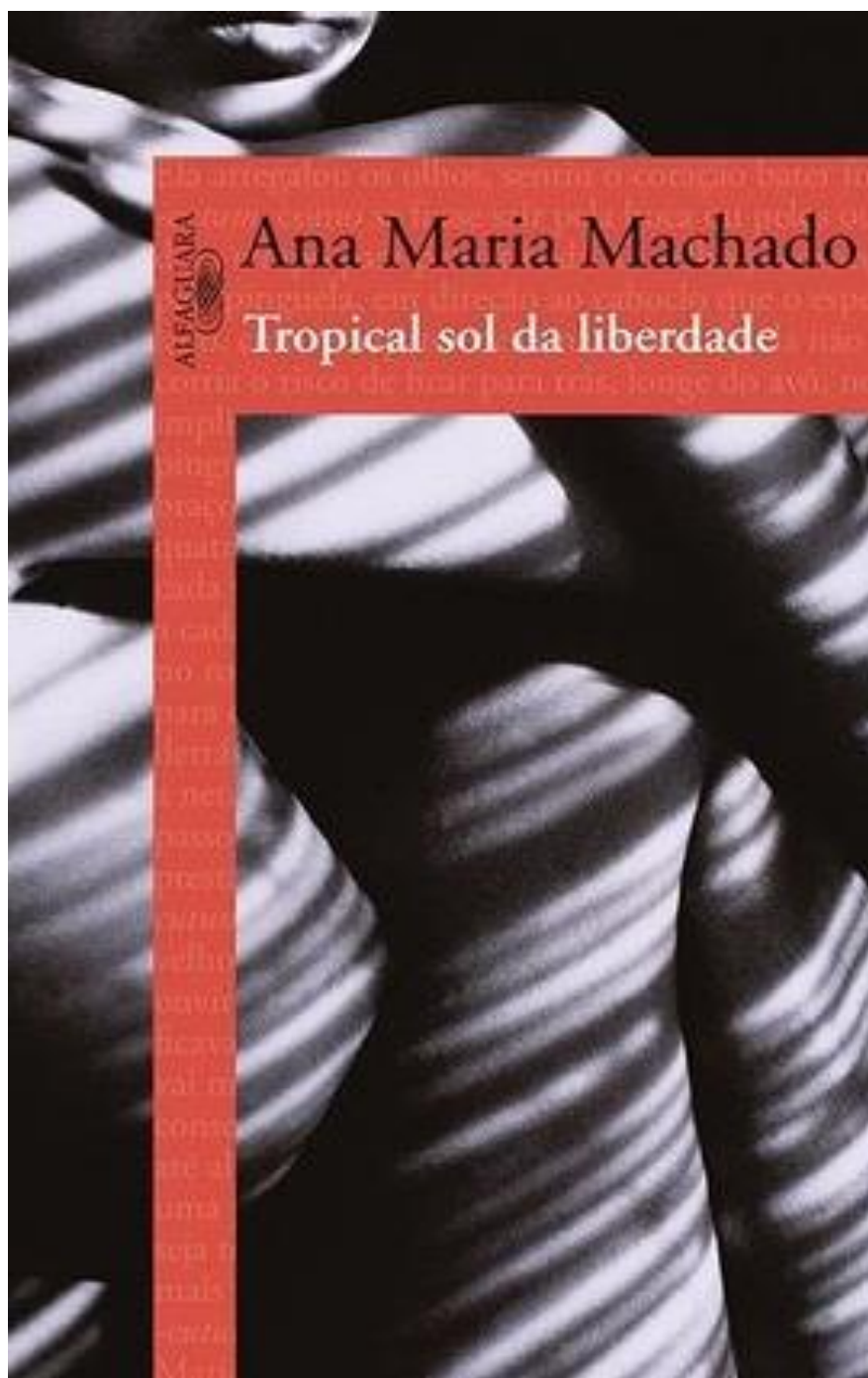


Figura 5 Capa do livro Tropical Sol da Liberdade. Fotografia Gladys (Getty Images), edição de Andrea Vilela de Almeida a partir do projeto gráfico de Victor Burton. Bertrand Brasil. 2012.

FIGURA 6

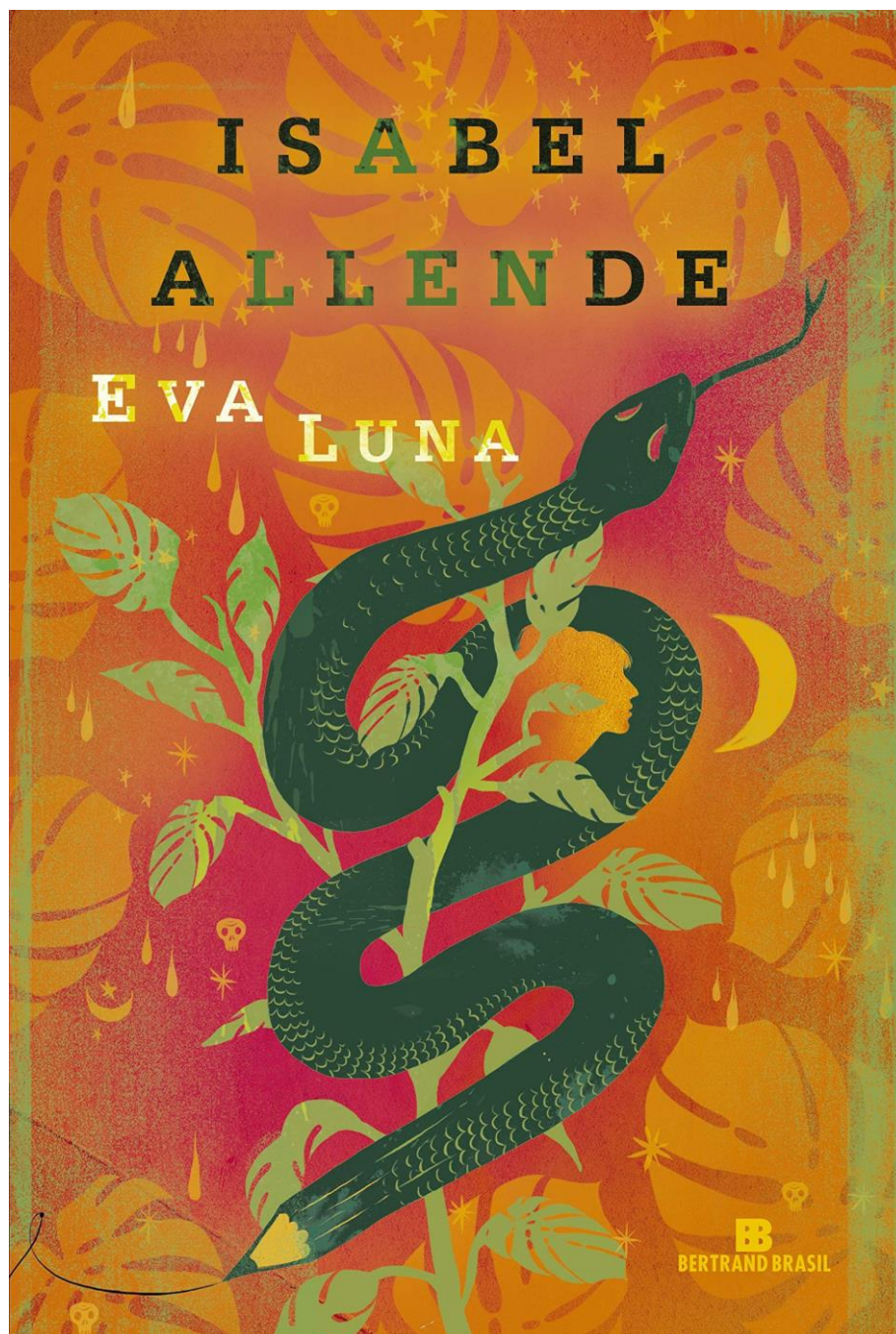


Figura 6 Capa do livro Eva Luna. Ilustração de Philip E. Pascuzzo. Bertrand Brasil. 2019.